

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO
RURAL NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS: A ABORDAGEM
SENIANA DE DESENVOLVIMENTO**

Daniela Dias Kuhn

**Porto Alegre
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO
RURAL NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS: A ABORDAGEM
SENIANA DE DESENVOLVIMENTO**

Daniela Dias Kuhn

Orientador Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Economia Rural.

Série PGDR - Dissertação n.º 034
Porto Alegre
2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia 08 de dezembro de 2003, a Dissertação de *Daniela Dias Kuhn* com o título *O Microcrédito como Instrumento de Desenvolvimento Rural no Município de Constantina/RS: a abordagem seniana do desenvolvimento* como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Economia Rural

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil (Orientador-Presidente, PGDR/Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (PGDR/Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS)

Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim (Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS)

Prof. Dr. Zander Soares de Navarro (PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS)

Dedico este trabalho ao Igor Kühn,
meu marido, amigo e companheiro de vida,
pela paciência, compreensão e apoio
nos diversos momentos em que esta dissertação
apresentava-se como um desafio quase insuperável.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa, notadamente na área das Ciências Sociais Aplicadas, dificilmente é fruto de um esforço solitário. Este que temos oportunidade de ler agora certamente representa um esforço coletivo, sem o qual não poderia ter sido realizado.

Desde o início desta empreitada profissional contei com o apoio de toda a equipe de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a qual é muito bem representada pelo trabalho dedicado e competente da Sra. Eliane Sanguiné e da Srta. Catiane Senter. Agradeço a paciência, a atenção e a amizade que acredito esteja consolidada após esses dois anos de convivência.

Agradeço também ao Prof. Paulo Waquil, que desde a graduação sempre atendeu pedidos referentes a opiniões e sugestões em diversos textos, pela passagem de um tranqüilo processo de orientação e pela confiança que sempre demonstrou ter no meu trabalho. Sou grata também pelo Prof. Waquil ter se disponibilizado a enfrentar as dificuldades representadas pela aproximação a uma concepção teórica ainda pouco discutida na UFRGS sobre desenvolvimento.

Agradeço aos professores do PGDR da UFRGS que, com incansável dedicação, estiveram sempre dispostos a atender às solicitações dos alunos. Em especial, agradeço ao Prof. Zander Navarro que, com suas aulas e imenso conhecimento, aumentou em mim o interesse em relação ao estudo dos processos de desenvolvimento.

Pelo financiamento, sou grata à CAPES e à FAPERGS – por intermédio do Prof. Waquil -, que ao proporcionarem a bolsa de estudo e o auxílio à pesquisa de campo, respectivamente, foram de fundamental importância para a realização deste trabalho.

É preciso agradecer também ao Prof. Sérgio Schneider que durante todo o período de trabalho demonstrou atenção por essa pesquisa e contribuiu significativamente, em especial na revisão bibliográfica, com a disponibilização de textos referentes ao microcrédito.

Agradeço aos colegas pela convivência e pela troca de conhecimentos que, numa turma multidisciplinar como a nossa, é de fundamental importância. Certamente muitas das nossas conversas permeiam todo este trabalho. Em especial, agradeço à Luiza de Siqueira que sempre esteve disposta a conversar e prestar solidariedade nos momentos difíceis, aos quais também superou com muita determinação ao longo de todo seu trabalho.

Pela parte mais fundamental deste trabalho – as informações sobre Constantina e a coleta de dados – agradeço a atenção dispensada pelo Sistema Cresol, na pessoa do Sr. Bráulio Zatti; pelo Sicredi, nas pessoas dos Srs. Geferson Pan e Saul João Rovadoscki; pelo Barrisul, na pessoa do Sr. Severino Ângelo Tochetto; pela Prefeitura Municipal de Constantina, na pessoa do Sr. Renato Sabadini; e pelo Escritório Municipal da EMATER em Constantina. Ainda é preciso agradecer a todos os agricultores que se disponibilizaram a responder um longo questionário e que dessa forma permitiram a coleta de dados para realização desta pesquisa.

Agradeço ao meu marido, Igor Kühn, pela compreensão, respeito e encorajamento durante todo o processo de realização deste trabalho.

Por fim, um agradecimento não menos importante – quiçá seja o mais importante deles - deve ser feito a Deus. Foi Ele que fez com que diversas portas se abrissem quando aquelas que eu havia escolhido fechavam-se. Foi Ele quem colocou pessoas maravilhosas no meu caminho, bem como as dificuldades pelas quais precisei passar, para estar hoje com o coração contente por conseguir concluir mais uma etapa da minha vida profissional (“ Dar-te-ei graças, Senhor Deus meu, de todo o coração, e glorificarei sempre o teu nome”. Salmo 86:12)

“Os economistas que esquematizam matematicamente comportamentos individuais e sociais parecem muito com Procusto. Na mitologia grega, Procusto era um bandido das estradas da Ática que oferecia aos viajantes duas camas, uma pequena e uma grande. Dependendo do tamanho do hóspede, ele era serrado ou esticado para que coubesse no leito”.

(Murray Gell-Mann)

“Reconhecer a diversidade encontrada em diferentes culturas é muito importante no mundo contemporâneo. Nossa compreensão da presença da diversidade tende a ser um tanto prejudicada por um constante bombardeio de generalizações excessivamente simplificadas sobre a ‘civilização ocidental’, ‘os valores asiáticos’, as ‘culturas africanas’ etc. Muitas dessas interpretações da História e da civilização não só são intelectualmente superficiais como também agravam as tendências divisoras do mundo em que vivemos”.

(Amartya Sen)

“O paradigma da complexidade não ‘produz’ nem ‘determina’ a intelegibilidade. Pode somente incitar a estratégia/inteligência do sujeito pesquisador e considerar a complexidade da questão estudada. Incita a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e separar, a reconhecer os traços singulares, originais e históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade/multiplicidade de toda entidade em vez de a heterogeneizar em categorias separadas ou de a homogeneizar em indistinta totalidade. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda realidade estudada”.

(Edgar Morin)

“One of the men with whom I had been talking said to me, ‘ We are pleased that you are interested in us, that you visit our houses, and that you sit and talk with us. We try to tell you whatever you want to know. But we would like to ask you a question. There is something that we cannot understand. We are sitting here in the mud because this is all that we have. Can you not see that we are cold and wet, and that we are poor and have nothing? But you are educated and wealthy . Why do you want only to sit here and learn about our customs? Why do you not also use your knowledge and resources to help us to have better lives and to improve our customs?’

He was right. Since then, I while continuing my anthropological research, I have worked on the social and economic development of the poor people in the societies I try to understand”.

(Marguerite Robinson)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 DO DESENVOLVIMENTO AO MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES	24
1.1 ALÉM DO CRESCIMENTO: DESENVOLVIMENTO	26
1.2 DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES: A ABORDAGEM SENIANA	29
1.2.1 As “Suposições” da Economia Positiva	32
1.2.2 A Condição de “Agente” – Aspectos Importantes da “Agência Humana	35
1.2.3 Expansão das Capacitações	37
1.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	42
1.4 A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO	47
CAPÍTULO 2 AS DIFERENTES FORMAS DO MICROCRÉDITO EM CONSTANTINA/RS: UMA DESCRIÇÃO DO PRONAF C, DO RS RURAL, DO SICREDI E DO SISTEMA CRESOL NO MUNICÍPIO	57
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E FINANCIAMENTO	58
2.2 O MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS	60
2.3 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	63
2.3.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tipo C – O Pronaf C	64
2.3.1.1 O Pronaf C em Constantina	67
2.3.2 O Programa RS Rural	70
2.3.2.1 RS Rural em Constantina: Projeto da Comunidade São Pedro Deon	71
2.4 SISTEMA COOPERATIVO DE CRÉDITO	74
2.4.1 Cooperativismo de Crédito	74
2.4.2 Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi)	76
2.4.2.1 O Sicredi em Constantina/RS.....	78
2.4.3 Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol).....	80
2.4.3.1 O Sistema Cresol em Constantina	83
2.5 O MICROCRÉDITO EM CONSTANTINA/RS.....	85

CAPÍTULO 3 UMA TENTATIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS SENIANOS.....	89
3.1 OS GRUPOS DE CAPACITAÇÕES.....	91
3.1.1 Grupo de capacitações : Características da Unidade de Produção Familiar....	92
3.1.2 Grupo de capacitações: Sobrevivência	93
3.1.3 Grupo de capacitações: LiberdadeS Políticas	93
3.1.4 Grupo de capacitações: Facilidades Econômicas	94
3.1.5 Grupo de capacitações: Relação com o Microcrédito	94
3.1.6 Grupo de capacitações: Oportunidades Sociais.....	95
3.1.7 Grupo de capacitações: Garantia de Transparência	95
3.1.8 Grupo de capacitações : Segurança Protetora.....	96
3.1.9 Grupo de capacitações: Situação Ambiental.....	96
3.1.10 Grupo de capacitações: Projetos e Planos.....	97
3.2 OS FUNCIONAMENTOS	98
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DAS INFORMAÇÕES E POPULAÇÃO DA PESQUISA	104
3.3.1 Entrevistas Realizadas nas Instituições	105
3.3.2 A População da Pesquisa, Determinação da Amostra e a Aplicação do Questionário.....	106
3.4 AGREGAÇÃO E ANÁLISE Dos Dados	109
CAPÍTULO 4 A ANÁLISE DOS RESULTADOS : O MICROCRÉDITO E A EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM CONSTANTINA/RS.....	116
4.1 A REALIZAÇÃO DOS FUNCIONAMENTOS EM CONSTANTINA/RS: UM PANORAMA GERAL, OS GRUPOS DE CAPACITAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO RURAL	117
4.1.1 Panorama Geral	117
4.1.2 Os Grupos de Capacitações e os Funcionamentos	120
4.2 A INFLUÊNCIA DO MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO RURAL EM CONSTANTINA/RS.....	139
CONCLUSÃO.....	147
BIBLIOGRAFIA	152
APÊNDICE A ROTEIRO DA ENTREVISTA FEITA NA INSTITUIÇÃO	157
APÊNDICE B QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS	159
APÊNDICE C VARIÁVEIS ORGANIZADAS NA MATRIZ GERAL	166
APÊNDICE D ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONAMENTOS AOS CÓDIGOS NUMÉRICOS: ALGUNS DADOS OBTIDOS NOS QUESTIONÁRIOS	168

ANEXO A CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE AGRICULTORES COM ACESSO A RECURSOS DO PRONAF	177
ANEXO B ÍTENS DISPONIBILIZADOS ÀS FAMÍLIAS PELAS PRÁTICAS DO PROJETO DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DEON (CCONSTANTINA/RS) DO PROGRAMA RS RURAL	179

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 01 Box - O Autor	29
Quadro 01 Idéias de “desenvolvimentos” – Diferenças conceituais	45
Figura 02 Localização de Constantina	62
Gráfico 01 Finalidade indicada para a utilização de recursos nos projeto de Pronaf C – Investimento	69
Quadro 03 Principais diferenças entre as credis [cooperativas de crédito rural] e os bancos comerciais	76
Figura 03 Estrutura nacional do Sicredi	77
Tabela 01 Sistema Cresol em números	81
Quadro 04 Relação entre a situação de realização, ou não, de funcionamentos e códigos numéricos.....	98
Quadro 05 Grupos de capacitações, condição de realização ou não do funcionamento	99
Quadro 06 Composição da amostra.....	109
Quadro 07 Aspectos gerais das matrizes de análise	112
Tabela 02 Matriz secundária, área da propriedade, montante de crédito acessado através das modalidades analisadas.....	119
Quadro 08 Ocorrência de problema e percepção com relação ao acesso aos serviços de saúde.....	130
Tabela 03 Percentual (%) de utilização das práticas mais realizadas.....	134
Tabela 04 Grupos de capacitações, funcionamentos e médias observadas.....	137
Gráfico 02 Médias nos grupos de capacitações.....	138
Tabela 05 Funcionamentos influenciados pelo microcrédito por família	141
Tabela 06 Influência do microcrédito nos grupos de capacitações	144
Tabela 07 Dados componentes de F1 e F2	168
Tabela 08 Dados componentes de F 4 e F 13	169
Tabela 09 Dados componentes de F11 e F12	171
Tabela 10 Dados componentes de F25 e F26	173
Tabela 11 Produtores e realização do funcionamento – Relação com o código numérico.....	174
Tabela 12 Correlação observada entre os funcionamentos	175

RESUMO

Na sociedade moderna, exaltam-se os progressos sócio-econômicos e científicos. Entretanto, muito ainda é preciso discutir sobre a distribuição das facilidades conquistadas. Este trabalho relaciona-se ao debate sobre processos de desenvolvimento e, mais especificamente, aos processos de desenvolvimento rural. O trabalho tem como foco central a análise de um instrumento que pode ser utilizado para a promoção de um processo de desenvolvimento rural: o microcrédito. O microcrédito é caracterizado aqui como uma pequena quantidade de recursos monetários com acesso desburocratizado. Para analisá-lo com um instrumento de desenvolvimento, foi utilizada a abordagem seniana das capacitações, que pode ser considerada como um aporte teórico que nos permite compreender, melhor do que índices agregados de renda, as relações sociais e econômicas. Esta pesquisa analisa três tipos de microcrédito oferecidos para a agricultura familiar no município de Constantina/RS: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tipo C (custeio e investimento); o microcrédito operacionalizado através do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e o Microsol, microcrédito operacionalizado através do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). Além disso, o Pronaf será analisado quando associado a recursos do programa estatal de alívio a pobreza, o RS Rural. As hipóteses da pesquisa foram confirmadas e permitem considerar o microcrédito como um importante instrumento no processo de desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, é possível encontrar diferenças significativas entre a influência desse instrumento na vida das famílias de acordo com a forma de operacionalização do microcrédito.

Palavras - chave: Desenvolvimento rural; abordagem das capacitações; microcrédito

ABSTRACT

In the modern society, the socioeconomic and scientific progresses are exalted. However, it's still very necessary to discuss about the distribution of the conquered easiness. This work is related to the debate on development processes and, more specifically, on processes of rural development. The work has as central focus the analysis of an instrument that can be used for the promotion of a process of rural development: the micro credit. The micro credit is characterized here, as a small amount of monetary resources with no bureaucratic access. To analyze it as a development instrument, Sen's Capability Approach was used, which can be considered as a theoretical contribution that allows the understanding of social and economic relationships, better than aggregate indexes of income. This research analyzes three micro credit types offered for the familiar agriculture in the municipal district of Constantina/RS: the National Program for the Strengthening of Familiar Agriculture type C; the micro credit implemented through the System of Cooperative Credit (SICREDI) and Microsol, micro credit implemented through the System of Cooperatives of Rural Credit with Solidary Interaction (Cresol System). Besides, Pronaf is analyzed when associated to the resources of the state program for poverty alleviation, RS-Rural. The hypotheses of the research were confirmed and they allow considering the micro credit as an important instrument in the process of rural development. At the same time, it's possible to find significant differences among the influence of that instrument in the life of the families according to the form of implementation of the micro credit.

Key-words: Rural development; Sen's Capability Approach; micro credit

INTRODUÇÃO

O estudo de processos de desenvolvimento em si é fascinante. Existe uma infinidade de abordagens e de aspectos que podem ser tratados. Não é fácil escolher entre os tantos temas. Menos ainda fugir da impressão de sempre estar com o trabalho incompleto, mesmo consciente de que a idéia de um trabalho que reúna todos os aspectos envolvidos em processos de desenvolvimento é humana e historicamente impossível. De qualquer forma, o esforço empreendido nesta dissertação é o de discutir a adequação de um instrumento para a promoção do desenvolvimento rural (o microcrédito) dentro da abordagem teórica das capacitações, que tenta “deslinearizar” a percepção sobre o processo de desenvolvimento.

Ainda que a abordagem das necessidades básicas discutisse aspectos do processo de desenvolvimento, foi nos últimos 20 anos que o debate sobre desenvolvimento retomou a centralidade na discussão dos problemas sócio-econômicos nas agendas mundiais. O fracasso das políticas de mercado para garantir melhoria na qualidade de vida à maioria dos habitantes do planeta, levou à percepção da necessidade da discussão de novos aspectos, além dos econômicos (especialmente aqueles referentes à renda) para a promoção do desenvolvimento.

A pluralidade de abordagens surgidas no período evidencia o quão era insuficiente identificar desenvolvimento com crescimento econômico para a compreensão da realidade social. Desigualdades cada vez maiores concomitantes com um crescimento econômico global indicam que não há correspondência absoluta entre as noções de desenvolvimento e crescimento.

Na medida em que índices de crescimento e análises de renda demonstraram claramente seus limites foi preciso conceber novas formas e novos métodos de análise dos processos sociais que poderiam ser caracterizados como processos de desenvolvimento. A idéia de desenvolvimento neste contexto refere-se a um processo social que garanta uma melhoria da qualidade de vida, aceita e percebida pelos agentes sociais envolvidos.

Entre as tentativas teóricas discutidas, a fim de superar os impasses existentes entre bons índices macroeconômicos e baixa qualidade de vida, destaca-

se a abordagem seniana¹. Esta concepção foi desenvolvida pelo economista Amartya Sen e tem entre seus objetivos escapar de relações simplesmente quantitativas que indiquem desenvolvimento.

Conhecida como Teoria da Expansão das Capacitações, essa abordagem teórica identifica como indutor do processo de desenvolvimento a exposição do agente social a oportunidades sócio–econômicas (grupos de capacitações) que são ou não convertidas em melhorias de qualidade de vida (através da realização de funcionamentos). Ou seja, é preciso que o agente tenha possibilidade de apropriação efetiva desta oportunidade. De forma bastante singela, as duas etapas, da oportunidade e da apropriação dela, foram ilustradas por Sen (2000), imaginando-se a situação de duas pessoas que estão sem alimentar-se. Uma delas passa fome porque não tem acesso à alimentação, portanto, sem oportunidade de ingerir qualquer tipo de alimento. A outra, de forma distinta, faz jejum por motivos religiosos e assim que opte por suspender a obrigação religiosa, tem acesso à alimentação. Mesmo que as situações biológicas de fome possam ser semelhantes – quiçá idênticas -, socialmente não se pode considerá-las iguais. Aquela que jejua tem acesso à agência e à possibilidade de melhoria do bem-estar, pois tem a oportunidade de extinguir a sensação de fome assim que optar por isso. A partir desta ilustração, salienta-se que expandir capacitações significa aumentar as oportunidades dos indivíduos para que a partir daí possam atingir melhores condições de vida.

A abordagem seniana de desenvolvimento permite a análise das mais diversas “formas” de melhorias na qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, faz-se necessário “recortar” a realidade social a ser analisada.

O foco deste trabalho é o desenvolvimento rural. Ou seja, partindo da clássica² divisão social e geográfica entre meio urbano e meio rural, o estudo terá como cenário o ambiente rural dos produtores familiares do município gaúcho de Constantina, localizado na região norte do Rio Grande do Sul. Além da delimitação sócio-geográfica, especifica-se ainda a análise da influência de um instrumento no processo de desenvolvimento dos produtores deste município: o microcrédito.

¹ Conforme nos alerta Sen (2001, p.177 e 178): “ ... uma análise da pobreza baseada puramente na renda não pode senão deixar a história contada pela metade”.

² Que não é “natural” e foi sempre contestada.

A tentativa de operacionalização dos conceitos senianos, envolvidos na análise do desenvolvimento através da abordagem da expansão das capacitações, exige do pesquisador o máximo de clareza quanto aos dados a serem trabalhados. Mesmo que uma exploração exaustiva dos dados coletados seja feita, é preciso que o salto qualitativo do exame, exigido pelo método de análise dos dados, seja efetivo. De outra forma, mesmo uma extenuante análise de todas as informações pode não representar mais do que um bom trabalho de descrição.

De maneira semelhante à discussão sobre o desenvolvimento de um modo geral, o debate em torno do conceito de desenvolvimento rural está longe do fim. Entretanto, é já sepultada, mesmo que eventualmente um ou outro pesquisador trate de tentar ressuscitá-la, a idéia de que o desenvolvimento rural é exclusivamente associado a aumentos de produtividade em relação à produção agrícola. Assim como o embate entre crescimento e desenvolvimento, o aumento da quantidade produzida no campo e a mecanização do processo produtivo foram durante algum tempo confundidos com desenvolvimento rural. Podemos recorrer aqui, à idéia seniana de fins e meios. Constantes aumentos da quantidade produzida podem representar meios para a promoção do desenvolvimento rural que deve ser o objetivo final do processo.

A emergência de novos aspectos que precisam ser considerados para a percepção dos processos de desenvolvimento garantiu à análise do desenvolvimento rural um foco especial da atenção dos pesquisadores. Além da relação direta com a natureza, mesmo que uma natureza transformada, o ambiente rural é representado também por uma forma de vida distinta daquela imagem de operário vinculada claramente com o processo hegemônico da economia capitalista. Longe de pretender identificar o homem do campo com a figura idílica e do camponês, percebe-se relações sociais diferenciadas no ambiente rural.

É em torno dessas especificidades, sobretudo daquelas que caracterizam a agricultura familiar, e de processos de desenvolvimento rural, intermediados por diversos tipos de instituições sociais, que serão identificadas oportunidades de expansão das capacitações.

Uma breve retomada histórica permite identificar como as políticas públicas vêm encaminhando o processo de desenvolvimento rural nos últimos 50 anos. Esse exame deixa clara a confusão entre fins e meios assim como o resultado contrário

àquele de melhoria da qualidade de vida da maioria dos moradores no meio rural. Até meados dos anos 90, quando emerge e é reconhecida a noção de agricultura familiar, houve um aumento da pobreza e da desigualdade de meio rural (SILVA, 1996) em consequência do descaso em relação a pequenos produtores que nem sempre se apresentavam como “competitivos” em termos de aumentos de produtividade.

O embate político tem como resultado a discussão pela sociedade dos diversos arranjos institucionais que poderiam ser utilizados para reduzir a pobreza no campo e incentivar um efetivo processo de desenvolvimento rural. Mesmo ainda longe de atingir esses objetivos, algumas inovações em termos institucionais devem ser mencionadas: microcrédito, aposentadoria rural, associações cooperativas, distintas formas de doações do governo etc.

Entre os instrumentos que vêm sendo moldados na busca da promoção do processo de desenvolvimento rural, conforme já foi destacado anteriormente, este trabalho ocupa-se de examinar o microcrédito. A escolha deste instrumento relaciona-se ao tipo de relações sociais estabelecidas e suas particularidades. Considerando a falta a recursos monetários como um forte fator de retenção das capacitações – no caso da fome não espontânea, seria certo supor que a pessoa faminta ao receber algum recurso monetário passaria, quase que instantaneamente, a ter a opção de alimentar-se – observa-se que o acesso a esses recursos pode significar uma possibilidade de expansão das capacitações do agente, representando dessa forma uma melhoria da sua qualidade de vida.

O microcrédito é uma forma de acesso a recursos monetários caracterizados tanto pelo seu pequeno volume de moeda, em comparação com o crédito tradicional (especialmente aquele destinado à produção agropecuária), quanto pelo seu processo desburocratizado. Certamente, um acesso ao crédito que fosse excessivamente burocratizado não estaria disponível àqueles produtores que atualmente têm no microcrédito um forte instrumento de expansão das capacitações.

A discussão sobre o microcrédito envolve diversos aspectos como o destino dos recursos, a associação do acesso ao crédito a serviços bancários, o estabelecimento de novas relações sociais, entre outros. Sendo assim, a vasta e esparsa bibliografia existente permite abordar esta forma de acesso a recursos monetários de diversas maneiras.

Existem no Brasil várias instituições dedicadas a utilizar o microcrédito como instrumento de expansão das capacitações, tanto no meio urbano como no meio rural. Em termos de desenvolvimento rural, existe um programa federal de destaque que possibilita o acesso dos produtores a recursos monetários e ainda formas cooperativas de acesso ao crédito que operacionalizam o microcrédito junto aos agricultores familiares. Os produtores gaúchos também contam com instituições que garantem acesso ao microcrédito.

Identificado como um dos municípios gaúchos que apresenta características associadas à pobreza rural, foi em Constantina/RS, que se procurou analisar três formas de microcrédito operacionalizadas no município por distintas instituições. A primeira delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tipo C (Pronaf C). Este programa federal é analisado em dois grupos distintos. Um que é caracterizado apenas pelo acesso ao recurso monetário e outro em que esse recurso é associado à disponibilização de recursos através do programa estadual RS Rural. O programa estadual surge no trabalho por caracterizar uma forma de expansão das capacitações diferenciada daquela obtida pelos produtores que têm apenas acesso ao Pronaf. Com objetivo de atingir as famílias caracterizadas como as mais pobres do meio rural, ao estar associada ao Pronaf, este grupo possui resultados distintos que não poderiam ser ignorados no trabalho. A expansão das capacitações deste grande grupo com acesso ao Pronaf não poderia ser tratada através da simples agregação do resultado na forma de uma média aritmética desses dois grupos, efetivamente distintos quanto à realização de seus funcionamentos.

Então, constituem-se quatro formas básicas para o início da análise da realidade encontrada. Elas podem ser separadas em dois grupos. Um grupo é caracterizado por representar políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural. Uma das formas de ação é capitaneada pelo governo federal - Pronaf C e a outra associa o acesso ao Pronaf C a uma política conduzida pelo governo estadual (RS Rural). O segundo grupo distingue-se do primeiro por operacionalizar o microcrédito através de instituições cooperativas – o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol).

Toda a análise apresentada neste trabalho está relacionada ao seguinte problema de pesquisa: Pode o microcrédito ser considerado um instrumento capaz de promover o desenvolvimento rural no município de Constantina/RS? Seguindo essa proposta, o objetivo geral do trabalho pode ser descrito como o de identificar o microcrédito, a partir da abordagem seniana da expansão das capacitações, como um instrumento para a promoção do desenvolvimento rural.

Na tentativa de encaminhar uma resposta para a questão formulada e para alcançar o objetivo geral proposto, o trabalho tem os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os mecanismos de operacionalização do microcrédito no município de Constantina/RS através do programa Pronaf C e deste programa federal associado ao acesso de recursos disponibilizados pelo programa estadual RS Rural, bem como através do Sicredi e do Sistema Cresol;
- Identificar as possibilidades de expansão das capacitações dos produtores do município de Constantina/RS com acesso ao microcrédito através dos mecanismos de operacionalização selecionados;
- Estabelecer relações entre as especificidades dos mecanismos de operacionalização do microcrédito no município de Constantina/RS e os grupos particulares de capacitações expandidas dos agricultores familiares com acesso ao microcrédito.

Alcançados os objetivos propostos é possível verificar a ocorrência das situações identificadas nas três hipóteses fundamentais que este estudo compromete-se a discutir.

A primeira hipótese indica que o microcrédito, nas formas analisadas, pode ser considerado um instrumento de promoção para o desenvolvimento rural, contribuindo significativamente para a expansão das capacitações dos agricultores no município de Constantina/RS. A confirmação desta hipótese, não se prende a

nenhum tipo de hierarquização entre as formas analisadas e sim ao fato do acesso ao microcrédito permitir a expansão das capacitações.

A possibilidade de identificação das situações em que a expansão das capacitações ocorre de forma mais intensa permite a confirmação da segunda hipótese deste trabalho. A idéia a ser confirmada refere-se ao fato de que distintas maneiras de operacionalização do microcrédito têm efeitos diferentes em relação à expansão das capacitações dos agricultores. Ou seja, a forma de acesso ao microcrédito (a possibilidade de associação a outros serviços financeiros, por exemplo) pode representar oportunidades diferentes para a expansão das capacitações. Convém advertir que a hipótese em questão refere-se às oportunidades de expansão das capacitações e de como os produtores apropriam-se, ou não, da mesma oportunidade. A confirmação da hipótese indica que diferentes formas de acesso ao microcrédito representam a expansão de grupos de capacitações diferentes.

A terceira, e derradeira, hipótese refere-se ao público de agricultores familiares com acesso ao microcrédito. A confirmação dessa última hipótese indica que os mecanismos de microcrédito estão conseguindo atender aos produtores que têm maiores retenções de capacitações por falta de acesso a recursos monetários.

O financiamento agrícola e agrário tem sido, durante muito tempo, o tema de muitas pesquisas e publicações. Entretanto, é preciso que se alerte para o tipo de crédito até então analisado. Parte significativa dos escritos tem procurado direcionar a análise para o impacto produtivo em termos nacionais destes financiamentos, como, por exemplo, os efeitos positivos de determinados produtos para a geração de superávits na balança comercial brasileira.

Além de buscar operacionalizar uma nova percepção acerca do processo de desenvolvimento, o trabalho que ora se apresenta chama atenção para os novos arranjos institucionais que garantem uma nova forma de financiamento a atores sociais que estavam, até pouco mais de vinte anos atrás, marginalizados quanto ao sistema de crédito rural e agrícola do modelo tradicional no Brasil. Já é o momento de começar uma análise que permita conhecer as relações sociais possibilitadas por essas formas de financiamento a este novo “grupo social”, identificado, inclusive de forma normativa, como de agricultores familiares.

Para isso o trabalho de pesquisa baseou-se na reunião e análise de uma parte da vasta bibliografia sobre os assuntos abordados ao longo do texto. A pesquisa no município de Constantina/RS contou com o apoio das instituições locais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. A apresentação do resultado de todo o trabalho envolvido nesta pesquisa foi feita em cinco partes distintas.

O primeiro capítulo apresenta aos leitores uma breve revisão sobre a discussão existente atualmente a respeito do desenvolvimento. Em seguida passa a apresentar a abordagem teórica seniana sobre processos de desenvolvimento. Além desses aspectos, discute-se a noção de desenvolvimento rural, o conceito de microcrédito e a emergência desta forma de financiamento como alternativa de acesso a recursos monetários para a agricultura familiar.

A descrição das formas de microcrédito que estão sendo analisadas é o tema central do segundo capítulo da dissertação que também oferece uma sucinta apresentação do município e dos motivos da sua escolha. Neste capítulo são apresentadas as características de cada programa e porquê eles foram considerados, neste trabalho para fins de análise, como formas de microcrédito.

O terceiro capítulo oferece uma descrição detalhada dos procedimentos de pesquisa e a forma de operacionalização da análise dos programas de microcrédito dentro da teoria seniana.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa. Este capítulo identifica as relações que puderam ser percebidas a partir da análise das informações obtidas com a aplicação dos questionários durante a pesquisa de campo realizada no município.

A quinta parte do trabalho foi reservada às conclusões.

Muito já foi escrito e muito ainda será sobre desenvolvimento. Espera-se que especialmente muito mais seja escrito não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil sobre possibilidades de promover o desenvolvimento e formas de avaliação desses processos. Entretanto, é preciso considerar que um processo de desenvolvimento deve contar com a participação e com o reconhecimento dos ditos “beneficiários” (neste caso, as famílias com acesso ao microcrédito).

Neste sentido, espera-se também que este trabalho seja capaz de despertar o interesse de estudantes e pesquisadores pela discussão em torno do desenvolvimento rural e da abordagem das capacitações, especialmente através de críticas que avancem na elaboração de novos trabalhos capazes de produzir conhecimentos que cada vez mais nos aproximem da realidade social e de uma nova percepção sobre os problemas sócio-econômicos.

CAPÍTULO 1 DO DESENVOLVIMENTO AO MICROCRÉDITO COMO UM INSTRUMENTO DE EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES

“Quando nos concentramos nas liberdades ao avaliar o desenvolvimento, não estamos sugerindo que existe algum ‘critério’ de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento sempre podem ser comparadas e classificadas”.

(Amartya Sen)

CAPÍTULO 1 DO DESENVOLVIMENTO AO MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES

O sistema de produção capitalista, hegemônico no controle da economia mundial, elegeu o crescimento econômico como a grande solução para os problemas de todas as nações mundiais, quaisquer que fossem – tanto as nações como os problemas. A solução keynesiana³ foi apresentada como panacéia até o fim da década de 70.

A partir do início da década de 80, a crise do estado keynesiano, juntamente – e em consequência – da emergência do processo de liberalização da economia, apelidado de neo-liberalismo, reconstituíram sob um novo enfoque a discussão sobre o desenvolvimento.

O resultado percebido de décadas de políticas baseadas no crescimento econômico foi um aumento da desigualdade e da pobreza no mundo. Esses problemas até então longínquos dos países ditos “centrais” começaram a aproximar-se das grandes economias mundiais e mostraram-se cada vez mais intensos nas economias chamadas “periféricas”⁴.

Um dos objetivos desta primeira parte do trabalho é contextualizar a discussão sobre desenvolvimento de uma maneira geral e em seguida atentar para os desdobramentos desta discussão em relação ao meio rural – bem como suas especificidades.

³ Muito brevemente e de uma maneira superficial, pode-se considerar que na visão keynesiana o crescimento econômico deveria ser induzido pelo Estado. Este, seria a instituição responsável pelo estímulo aos investimentos no país e por fazer parte significativa desses investimentos, especialmente na área de infra-estrutura.

⁴ Não é incomum encontrar a diferenciação das situações sócio-econômicas dos países indicadas como “desenvolvidos”, “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Entretanto, não me parece ser uma denominação adequada visto que a própria noção de desenvolvimento está ainda em discussão. Convém ainda enfatizar a circunstância em que essa denominação foi utilizada pela primeira vez: “... el marco inicial de la era del desarrollo, que al mismo tiempo es la era de la hegemonía americana fue establecido por el discursos del presidente Truman, de USA, cuando en su llegada al puesto de presidente, en Enero de 1964. E está ocasión él usaría, por primera vez, la palabra subdesarrollo, al decir que: ‘Debemos embarcar en un nuevo y arrojado programa para hacer con que los beneficios de nuestro avance científico y progreso industrial sean utilizables para la mejora y crecimiento de las áreas subdesarrolladas’. ... En aquella fecha, dos billones de personas se tornaron subdesarrolladas e ello porque los países en que habitan no habían alcanzado los patrones norteamericanos de desarrollo”. (Esteva, G (1996) *apud* CAPORAL (1998, p. 58)).

Outro enfoque importante deste primeiro momento de discussão, é a apresentação do microcrédito como um dos instrumentos para a promoção de um processo de desenvolvimento rural, especialmente no que diz respeito ao combate da pobreza no meio rural.

Para isso, parte deste primeiro capítulo do trabalho é dedicado a uma breve discussão sobre o processo de desenvolvimento. Além de uma contextualização de caráter um pouco mais histórico, as seções seguintes procuram abordar questões específicas dentro da ampla discussão sobre o desenvolvimento.

A segunda seção apresenta uma abordagem recente, desenvolvida por Amartya Sen, para a análise do processo de desenvolvimento dos indivíduos. A abordagem das capacitações, como é conhecida, procura evidenciar a satisfação dos agentes com suas condições de vida relacionando-as com as possibilidades, oferecidas por essas condições, para uma melhoria da qualidade de vida, denominada pelo autor como um processo de expansão de capacitações.

Em seguida, a tentativa é de relacionar a abordagem das capacitações com o processo de desenvolvimento rural que vem sendo definido e estudado no período recente.

A carência da possibilidade de expansão das capacitações é o fator principal que impede a evolução do processo de desenvolvimento dentro dessa abordagem. Nesse sentido a falta de acesso a recursos monetários e a serviços financeiros acabam por caracterizar um sério limite à melhoria da qualidade de vida dos agentes. Sendo assim, a quarta seção é dedicada à discussão de um dos instrumentos capazes de garantir ao agente social, que tem seu processo de desenvolvimento limitado, o acesso a recursos monetários e serviços financeiros: o microcrédito.

Esta última seção do capítulo contextualiza e caracteriza o microcrédito como um dos instrumentos que podem ser utilizados para a promoção do desenvolvimento rural, como um processo de expansão de capacitações.

1.1 ALÉM DO CRESCIMENTO: DESENVOLVIMENTO

Não foi durante pouco tempo, nem foram poucos os autores da teoria social, em especial àqueles dedicados às Ciências Econômicas, que utilizaram a expressão desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Mesmo que ainda hoje, alguns - poucos - economistas insistam nessa idéia de igualdade entre as expressões, constata-se que cada vez mais essas noções vêm diferenciando-se.

O crescimento refere-se a aumentos de produtividade, a mudanças na relação capital-trabalho. Certamente, não se pode negar a importância desses processos de crescimento econômico, especialmente em países periféricos. Em muitos desses países é possível perceber uma vantagem competitiva em relação a determinados recursos, entretanto, não sendo capazes de impor seu padrão de competitividade aos mercados internacionais, têm seus processos de desenvolvimento limitados pela “falta de oportunidade” de crescimento.

Mesmo que o crescimento seja capaz de influenciar, positiva ou negativamente em processos de desenvolvimento, há uma distinção a ser feita entre os processos. Desenvolvimento pode incluir processos de crescimento econômico, mas não pode ser restrito a eles.

Ou seja, o crescimento pode não resultar “naturalmente” em desenvolvimento. Da mesma forma, arranjos sociais que possibilitem a promoção de desenvolvimento podem não estar necessariamente atrelados a processos de crescimento econômico. Uma melhor distribuição de renda pode, por exemplo, ser responsável pelo desenvolvimento sem implicar necessariamente em crescimento. Por outro lado, uma economia pode crescer e a sociedade praticamente não mudar seus padrões de qualidade de vida. Segundo Yunus (2000):

“É nesse ponto que crescimento e desenvolvimento se separam. Aqueles que consideram que essas duas palavras são sinônimas ou estão intrinsecamente ligadas acham que as camadas sociais se atrelam umas às outras como os vagões de um trem de ferro. Tudo que é necessário é a locomotiva se mover, assim todos os vagões a seguem na mesma velocidade. Nem de longe é esse o caso. Além de as diferentes camadas não progredirem na mesma velocidade, se não formos cuidadosos elas não tomarão a mesma direção” (p.266).

A associação entre as duas expressões ocorreu durante a situação econômica que caracterizou um período histórico da economia norte-americana no

início do século XX, conhecido como a Grande Depressão em 1929. Durante a recuperação da economia houve uma aproximação entre as duas concepções, já que a geração de postos de trabalho associado ao crescimento econômico representa um efetivo desenvolvimento social em situações de altas taxas de desemprego. Neste momento histórico, acréscimos no Produto Interno Bruto (PIB) distribuídos entre a população e um aumento na renda *per capita* de uma população com baixo nível de qualidade de vida representaram um significativo processo de desenvolvimento, quanto à possibilidade de conseguir um emprego e adquirir bens que permitissem melhores condições de vida⁵. Entretanto, até que ponto seria possível afirmar que atualmente, um aumento no PIB seria responsável pela promoção de um processo de melhoria de qualidade de vida da maioria da população⁶? Além disso, acréscimos cada vez maiores na produção do planeta são desnecessários (já que há um problema de distribuição e não de capacitação de produção) e insustentáveis ambientalmente.

Sendo assim, a partir da década de 70, alguns autores indicam que os processos de crescimento foram distanciando-se da noção de desenvolvimento cada vez mais. Uma vez que o crescimento não se distribuía de forma eqüitativa entre os países e dentro dos países, esses índices de crescimento foram tornando-se cada vez menos capazes de refletir o ambiente social. Constatada a necessidade de novas formas de identificar processos de desenvolvimento, de acordo com aspectos além dos quantitativos, surge uma diversidade de tentativas teóricas neste sentido (inclusive com a constituição de índices de desenvolvimento)⁷.

⁵ Neste sentido, é que o crescimento pode significar parte importante do processo de desenvolvimento de países em condições de baixa qualidade de vida (pouco acesso à saúde e à educação, baixa renda *per capita* etc).

⁶ Yunus (2000, p.15) alerta para a visão que ainda hoje predomina nas universidades, que limita a visão dos estudantes sobre desenvolvimento “na vida real”: “Ao tentar oferecer aos estudantes uma espécie de visão panorâmica, as universidades tradicionais haviam criado uma enorme distância entre os alunos e a realidade da vida. Quando podemos segurar o mundo na palma da nossa mão e o vemos panoramicamente, tendemos a nos tornar arrogantes – não percebemos que ao olhar as coisas de uma grande distância tudo fica borrado. O resultado é que acabamos por imaginar as coisas em vez de enxergá-las”.

⁷ Este é o caso de índices como o Measure of Economic Welfare (desenvolvido por Nordhaus e Tobin), o Net National Welfare (desenvolvido pelo governo japonês) que procuram promover ajustes de Produto Nacional Bruto em relação às condições de bem-estar e mal-estar da população. Para isso são reclassificadas, despesas como consumo, gastos intermediários, dedução de efeitos da poluição, urbanização e da redução de tempo de lazer etc. A ONU também desenvolveu um índice que, apesar de bastante criticado, procura incorporar indicadores além dos econômicos para a análise do desenvolvimento, é o conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Um índice considerado dos mais completos desenvolvidos é o Index of Sustainable Economic Welfare. Ele apresenta, além dos elementos econômicos, elementos sociais e ambientais para a avaliação do

Um dos aspectos importantes que passou a fazer parte das tentativas de novas formas de avaliação do desenvolvimento foi a incorporação da idéia de desenvolvimento sustentável. A noção de desenvolvimento sustentável ainda está em disputa e não foi consolidada teoricamente. Entretanto, sua aceitação de uma maneira geral está marcada pela utilização da expressão pela Organização das Nações Unidas (ONU), quando da publicação do Relatório Brundtland. Essa definição indicava o desenvolvimento sustentável como aquele em que não há prejuízo das condições de vida para as gerações futuras. A noção está basicamente ligada à percepção do problema ambiental global que atinge atualmente o planeta.

Essa idéia de desenvolvimento é amplamente questionada uma vez que indica que o progresso⁸ obtido nos tempos passados poderia ser vivido por todas as pessoas no futuro (CMMAD, 1991). Na realidade essa definição de desenvolvimento sustentável pode levar a um desenvolvimento insustentável em diversos aspectos, especialmente quanto a insustentabilidade de um nível mundial de consumo nas bases do nível de consumo dos países centrais.

Além dos aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental do desenvolvimento, diversos outros aspectos podem ser analisados dentro do processo. Outro exemplo, é o desenvolvimento espacial das sociedades. Como a sociedade deve ocupar o espaço do planeta para viver melhor? Da mesma forma, podemos focar as próprias condições econômicas das populações para verificar em que medida há desenvolvimento a partir de um aumento da renda.

Certamente, o fim deste debate está longe. Entretanto, é comum a todos os enfoques a percepção sobre a necessidade de mudanças em relação às formas de identificar processos de desenvolvimento.

A abordagem das capacitações tratada na próxima seção apresenta-nos uma alternativa quanto à percepção do processo de desenvolvimento. Essa abordagem procura avaliar diversos aspectos que podem contribuir para o aumento da qualidade de vida, bem como considerar a percepção do próprio agente sobre sua condição de vida.

processo de desenvolvimento. Foi desenvolvido por Daly e Cobb. (Para maiores informações sobre os índices e uma análise completa, com resultados interessantes para economias como o Japão e os Estados Unidos, ver MERICO, Luiz F.K. **Introdução a Economia Ecológica**. FURB: Blumenau, SC. 1996).

⁸ Fosse esse o objetivo deste trabalho, poder-se-ia discutir que implicações acarretam a utilização da idéia de progresso nesse contexto.

1.2 DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES: A ABORDAGEM SENIANA

Amartya Sen procurou desenvolver um arcabouço teórico capaz de fugir das simplificações que permeiam a teoria econômica. Nascido na Índia, o autor esteve sempre preocupado em discutir problemas éticos na economia e a sua excessiva quantificação. Desde suas primeiras análises em relação à economia do bem-estar, o professor Sen tem apresentado uma posição ambígua em relação à matemática. Por vezes, critica a excessiva dependência em relação à absoluta e completa formalização matemática da qual a Ciência Econômica depende para legitimar suas teorias e outras vezes vale-se dessa própria formalização para corroborar suas exposições e formulações teóricas.

Figura 01 Box - O Autor

Amartya Kumar Sen nasceu em Santiniketan, Índia em 1933. Estudou nesta mesma cidade, na escola Visva- Bharati que foi fundada por Debendranath Tagore, pai do poeta, escritor e compositor bengalês Rabindranat Tagore. R. Tagore foi o primeiro asiático a receber um prêmio Nobel e influenciou o pensamento e os interesses de Sen.

Sen foi professor em importantes centros de ensino e pesquisa em economia, como a *Delhi School of Economics* e a *London School of Economics*. Lecionou Economia e Filosofia em Harvard por uma década. Recebeu seu Ph. D. em 1959, no Trinity College da Universidade de Cambridge, por sua tese sobre “escolhas técnicas” em economias em desenvolvimento, sob orientação de Joan Robinson. Desde 1998 é *Master* (reitor) desta faculdade.

Seus inscritos têm influenciado análises e programas da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial. Desde 1990, participa da elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano. Criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 1998, ganhou o Nobel de Economia por suas contribuições à economia do bem-estar.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado da apresentação do livro de Sen (2001).

O autor desenvolve, em sua análise sobre a teoria econômica, a idéia de que não há provas capazes de confirmar que a racionalidade do comportamento humano e a maximização do auto-interesse são os modelos que estão mais bem capacitados para refletir o comportamento humano real e menos ainda que conduzem necessariamente a “ótimas” condições econômicas. Contestando o alicerce da teoria econômica hegemônica atual, Sen propõe uma noção capaz de ampliar a gama de aspectos envolvidos quando é preciso avaliar e analisar a qualidade de vida e a motivação dos seres humanos. Neste sentido, o desenvolvimento não pode ser estimado em termos tão restritos quanto a consideração exclusiva da situação econômica e da renda de cada agente para classificar sua qualidade de vida, ou seu desenvolvimento, ou ainda suas possibilidades de expansão das capacitações.

Para fundamentar suas considerações o autor procura redescobrir as duas vertentes principais que deram origem a economia: a ética - e a concepção da ética política - e a engenharia. Remontando a Aristóteles, Sen identifica a vertente ética de origem da ciência econômica, que tenta arduamente resgatar. O pensador grego indica na sua obra que “a vida empenhada no ganho é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa” (*Política*, tradução inglesa de Barker, 1958 *apud* SEN, 1999, p.19)⁹.

A origem da ciência econômica que remonta à engenharia procura abordar a percepção de questões primordialmente logísticas, baseadas em motivos simples e de fácil caracterização. Não é preciso muito esforço para verificar que essa abordagem, de certa forma, acabou por reprimir a origem ética da ciência econômica. A formalização matemática desta vertente e seus pressupostos claramente identificáveis, mesmo que não realistas, predominou na tentativa de solução dos problemas econômicos. Walras, que era de fato engenheiro, e Petty, o pioneiro da economia numérica, levaram quase ao extremo as identidades

⁹ “Procurei mostrar que a economia do bem-estar pode ser substancialmente enriquecida atentando-se mais para a ética, e que o estudo da ética também pode beneficiar-se de um contato mais estreito com a economia. Também demonstrei que pode ser vantajoso até mesmo para a economia preditiva e descritiva abrir mais espaço para considerações da economia do bem-estar na determinação do comportamento. Não tentei provar que qualquer um desses exercícios seria particularmente fácil. Eles encerram ambigüidades profundamente arraigadas, e muitos dos problemas são inerentemente complexos. Mas o argumento em favor de aproximar mais a economia da ética não depende da facilidade em consegui-lo. Fundamenta-se, antes, nas recompensas advindas do exercício. Procurei mostrar que as recompensas possivelmente serão imensas” (SEN, 1999, p. 105 e 106).

matemáticas para a percepção e para previsão dos fatos econômicos. Essa abordagem relaciona-se estreitamente com os estudos econômicos que derivam do aperfeiçoamento de técnicas estatísticas. De fato, não se pode negar que ela foi capaz de solucionar um sem número de problemas técnicos nas relações econômicas. Mesmo sendo extremamente abstratas e caracterizando as instituições sociais de forma extremamente simples, teorias derivadas exclusivamente desta abordagem facilitaram o entendimento de algumas interações sociais (por exemplo, a teoria do equilíbrio geral, ilustrando os princípios de demanda e oferta) (SEN, 1999)¹⁰. Entretanto, é preciso compreender que para percepção da Ciência Econômica enquanto ciência social e para a análise de processos de desenvolvimento, esse tipo de abordagem não é suficiente. Ela consegue indicar alguns dos meios que permitem compreender algumas facetas do processo de desenvolvimento, mas não se pode concentrar toda atenção nesta abordagem. Foi isso o que durante muito tempo aconteceu, em detrimento da importância da abordagem ética. Segundo Sen (1999):

“A metodologia chamada ‘economia positiva’ não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real” (p.23).

Dessa forma, a confusão entre meios e fins, tão discutida em toda a obra de Sen parece ter sua origem no próprio descompasso que a produção científica da Economia seguiu em relação às suas vertentes, enquanto ciência social. A vertente da engenharia, aderente às análises e estudos de crescimento econômico e de transformações produtivas, transformou a humanidade num meio para a obtenção de riquezas. Transformou o fim, o bem da humanidade, em um meio. Recorrendo à

¹⁰ “O objetivo aqui não é apenas ressaltar que modelos teóricos muito abstratos podem, não obstante, ter uma importância prática considerável – fato esse que deve ser bastante óbvio. Também se pretende enfatizar que mesmo a caracterização singularmente estreita da motivação humana, abstendo-se de considerações éticas, pode, ainda assim, ser útil para a compreensão da natureza de muitas relações sociais de importância na economia. Portanto, não estou afirmando que a abordagem não ética da economia tem de ser improdutiva. Mas gostaria de mostrar que a economia, como ela emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos. Não é meu intuito descartar o que foi ou está sendo alcançado, e sim, inquestionavelmente, exigir mais” (SEN, 1999, p.25).

Kant, outro conhecido filósofo, Sen empenha-se em desfazer a confusão entre fins e meios: "... age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na sua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio" (Kant, I. 1909 *apud* SEN, 1993, p.313). Decorre desta observação que as pessoas não podem ser simplesmente consideradas como um meio para obtenção do progresso, do crescimento econômico.

Essa confusão torna-se extremamente importante quando consideramos aspectos de planejamento e do desenvolvimento econômico, especialmente se considerarmos a fixação de objetivos de políticas econômicas (SEN, 1993).

Isso significa que, por exemplo, no caso de políticas de combate a pobreza, uma questão refere-se a permitir um aumento na renda das pessoas envolvidas em programas de assistências ou de grupos de trabalho e outra é que esse aumento de acesso a recursos seja capaz de promover e alavancar um processo de desenvolvimento. Mesmo que, aparentemente, essas duas noções estejam estreitamente relacionadas não se pode estabelecer uma relação linear quantitativa entre as variáveis. O acesso a mais recursos monetários não garante *per si* um aumento na qualidade de vida.

A abordagem da expansão das capacitações procura identificar meios capazes de promover um fim que, neste caso, estamos considerando como um processo que possibilite a melhoria da qualidade de vida dos agentes. Entretanto, antes de apresentar a Teoria das Capacitações, é preciso conhecer as principais ressalvas do autor em relação às teorias econômicas que até, então se propunham a analisar o processo de desenvolvimento.

1.2.1 As "Suposições" da Economia Positiva

A princípio, o autor considera que a suposição fundamental de um comportamento racional dos seres humanos na economia moderna como o comportamento real é, no mínimo, bastante controversa. Segundo Sen (1999, p. 27): "Há muitas dificuldades óbvias nesta via, especialmente porque está bem claro que todos nós de fato cometemos erros, com freqüência experimentamos, nos confundimos e assim por diante".

O mundo dos comportamentos humanos pode ser considerado bem mais heterogêneo do que aquele suposto pelo comportamento racional¹¹. Por outro lado, vale a pena identificar o argumento de que supor um comportamento baseado na irracionalidade não seria capaz de fazer avançar demasiadamente as pesquisas. Sendo assim, é preciso buscar maneiras mais flexíveis de, quem sabe, “comportamentos racionais” que não sejam tão restritos como aqueles que atualmente são supostos pela teoria econômica de maneira geral.

Além disso, a racionalidade também se apresenta alicerçada pelo pressuposto maximizador do auto-interesse¹². Isso pode igualmente não ser parte do efetivo comportamento real. Mesmo que o argumento do auto-interesse apresente-se há muitos séculos “como uma das características principais da teorização econômica predominante” (SEN, 1999, p. 31), é possível constatarmos no mundo real uma pluralidade de motivações que não estão ligadas diretamente ao auto-interesse.

A idéia de que o auto-interesse é o único motivo racional da ação humana acaba por rejeitar o papel da ética na real tomada de decisão e uma pluralidade de motivações, limitando de forma definitiva essa percepção. A questão principal colocada por Sen (1999, p. 32) é: “Será que ‘o chamado ‘homem econômico’, que busca seus próprios interesses, é o que melhor representa o comportamento dos seres humanos, ao menos em questões econômicas?”.

Para o autor, o sucesso que em alguma medida essa concepção do auto-interesse tem alcançado baseia-se muito mais na teorização do que na verificação empírica. Na realidade, não é difícil perceber no mundo real, fatos, que de certa

¹¹ Sen (1999) utiliza em sua obra uma ilustração interessante para demonstrar os limites de uma abordagem comportamental que se baseie na escolha racional: “Por exemplo, o asno de Buridano, que morreu de fome porque não conseguiu decidir qual dos dois montes de feno à sua frente era superior, poderia ter escolhido racionalmente qualquer um dos dois montes, uma vez que tinha boas razões para escolher *qualquer um* em vez de morrer de fome. Mas ele não tinha razão para escolher um monte *em vez* do outro, e escolher qualquer um deles teria sido, portanto, apenas parcialmente justificado. As decisões públicas racionais precisam conformar-se com essas escolhas parcialmente justificadas” (p.83) (grifos de Sen).

¹² “É desnecessário dizer que, por essa interpretação, a pessoa maximiza sua ‘função utilidade’. Mas isso não acrescenta coisa alguma ao que já sabíamos e, em particular, não está dizendo nada sobre o que a pessoa está tentando maximizar. Denominar essa relação binária ‘função utilidade’ da pessoa não nos diz que é sua utilidade em qualquer sentido independentemente definido (como felicidade ou satisfação de um desejo) que a pessoa está de fato tentando maximizar” (SEN, 1999, p.30).

forma, apontam em outra direção que não aquela do comportamento humano baseado no auto-interesse¹³.

Entretanto, considerar que o auto-interesse não é o único fator que leva à ação humana, não é dizer que as pessoas se comportam sempre baseadas no altruísmo. O objetivo é indicar que a possibilidade de uma maior satisfação, uma maior felicidade, pode passar, além do próprio interesse, pelo interesse de outras pessoas.

Segundo o próprio autor:

“As ações baseadas na lealdade ao grupo podem implicar, em alguns aspectos, um sacrifício de interesses puramente pessoais, assim como podem também facilitar, em outros aspectos, maior realização do auto-interesse (SEN, 1999, p. 36)”

Ao chamar a atenção para a excessiva crença na otimização do bem-estar de cada indivíduo, Sen também critica o ótimo de Pareto em determinados estados sociais¹⁴. Além de, como nos outros casos, ser de difícil verificação, esse critério também poderia ser obtido em sociedades extremamente desiguais. Dessa forma, “um estado pode estar no ótimo de Pareto havendo algumas pessoas na miséria extrema e outras nadando em luxo, desde que os miseráveis não possam melhorar suas condições sem reduzir o luxo dos ricos” (SEN, 1999, p.48). Ou seja, esse critério, muitas vezes considerado de “eficiência econômica” é totalmente impróprio para analisar questões distributivas.

Assim, convém ponderar que ações que poderiam ser consideradas como atos de desumanidade, mesmo que possuam ótimos resultados econômicos tendem a não se realizarem diante de pedidos de ajuda¹⁵. Esses dilemas (incertezas, hesitações etc.), mesmo que intimamente relacionados com características culturais

¹³ “De fato, o predomínio do comportamento baseado em regras no Japão pode ser visto não só nos assuntos econômicos, mas também em outras esferas da conduta social, como por exemplo a raridade com que se joga lixo nas ruas, a pouca frequência de litígios, um número incomumente pequeno de advogados e baixo índice de criminalidade em comparação com países do mesmo nível de riqueza” (SEN, 1999, p.34).

¹⁴ Ao atingir um ótimo de Pareto é impossível aumentar a utilidade de uma pessoa sem reduzir a utilidade de alguma outra pessoa.

¹⁵ “Se o exemplo do açougueiro, cervejeiro e padeiro nos leva a atentar para o papel mutuamente benéfico do auto-interesse, o argumento dos perdulários e empresários improdutivos mostra a possibilidade de que, em certas circunstâncias, as motivações do lucro privado podem realmente ser contrárias aos interesses sociais” (SEN, 2000, p. 150).

e sociais, possivelmente não são insignificantes em termos econômicos¹⁶. O comportamento humano pode valorizar a atenção dada aos interesses de outras pessoas, mesmo que isso signifique não estar “maximizando” seu próprio bem-estar.

A discussão entre ética e economia e a necessidade de mudanças na concepção das Ciências Econômicas feita por Amartya Sen, apresenta-se, na verdade, de maneira bastante mais árdua do que foi tratada brevemente nesta seção. Ela percorre o caminho de um denso debate filosófico em relação aos aspectos em questão.

1.2.2 A Condição de “Agente” – Aspectos Importantes da “Agência Humana”

A partir da crítica aos teóricos da racionalidade e do comportamento maximizador dos agentes, Sen desenvolve a noção de “agência” [*agency*] humana. Ou seja, é preciso conhecer a motivação e os valores que atuam no “mundo real” para sermos capazes de perceber e, quem sabe, orientar processos de desenvolvimento nas diversas sociedades¹⁷.

A condição de agente permite que as pessoas possam ter entre os seus objetivos, realizar o objetivo de outros que podem não estar diretamente relacionados com o seu bem-estar pessoal¹⁸. Considerar a “*agency*” dos integrantes da sociedade permite perceber diferentes tipos de fins e valores que as pessoas podem ter razões para valorizar ao longo da sua vida. Nesse sentido, Sen identifica na condição de agente [*agency*] diferentes formas de transformação dessa condição

¹⁶ Alguns exemplos podem ser dados: adesão a greves, cooperação e conflitos nas empresas etc.

¹⁷ De acordo com Comim (2001, p. 4) : “The agency aspect is crucial for an understanding of the Capability Approach. It describes the situation where one acts in terms of one’s own values and objectives. It is behind individual initiative and social effectiveness. As argued by Sen (1999: 53) ‘The people have to be seen, in this perspective, as being actively involved – given the opportunity-in *shaping their own destiny*, and not just as passive recipients of the fruits of cunning development programs [emphasis added]”.

¹⁸ Segundo o próprio Sen (1999, p. 57): “Podemos ver essa pessoa em termos de sua condição de agente [*agency*], reconhecendo e respeitando sua capacidade para estabelecer objetivos, comprometer-se [*commitments*], valores, etc., e também podemos ver essa pessoa em termos de bem-estar [*well-being*], o que igualmente requer atenção. Essa dicotomia perde-se em um modelo em que a motivação é baseada apenas no auto-interesse, no qual a condição de agente da pessoa tem de ser inteiramente voltada para seu próprio bem-estar. Mas assim que removemos a camisa-de-força do auto-interesse, torna-se possível reconhecer o fato inquestionável de que a condição de agente de uma pessoa pode muito bem orientar-se para considerações que não são abrangidas – ou pelo menos não são *totalmente* abrangidas – por seu próprio bem-estar” (As palavras entre chaves referem-se a esclarecimentos do tradutor da obra. Os grifos são de Sen).

em possibilidades de expansão de capacitações [capability] (SEN, 2001). Uma pessoa pode, por exemplo, valorizar a independência de seu país ou a extinção da fome de determinada região. Desta forma, alcançados esses objetivos ela elevaria seu grau de satisfação e, portanto sua avaliação em relação à sua própria vida o que poderia não alterar suas condições materiais de renda e sobrevivência. Além disso, essa pessoa pode ter participado efetivamente para esse processo, ou seja, pode ter efetivamente realizado a sua condição de agente, ou pode simplesmente ter assistido a realização do objetivo por outras pessoas. Mesmo que nos dois casos, o objetivo de melhoria na condição de vida tenha sido alcançado, aquela pessoa que realizou sua condição de agente tende a ter um sentido de valorização daquele ato, que o faz mais satisfeito com a própria vida¹⁹.

Segundo Sen (2001),

“ao analisar os objetivos da condição de agente, é possível fazer uma distinção adicional entre (1) a ocorrência daquelas coisas às quais alguém dá valor e que visa realizar, e (2) a ocorrência de tais coisas produzidas por *seus próprios* esforços (ou, na produção das quais essa pessoa teve *ela mesma* parte ativa). A primeira ocorrência refere-se ao acontecimento dos objetivos das pessoas, não importando o próprio papel na produção do acontecimento. A última, em contraste, é uma noção mais específica de êxito da pessoa especificamente como um agente”. (Grifos de Sen, p. 104 e 105)”

A segunda opção indica a efetiva participação dos agentes na obtenção daquilo que valorizam. Em diversas ocasiões é interessante distinguir ainda entre o “êxito acabado da condição de agente” [*realized agency success*] e o “êxito instrumental da condição de agente” [*instrumental agency success*]. A primeira condição indicaria a participação de uma maneira geral, por exemplo, num grupo de pessoas. No segundo caso, na verdade um caso específico do primeiro, a instrumentalidade refere-se ao controle que o agente é capaz de exercer no processo que alcança o resultado desejado²⁰.

¹⁹ Mais uma vez deve-se alertar que a discussão sobre a superioridade da realização da condição de agente vai além dos exemplos aqui tratados. Há casos em que a realização do agente, o envolvimento efetivo em determinadas questões pode representar uma redução da qualidade da vida dessa pessoa. Por exemplo, no caso de alguém que tem a chance de impedir um assalto. Mesmo que essa pessoa tenha êxito naquilo que seus valores e objetivos indiquem que deva ser valorizado – evitar o assalto – essa situação pode representar um risco que ela, se pudesse escolher, optaria por não correr.

²⁰ Na obra de Sen, há toda uma bibliografia tratando da relação entre a expansão das capacitações e o controle. Mesmo que não seja objetivo deste trabalho aprofundar esse aspecto da teoria, é interessante indicar que segundo o autor: “na sociedade moderna, dada a complexa natureza da

Muito da crítica feita à teoria seniana de análise do processo de desenvolvimento indica que não é possível perceber o desenvolvimento a partir dos desejos e daquilo que as pessoas valorizam, visto que há uma diversidade sócio-cultural bastante grande. Entretanto, mesmo sem indicar nessa obra a solução para o dilema de “avaliar” aquilo que é valorizado, o próprio Sen (1999) alerta que:

“... atribuir importância ao aspecto da condição de agente de cada pessoa não implica aceitar tudo o que a pessoa preza como sendo valioso incondicionalmente e tão intensamente quanto isso é valorizado pela pessoa. Respeitar o aspecto da condição de agente indica a adequação de ir além do bem-estar da pessoa, chegando a suas valorações, comprometimentos etc., mas a necessidade de avaliar essas valorações, comprometimentos etc. não é eliminada pela mera aceitação dessa adequação. Pode-se dar importância à condição de agente (não só instrumentalmente para a busca do bem-estar, mas também intrinsecamente), mas isso ainda deixa em aberto a questão de como a condição de agente deve ser avaliada e aquilatada” (p. 58).

1.2.3 Expansão das Capacitações

Além de criar e contribuir decisivamente para a admissão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os índices que tentam refletir de forma mais abrangente os processos de desenvolvimento no mundo²¹, Amartya Sen tem trabalhado para o aprimoramento de um arcabouço teórico complexo que procura identificar processos de desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento é visto como “a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p.10).

Nesse sentido, percebe-se uma concepção de desenvolvimento baseada na forma de vida que a pessoa tem e se ela teve ou não opção de levar a vida que leva. Para além de informações objetivas, Sen indica a necessidade de perceber a avaliação que o agente tem de sua própria condição. É preciso identificar se a pessoa valoriza sua vida e as opções que tem (ou ainda, se valoriza as opções que não pode ter ou se desconhece as opções disponíveis a outras pessoas). Diversos tipos de privações, encontradas tanto nos países ricos como nos países pobres,

organização social, freqüentemente é bastante difícil, se não impossível, ter um sistema que dá a cada pessoa todos os instrumentos de controle sobre a sua própria vida. Mas o fato que outros possam exercer controle não implica que não haja qualquer outro problema com respeito à liberdade da pessoa; de fato faz diferença como os controles são na realidade exercidos” (SEN, 2001, p. 113).

²¹ O IDH considera, além da renda *per capita*, indicadores de saúde e educação na sua composição.

passam agora a incorporar uma noção de desenvolvimento que vai além da percepção da renda monetária. Sen aposta na análise de condições de vida e das oportunidades dos agentes para conscientizarem-se e exercerem sua “condição de agência”²². É preciso perceber se, além das condições materiais de vida, as pessoas têm acesso a oportunidades que permitem que elas possam melhorar sua qualidade de vida.

É a partir do conjunto de oportunidades, que incluem o acesso a bens e serviços, que seria possível analisar o processo de desenvolvimento nos ambientes sociais. Ou seja, quanto maior a extensão dessas oportunidades, maior a liberdade da pessoa realizar sua “agência” e então melhorar sua qualidade de vida, de acordo com os aspectos valorizados.

Na tentativa de analisar esses processos, o autor indica a idéia de que é possível avaliar a liberdade das pessoas através da realização de funcionamentos [*functionings*]. A noção de funcionamento é a “mais primitiva” dentro da abordagem das capacitações (SEN, 2001, p. 236). A partir dela é que são elaborados os demais conceitos dessa abordagem teórica. Os funcionamentos referem-se a estados de existência [*beings*] ou a atividades [*doings*] que podem ser realizados pelos agentes²³. As capacitações “refletem as liberdades substantivas. É o termo seniano que abrange ‘oportunidade’” (SEN, 2001, p.234).

Quando se trata de analisar desigualdades e processos diferenciados, o problema essencial no plano teórico é identificar um núcleo básico de necessidades comuns que podem ser vistas como funcionamentos. Esse núcleo básico de funcionamentos está relacionado à escolha de uma variável focal²⁴. A variável focal “é aquela que a análise focaliza ao comparar pessoas diferentes” (SEN, 2001, p. 30).

²² Segundo o próprio Sen (1993, p. 333): “Ampliar as vidas limitadas das quais, queiram ou não, a maioria dos seres humanos são prisioneiros por força das circunstâncias, é o maior desafio do desenvolvimento humano no mundo contemporâneo. Uma avaliação informada e inteligente tanto das vidas a que somos forçados como das vidas que poderíamos escolher mediante reformas sociais é o primeiro passo para o enfrentamento daquele desafio”.

²³ “Para Aristóteles, (a) a ‘função’ de uma coisa é uma atividade que distingue sua natureza de todas as outras coisas (isto é um pressuposto sobre a *identidade última* de algo); (b) o *bem humano* define-se pela atividade *distintivamente humana: o uso da razão*; (c) o melhor uso da razão depende da realização e diferentes *potencialidades* (capacitações); (D) o *bem propriamente humano* é a vida na qual, graças ao livre desenvolvimento dessas *potencialidades*, o *exercício* da razão é continuamente aperfeiçoado” (SEN, 2001, p. 236) (Ênfases de Sen).

²⁴ O capítulo 3 é dedicado a esclarecer como todos os conceitos senianos compõem este trabalho. Por ora, talvez seja importante identificar a variável focal escolhida para a realização desta pesquisa: tipo de acesso ao microcrédito. A partir desta variável focal foram identificados diversos grupos de capacitações e funcionamentos.

Ela pode , é claro, apresentar pluralidade interna. Ou seja, apresenta as características que diferenciam os agentes.

A apresentação da variável focal na teoria seniana é muito importante pois é preciso defini-la para estabelecer comparações. As análises de uma mesma situação podem ter escalas diferentes quando avaliadas por diferentes variáveis focais.

A realização dos funcionamentos pela pessoa indica sua capacitação [*a person's capability*]. “A capacidade de uma pessoa para realizar um funcionamento que ela tem razão de valorizar fornece a abordagem geral à avaliação dos ordenamentos sociais, e isto produz uma maneira singular de ver avaliação da igualdade e da desigualdade” (SEN, 2001, p. 34).

A discussão sobre igualdade e desigualdade em Sen, indica que são as capacitações que devem ser igualadas. Dessa forma, as pessoas devem ter a liberdade de escolha entre pacotes alternativos de funcionamentos²⁵. As capacitações são poderes, possibilidades para fazer ou deixar de fazer. Através da capacitação de uma pessoa ela tem mais ou menos condições para buscar seus objetivos.

Surge, entretanto, um problema de difícil solução para a comparação das capacitações de uma maneira geral, devido a heterogeneidade do ser humano. Ou seja, as capacitações estão certamente ligadas a características que nem sempre podem ser comparadas (por exemplo, a capacitação para falar em público com desenvoltura).

Sendo assim, Sen (2001) indica que:

“Nos termos da posição delineada e defendida neste trabalho, um modo mais adequado de apreciar a igualdade ‘real’ de oportunidades deve ser por intermédio da igualdade de capacitações (ou de eliminação das

²⁵ “..., a liberdade de uma pessoa pode ser considerada valiosa em adição às realizações dela mesma. As opções e oportunidades de um indivíduo podem ser julgadas importantes em uma avaliação normativa em adição àquilo que ele acaba realizando ou assegurando. A liberdade pode ser valorizada não meramente porque auxilia a realização mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado. Se, por exemplo, todas as alternativas além daquela verdadeiramente escolhida fossem eliminadas, isso não afetaria a realização (uma vez que a alternativa escolhida ainda pode ser escolhida), mas a pessoa claramente tem menos liberdade e isso pode ser considerado uma perda de certa importância”(SEN, 1999, p. 76).

desigualdades claras nas capacitações, pois as comparações de capacitações são caracteristicamente incompletas) (p.37)".

É através dessas duas concepções teóricas fundamentais – funcionamentos e capacitações que a abordagem seniana procura identificar e perceber o processo de desenvolvimento²⁶. Esse arcabouço teórico pretende ter “vínculos estreitos” com a avaliação da pobreza (SEN, 2001). Ela é encarada então como a privação de alguma satisfação mínima de capacitações elementares e é percebida como composta por aspectos relativos e absolutos. Tanto em países ricos como em países pobres é possível perceber a natureza da pobreza através dessa abordagem²⁷.

O exercício da análise torna-se um pouco mais complexo quando pretendemos utilizar a abordagem das capacitações para perceber processos de desenvolvimento. Aí, a diversidade de vivência em sociedade deve ser percebida e, de certa forma, valorizada em termos de análise. Questões relacionadas a gênero, por exemplo, devem ser salientadas, pois segundo o autor,

“em muitas sociedades, as relações familiares tradicionais têm exigido sacrifícios assimétricos de alguns membros da família, como por exemplo das mulheres. A sobrevivência dessas tradições freqüentemente foi favorecida pela aceitação de um tipo específico de ‘ética’ no qual desigualdades gritantes no modo de vida podem não parecer inaceitáveis e,

²⁶ Outra idéia de bastante importância, também derivada desses dois elementos, e que infelizmente não deverá ser abordado neste trabalho de uma forma mais ampla é a noção de intitamentos [entitlements]. Segundo Sen, “esse termo foi introduzido originalmente para mudar o foco da análise da fome: refere-se a ‘pacotes [alternativos] de mercadorias sobre os quais uma pessoa pode ter controle [é capaz de escolher consumir] (Sen 1984: 30 *apud* Sen 2001, p.235); ‘entitlements’ incluem capacitações (dependentes de “regras para aquisição” estabelecidas pelos ordenamentos legal, político e econômico) aplicadas ao espaço de mercadorias: a capacidade (quer dizer, o conjunto capacitário) de uma pessoa é ‘um conjunto de pacotes alternativos de mercadorias’ (cf. Drèze & Sen 1989; cap 1 *apud* Sen, 2001, p. 235); uma vantagem crucial de focalizar a análise sobre ‘entitlements’ é revelar uma importante causa da fome coletiva (cuja negligência gerou desastres que poderiam ter sido evitados): ela deixa de resultar basicamente de uma diminuição drástica na ‘oferta’ de comida (seja qual for o mecanismo que tenha gerado a escassez) para depender também fundamentalmente de uma falha nas capacitações como ‘poderes para’ das pessoas para ‘dispor de’ pacotes de bens que contenham suficiente comida. Assim, a análise da fome ‘desfocaliza’ variáveis que são índices insuficientes – ou mesmo inadequados – do bem-estar-humano” (SEN, 2001, p. 235) (Todas as ênfases são de Sen). Neste trabalho, a noção de intitamentos não está no foco principal pois estamos tratando de pessoas que possuem a oportunidade de acesso ao microcrédito. Parece-me, entretanto, que este seria o foco adequado quando, eventualmente, for discutido a situação daqueles que ainda encontram-se sem acesso a qualquer tipo de financiamento, por exemplo. A noção de grupo capacitário, a que essa nota faz menção, embora tratada teoricamente neste trabalho, está fora do contexto de análise feito aqui (Muito mais devido a complexidade em relação a operacionalização deste conceito do que qualquer outro fator).

²⁷ “A persistência da pobreza em países que são afluentes [EUA e alguns da Europa] é um fenômeno intrigante que começa a ganhar cuidadosa atenção nos debates contemporâneos. A compreensão e atenuação deste problema podem ser ambas ajudadas pela consideração explícita da relação entre as privações em diferentes espaços. Especialmente entre rendas e a capacidade para levar vidas seguras e recompensadoras” (SEN, 2001, p. 39).

às vezes, podem não ser efetivamente reconhecidas e expostas a avaliação e aceitação. A questão da percepção é crucial para a compreensão das desigualdades entre os sexos nas sociedades tradicionais, e um desafio ético às moralidades tradicionais requer argumentos cognitivos” (SEN, 1999, p.36)

Utilizando a noção de funcionamentos é possível perceber uma multiplicidade de fatores que podem ser considerados eticamente valiosos. Dessa forma, o entendimento em relação à situação vivida efetivamente ultrapassa bastante a limitação representada pela análise de faixas de renda e de consumo. Considerar a “agência humana” significa perceber a satisfação e a “felicidade” dos agentes em relação à vida que levam e às possibilidades de mudança de determinadas situações. É preciso ter em mente que esse tipo de análise seria “embaraçosa” à metodologia até então utilizada que procura desesperadamente a homogeneidade descritiva como valor indispensável (SEN, 1999).

A análise da liberdade e da possibilidade de realização dos funcionamentos de um conjunto de pessoas não deve, nem pode, ser relacionada à busca pela homogeneidade. Mesmo que a análise gere, em algumas situações relações incompletas, ela sempre tenderá a refletir a heterogeneidade das conformações sociais individuais. Assim, é possível perceber que esta abordagem apresenta-se mais consistente com a heterogênea realidade do nosso vasto mundo do que avaliações que reduzem as escolhas - e vidas - humanas a pacotes de bens.

Segundo o próprio Sen (1999):

“Essa abordagem não requer uma ordenação *completa* em cada caso, e permite a ‘incompletude’ [*incompleteness*] na ordem parcial que resulta da avaliação plural. Quando há congruência das diferentes partes da avaliação plural, um *ranking* global pode ser obtido com base no ‘raciocínio da dominância’, ou seja, ‘x é melhor do que y em todos os aspectos’. A ordenação parcial que se obtém em última análise *incluirá* a relação de dominância mas pode, obviamente, ir muito além” (p.82).

A incompletude da análise desta abordagem teórica tem influenciado de forma acentuada o debate atual sobre as medidas de política social. As necessidades políticas exigem a realização efetiva ainda que todas as informações não estejam organizadas e analisadas de forma racional dentro da condição *coeteris paribus* (ou, por outro lado que nada seja feito até que tudo esteja “organizado” – o destino de quem depende dessas ações poderia, então, ser o mesmo do asno de Buridano). Esse tipo de percepção permite que as decisões públicas possam ser

justificadas parcialmente, com percepções mais próximas da realidade social²⁸. É a necessidade de perceber o desenvolvimento como um processo social que influi diretamente na vida de cada pessoa que leva-nos a utilizar a abordagem das capacitações neste trabalho sobre o microcrédito como instrumento para o desenvolvimento rural.

Ainda que possa representar uma nova forma de analisar os processos de desenvolvimento e possibilitar algum tipo de comparação entre esses processos, a abordagem seniana das capacitações enfrenta diversas críticas. Sen é acusado de calar aqueles que poderiam ser considerados “alienados” (no sentido marxista dessa percepção) em relação à forma de vida que levam e de não conseguir adaptar seu próprio arcabouço teórico à realidade globalizada do mundo atual²⁹. Mesmo entre aqueles autores que acreditam nesta abordagem como um instrumento de interpretação do desenvolvimento, ainda há dúvidas em relação ao esclarecimento de diversos conceitos³⁰.

1.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A discussão atual sobre o desenvolvimento de uma maneira geral mostrou aos pesquisadores que todo período da produção em massa que representou grandes aumentos de produtividade³¹, iniciada após a Segunda Grande Guerra e extinta em fins dos anos 1970, não foi suficiente para resolver alguns dos problemas “antigos”. Atualmente “existem problemas novos convivendo com antigos” (SEN, 2000, p.9)³². A análise desses problemas, em especial o referente à pobreza³³, leva

²⁸ “Essa análise tem influenciado acentuadamente os debates sobre as medidas de política social do presente e aponta em direção a políticas mais orientadas para a produção (não apenas de alimentos, mas também de outros bens que poderiam ser trocados por alimentos), *em vez do simples auxílio em dinheiro e gêneros associados*. No que tange ao auxílio direto em dinheiro ou gêneros no curto prazo, essa análise indica ser vantajoso dar *mais ênfase ao auxílio em dinheiro no local* onde os necessitados normalmente trabalham e residem, em combinação com um aumento da oferta de alimentos no mercado, em vez de o Estado tentar resolver o problema logístico de levar tanto as vítimas como os alimentos para campos de refugiados construídos às pressas” (SEN, 1999, p. 43) (Grifos de Kühn).

²⁹ Ver Jensen (2000).

³⁰ Ver Gasper (2001).

³¹ Especialmente devido ao desenvolvimento e a difusão de tecnologia.

³² “... persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças

à percepção de que em diversos países a pobreza está associada ao ambiente rural³⁴. Nas regiões localizadas longe de centros urbanos constata-se que o acesso a serviços essenciais para a expansão das capacitações (educação, saúde, transporte etc) é muitas vezes bastante difícil³⁵.

Por outro lado, a agropecuária, atividade predominante do meio rural, vem aos poucos perdendo espaço para novas formas de atividades e produtos (artesanatos, serviços de turismo, etc). A queda dos preços dos produtos agrícolas e a falta de oportunidades de emprego “na cidade” têm configurado novas formas de relações sociais que promovem alternativas de renda e emprego às famílias do campo.

Essas duas observações empíricas levaram ao estabelecimento de uma discussão em torno de um processo de desenvolvimento rural. A disputa pela definição deste conceito ainda não está consolidada. Esta se constitui por excelência numa noção no mínimo multidisciplinar, que, num mundo ainda excessivamente compartimentalizado, encontra alguma dificuldade de definição.

Além dessa dificuldade intrínseca para conceituação de um processo como esse, a idéia de produtividade e de superioridade do urbano em relação ao rural ainda está, surpreendentemente, presente na discussão. Outra questão importante é se há realmente a necessidade dessa departamentalização, herança de um processo de “dividir na menor parte possível”, entre desenvolvimento rural e desenvolvimento urbano,

Essa idéia de superioridade urbana e de aumentos de produtividade como motor do desenvolvimento rural foram predominantes “em tempos” de Revolução Verde. Ou seja, houve um período em que o desenvolvimento rural era “representado” pela utilização de novos produtos e pelo acesso a uma nova

cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e a sustentabilidade de nossa vida econômica e social” (SEN, 2000, p.9).

³³ O índice de pobreza que reflete “oficialmente” esta realidade é o utilizado pela ONU. Ele indica que pobre é quem tem renda mensal de até US\$ 30,00. Certamente esse é um índice bastante sujeito a críticas, entretanto visto que o tema central deste trabalho não é a construção de índices de pobreza e nem a análise desse tipo de limitações, esta noção torna-se suficiente à idéia que se pretende desenvolver neste momento.

³⁴ A ruralidade, assim como a pobreza, encontra-se como objeto de um intenso e ainda não concluído debate. Trata-se aqui da noção, equivocada, mas também suficiente por ora a este trabalho, daquilo que está fora do urbano.

³⁵ O que leva muitas vezes diversas pessoas a estarem satisfeitas com um modo de vida bastante precário, inclusive por falta de acesso à informação e da possibilidade de exercício da sua “agência”.

tecnologia que permitia esses incrementos na produção. Essa noção de desenvolvimento e progresso para o campo foi patrocinada no Brasil pelo Estado que estimulou a adoção dos novos “pacotes tecnológicos”.

O resultado social deste período está bastante associado aos índices de pobreza e a falta de oportunidade para vários tipos de produtores agrícolas (como muitas unidades de produção da pequena agricultura familiar, por exemplo)³⁶.

Da noção restrita à produtividade ao conjunto de situações complexas que a expressão representa hoje, o desenvolvimento rural confunde-se ainda, algumas vezes em alguns textos, com outras idéias essenciais à essa discussão. Aos poucos essas noções vem sendo delimitadas e, apesar da complexidade, alguns conceitos estão sendo esclarecidos. Ainda que exista um debate contemporâneo, o Quadro 1 procura diferenciar algumas expressões que são usualmente utilizadas na bibliografia sobre o desenvolvimento rural.

³⁶ “A Revolução Verde foi responsável por introduzir um modelo de agricultura intensiva que permitiu a homogeneização da produção agrícola ‘nos mais diferentes rincões do mundo’”. (ORTEGA; ALMEIDA F^o, 2002, p. 10). Essa homogeneização foi essencial para a formação de um comércio mundial de alimentos que permitiu um avanço das grandes corporações e uma mundialização do capital, bem como violentos processos de fusões e aquisições por parte das grandes empresas. Nesse contexto de globalização e competição, os agricultores sofreram, e sofrem, com um processo de queda nos preços dos produtos agrícolas e de aumento nos preços dos insumos utilizados para a produção. Essa “tesoura de preços” tem representado um problema que faz das modalidades de financiamento, por motivos que serão analisados, indispensáveis para a reprodução da unidade familiar no campo. A noção de reprodução refere-se aqui, de forma restrita, a possibilidade de permanecer na propriedade e mantê-la produtiva.

Quadro 01 Idéias de “desenvolvimentos” – Diferenças conceituais

“Desenvolvimento”	Conceito
Desenvolvimento Agrícola/ Agropecuário	Refere-se às condições materiais de produção e de organização da produção. Ligado essencialmente às condições técnicas – formatos tecnológico - de determinada região ou período.
Desenvolvimento Agrário	Tem como objeto de análise as políticas governamentais, o tipo de Estado e sua forma de atuação no “mundo rural”. Essa noção refere-se ao ambiente social e às mudanças sociais e econômicas no longo prazo – historicidade do processo. Está vinculada a modelos teóricos de análise e à comparação entre países e regiões.
Desenvolvimento Regional	Está atrelado à noção de planejamento do Estado em relação a uma região, não necessariamente rural.
Desenvolvimento Territorial	Refere-se à estruturação da sociedade, à identificação de laços de identidade, assim como o desenvolvimento agrário inclui a noção de historicidade do processo, neste caso das relações sociais.
Desenvolvimento Local	Deriva da idéia de enfraquecimento do Estado e da conformação de estruturas de ação localizada. Surge a partir da proliferação da atuação das Organizações Não-Governamentais. Atuação em ambiente geográfico restrito de determinadas organizações.
Desenvolvimento Rural	Refere-se à análise posterior dos programas já realizados pelo Estado com o objetivo de modificar a realidade do mundo rural. Os objetivos dessas intervenções estão previamente definidos o que permite identificar ações com melhores ou piores resultados. Dessa forma, essa análise é possível a partir da construção de diversas formas de avaliação
Desenvolvimento Rural Sustentável	A noção de sustentabilidade foi incorporada para referir-se exclusivamente ao plano ambiental (bem como suas “dimensões”). Refere-se à padrões ambientais desejáveis nas ações de desenvolvimento rural e à discussão sobre a forma de regulação destes padrões.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em NAVARRO (2001), bem como em anotações de aula do autor citado.

Convém salientar que essas expressões não encontram consenso quanto aos seus limites e em muitos casos seus significados estão relacionadas (Navarro, 2001). Dessa forma,

“será sempre necessário analisar-se corretamente o desenvolvimento agrícola para interpretar o desenvolvimento agrário de determinado país ou região, o que permitirá construir uma estratégia de desenvolvimento rural (ou mais apropriadamente, por incluir dimensões ambientais, o desenvolvimento rural sustentável)” (NAVARRO, 2001, p.90).

No sentido especificado no quadro, a noção de desenvolvimento rural é uma das noções – chave deste trabalho.

A análise do processo de desenvolvimento rural, assim como nos exige a análise seniana, deve estar consciente da heterogeneidade das atividades agrícolas. Há especificidades regionais e de algumas atividades que são capazes de gerar um “padrão interdependente, cumulativo e virtuoso animando o desenvolvimento rural no país” (NAVARRO, 2001, p.92).

Além da possível aproximação da análise do processo de desenvolvimento rural e da teoria da expansão das capacitações que se pretende neste trabalho³⁷, o processo de desenvolvimento rural vem sendo associado por alguns autores (por exemplo, Ricardo Abramovay (2000)) à noção de capital social³⁸. Essa idéia refere-se à identificação da coordenação dos atores sociais como um dos fatores fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural. As características da organização social, como confiança, normas e sistemas, contribuem para aumentar a eficiência da sociedade (ABRAMOVAY, 2000).

O estudo do desenvolvimento rural, além de representar em si uma discussão importante, permite a análise de diversos aspectos e de instrumentos que sejam capazes de promover esse processo. A próxima seção apresenta o microcrédito como um desses instrumentos que em diversas situações é capaz de representar uma alternativa para a promoção do desenvolvimento rural.

³⁷ Nesse sentido, pode-se adiantar que o processo de desenvolvimento rural (um processo de intervenção no ambiente rural com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos produtores) pode ser identificado com um processo de expansão das capacitações dos produtores.

³⁸ “A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. ‘O capital social, ensina Coleman (1990:302) não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura’. O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência” (ABRAMOVAY, 2000, p. 2). Acredito que o *empowerment* - ou seja, a possibilidade do agente social ser capaz de expressar sua “voz” – de Putman poderia, fosse esse o objetivo desta análise, ser aproximado da *human agency* de Sen. Numa primeira reflexão, há a impressão daquele ser um tipo específico de *agency*.

1.4 A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

A associação da noção de desenvolvimento rural a índices cada vez mais altos de produtividade levou, durante muito tempo, a uma seletividade em relação ao financiamento de atividades agropecuárias que historicamente acabou por favorecer os grandes produtores – àqueles com melhores índices de produção³⁹.

A abundância em relação aos recursos internacionais para o financiamento das mais diversas atividades, configurou a possibilidade de realização de políticas de financiamento abundantes e subsidiadas. Entretanto, no “Brasil agrícola” a preocupação do Estado foi financiar determinados produtores que produziam determinados produtos em determinadas regiões. Os produtos deveriam, além de aumentarem seus índices de produtividade, estar associados às exportações, para a geração de divisas para o pagamento das dívidas adquiridas no financiamento de diversos projetos no país.

A relativa abundância em relação ao crédito internacional que, ao fim e ao cabo, financiava significativamente o crédito agrícola no Brasil cessou com uma crise mundial no início da década de 80 (“a crise da dívida”). Assim como em diversos outros países, o Estado brasileiro foi obrigado a diminuir gastos e aceitar as condições impostas pelos organismos internacionais de financiamento para políticas macroeconômicas recessivas⁴⁰. Até, então, percebe-se que parte significativa dos produtores familiares não foram beneficiados com acesso ao crédito durante a modernização (DIESEL, et al, 2001), nem no momento em que o crédito era abundante e menos ainda quando os recursos foram reduzidos.

³⁹ Salienta-se mais uma vez a não-linearidade desse processo. Os produtores com “maiores índices de produtividade” não são àqueles que “naturalmente” devem ser atendidos através de políticas de financiamento em prol do desenvolvimento rural. Há, aí, um intrincado e poderoso embate político que não será tratado neste trabalho mas merece atenção, não apenas em relação à situação brasileira, mas em relação ao contexto mundial. Existem diversos interesses “em jogo”.

⁴⁰ “Nos últimos anos houve mudanças profundas na forma de atuação do governo no crédito rural. Isso partiu da constatação, pela experiência, de que o modelo tradicional estava esgotado e apresentava vários defeitos, entre os quais a excessiva participação do Estado e a cultura dos subsídios. A realidade imposta pela necessidade de controle dos gastos públicos, em decorrência da política fiscal, e o esforço de modernização do Estado foram determinantes para que se fizessem alterações substanciais no padrão de atuação governamental” (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001, p. 100).

Além da seletividade do Estado, enquanto principal agente financiador da atividade agrícola, Bittencourt (2003) apresenta-nos a falta de interesse das instituições financeiras em atender a demanda da agricultura familiar em relação ao crédito, como um dos fatores importantes que durante várias décadas impediram o acesso da agricultura familiar a recursos monetários através de modalidades de financiamento. Os bancos têm pouco interesse em atender populações com fluxos irregulares e de baixa renda, como os pequenos agricultores familiares. Existe ainda um problema relacionado a inexistência de instituições financeiras em diversos municípios, o que faz com que muitos pequenos produtores acabem por não ter acesso nem ao crédito nem a qualquer tipo de serviço financeiro.

Além de apresentar uma crise econômica, a década de 80 permite que a sociedade se depare com as conseqüências sociais da seletividade do crédito para o meio rural.

Neste sentido, não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo, foi preciso dar atenção àqueles que estavam até então, totalmente sem acesso a recursos monetários. Isso em grande medida, impedia-lhes de melhorar suas condições de vida e muitas vezes de sair de uma condição de miséria. Foi a busca de instrumentos capazes de amenizar a condição de pobreza em que vivem diversas pessoas no mundo que levou à criação de uma forma de financiamento desburocratizada e capaz de atender à necessidade das pessoas – e das famílias – em relação a pequenos volumes de recursos⁴¹.

Uma das experiências pioneiras foi coordenada pelo Professor Muhammad Yunus em Bangladesh (YUNUS, 2000). Sua obra, após criticar a falta de contato da Ciência Econômica “acadêmica” com a realidade social, descreve o início e a forma de atuação do Banco Grameen⁴². O diferencial do Grammen, em relação aos outros

⁴¹ Como no caso daqueles que estão passando fome, por exemplo.

⁴² Yunus (2000) descreve detalhadamente como funcionam os empréstimos, a preferência de gênero – o banco empresta prioritariamente às mulheres - e a relação do Banco Grameen com o Banco Mundial. Segundo DESER (2001, p. 21): “Este autor e empreendedor [Yunus] afirma que antes de se iniciar uma proposta de redução da pobreza centrada no micrfinanciamento*, deve-se pôr atenção em alguns mecanismos funcionais fundamentais para o êxito no funcionamento: (a) pouca preocupação com o uso dos recursos, pois os pobres têm estratégias de sobrevivência bem definidas, porém pouco visíveis e conseqüentemente pouco financiadas; (b) fortes processos de contrapartidas: pagamento de parcelas e poupanças regulares, participação, etc; (c) reconhecimento no nível comunitário das formas de organização dos pobres; (d) desenhos de mecanismos que fortaleçam e gerem compromissos, entre as pessoas e entre grupos de pessoas, construindo capital social comunitário e regional, entre outros”.

bancos é que ele atua diretamente nas comunidades, possuindo uma grande capilaridade. A relação dos emprestadores com aqueles que pedem o empréstimo é bastante pessoal, não depende de formulários e garantias individuais⁴³. O Grameen foi criado para atender

“pessoas que não eram pobres por estupidez ou preguiça. Elas trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras de nosso país [Bangladesh] não tinham a disposição de ajuda-las a melhorar sua sorte. *Era um problema estrutural, e não um problema individual*” (YUNUS, 2000, p.24) (Grifos de Kühn)⁴⁴.

Essa experiência de alcance “global” pioneira tem representado um objeto de análise para diversos pesquisadores e tem sido “copiada” em diversos lugares do mundo⁴⁵. A proliferação de experiências, especialmente no terceiro mundo, de instituições e programas de microcrédito tem representado mais do que a possibilidade de análise de novas formas de financiamento. Essas instituições transformaram-se em verdadeiros laboratórios sociais em que é possível estudar diversas formas de relação social (coesão de grupos sociais, capital social, etc) (JUNQUEIRA, 2002).

* A referida publicação - DESER (2001) - utiliza como sinônimos as expressões microcrédito e microfinanciamento. Este não é o caso neste trabalho, conforme será especificado em seguida. Entretanto, a fim de não alterar o trecho citado a expressão será mantida nas referências feitas a esta publicação.

⁴³ Pearl (2001) indica que o Banco Grameen vem sofrendo com a concorrência em relação a criação de outros bancos com o mesmo perfil em Bangladesh. Pelo menos mais sete instituições privadas estão oferecendo acesso ao microcrédito. Assim, os tomadores de empréstimo percebem a possibilidade de se tornar inadimplentes no Grameen e procurar a concorrência. Outro fator que contribuiu para o aumento da inadimplência foram os desastres naturais que deterioraram a capacitação de pagamento dos clientes do banco. De qualquer maneira nenhum aumento na inadimplência é tornado evidente pelo banco que mantém os dados estatísticos de 1996 (95% de inadimplência) sem atualização nos locais de divulgação das atividades do Grameen.

⁴⁴ Sobre a pobreza, Yunus (2000) tenta desfazer alguns mitos, entre eles podemos citar: “os pobres devem ter alguma formação antes de empreender uma atividade geradora de rendas; os pobres não sabem economizar; pobres não sabem trabalhar em equipe; as mulheres pobres não têm competência; os pobres são demasiado famintos e desesperados para tomar decisões racionais; a estrutura de poder no mundo rural é muito forte e muito solidamente implantada para permitir o sucesso de um programa de crédito desse tipo; o crédito é uma forma astuciosa de levar os pobres a se unirem contra os ricos; os pobres preferem trabalhar para um patrão a se ocuparem de seu destino; incentivar os pobres a se instalarem por conta própria levará à falta de mão-de-obra” (p. 104 e105); etc. É interessante observar que vários trabalhos, alguns deles exclusivamente teóricos e material produzido pelo governo federal, sobre o microcrédito acabam por alimentar esses mitos, indicando que o microcrédito só pode ser fornecido quando da capacitação das pessoas e exclusivamente para atividades produtivas. O enfoque deste trabalho está, sem sombra de dúvida, mais próxima da percepção de YUNUS (2000).

⁴⁵ Banco Rakyat na Indonésia, Banco para a Agricultura e Cooperativas Agrícolas, na Tailândia, Banco Sol na Bolívia (Junqueira, 2002).

A definição de microcrédito ainda é discutida e adaptada de acordo com a situação a que se está referindo quando se menciona esse tipo de financiamento. Entretanto, é possível encontrar características comuns entre as diversas definições: ele é uma forma desburocratizada de acesso a pequenos volumes de recursos monetários⁴⁶. A definição normativa do governo brasileiro em relação ao microcrédito é a seguinte:

“Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica” (INTRODUÇÃO, 2002, p.11).

Além do conceito de microcrédito, a noção de microfinanças está associada ao acesso a serviços financeiros. O microcrédito é o acesso ao montante de moeda em si, sendo parte dos serviços associados ao microfinanciamento⁴⁷. O microcrédito, segundo Gasques e Conceição (2001, p. 134) “é um híbrido de instrumento de desenvolvimento e serviços financeiros”.

A concessão de microcrédito, seja no ambiente rural ou urbano, desenvolveu formas de superar os limites existentes nas modalidades tradicionais de financiamento que impediam o acesso de muitas famílias fora do sistema financeiro. O resultado dessas experiências demonstrou que o pobre é um bom pagador, ainda que exista diferença significativa se considerarmos o gênero dos pagadores (a adimplência de homens e mulheres são diferentes) e que há muito mais envolvido na concessão do microcrédito do que a simples operação financeira.

⁴⁶ “O valor médio dos empréstimos das instituições brasileiras de microcrédito está em torno de R\$1.000,00” (Introdução, 2002, p.21).

⁴⁷ “The Declaration of the Micro-Credit Summit ... defined micro-credit programs as those extending small loans to poor people for self-employment projects that generate income, allowing them to care for themselves *and their families*. ... In India, the Task Force on Supportive and Regulatory Framework for Micro finance in India defined micro-finance as the provision of thrift, credit and other financial services and products of very small amounts to the poor in rural, semi-urban or urban areas enabling them to raise their income levels and improve living standards” (RAMACHANDRAN; SWAMINATHAN, 2002, p. 528 e529) (Grifos de Kühn). Este trabalho ocupa-se do acesso aos recursos e à possibilidade da expansão das capacitações, interessando-se primordialmente pelo microcrédito, que pode ou não estar associado a uma política de microfinanciamento. “Hoje, o microcrédito é visto como uma parte, a mais importante, da nascente indústria microfinanceira, que se define por um conjunto de serviços financeiros postos à disposição da população de baixa renda. Além do crédito, poderão ser ofertados aos clientes poupança, depósitos à prazo, seguros, cartões de crédito, dentre outros” (INTRODUÇÃO, 2002, p. 12).

A condição para a concessão de microcrédito geralmente está associada à formação de grupos entre as pessoas interessadas em obter o recurso. Essa é a garantia principal nas operações de microcrédito, o aval solidário – cada membro do grupo é responsável pelo pagamento de todos os outros membros. Dessa forma, as instituições acabam por substituir o problema da falta de condições dos “pobres” em dar garantias por uma relação social de confiança mútua. Outra característica associada à concessão do microcrédito, que a diferencia do crédito tradicional, é a existência dos chamados “agentes de crédito”. A função do “agente de crédito” é procurar, oferecer o microcrédito e avaliar a situação do possível tomador do empréstimo. Essa relação supera, em grande medida, o constrangimento representado pela necessidade de ir a uma agência bancária, que aumenta a distância dos bancos tradicionais das pessoas mais carentes de recursos monetários (muitas vezes propositadamente). Os laços institucionais de confiança são fortalecidos ainda mais devido ao fato dos agentes de crédito, na maioria dos casos, morarem nas próprias comunidades onde atuam, seja ela rural ou urbana.

No meio rural, que representa bem mais do que uma atividade específica – estamos falando de um modo de vida que apresenta uma grande heterogeneidade – os bancos comerciais não conseguem atender uma parcela significativa da população. A maioria dos agricultores não tem condições de arcar com os altos custos dos financiamentos e, como já foi discutido, não tem condições de oferecer as garantias exigidas pelos bancos. A própria forma de atuar dos bancos, que prefere emprestar a poucos grandes volumes de recursos do que a muitos pequenos volumes, limita o acesso de muitos que necessitam de recursos.

A “nova ruralidade”⁴⁸, que está associada à diversificação das atividades dentro das unidades de produção familiares do meio rural, também enquadra-se de forma “harmônica” com a noção de microcrédito. Os produtores familiares, na tentativa de reduzir riscos, mesclam atividades agrícolas e não agrícolas nas propriedades. A renda proveniente destas atividades não-agrícolas tem se tornado cada vez mais significativa na renda familiar. Essa realidade, em alguns casos, acabam por gerar um conflito em relação ao acesso a financiamento. Para algumas linhas de financiamentos tradicionais ainda há a exigência que a produção agrícola

⁴⁸ A expressão é utilizada aqui simplesmente para indicar a mudança em relação as atividades produtivas da unidade familiar.

seja a predominante na propriedade. Os programas de microcrédito normalmente não estão relacionados ao tipo de atividade que será financiada.

O acesso aos recursos fornecidos através do microcrédito pode ser capaz de permitir a realização de novos funcionamentos, suprimindo fatores que poderiam representar um limite para a expansão das capacitações, ou seja o fator de retenção das capacitações. “Não dispor de recursos limita não só as alternativas de meios que de fato se tem e de objetivos que deles dependem, como também os próprios objetivos e preferências que se formam durante a vida” (SEN, 2001, p. 13). Além de representar o acesso direto e efetivo a recursos monetários, a literatura apresenta o microcrédito como um “facilitador” no que se refere a outros aspectos em relação à sobrevivência e à vida social dos agentes, expandindo dessa forma outras capacitações não relacionadas diretamente, por exemplo, às facilidades econômicas. O microcrédito dá oportunidade de realização de diversos funcionamentos em diferentes grupos de capacitações. Entre os aspectos que podem ser favorecidos através da organização social para o acesso ao microcrédito é possível destacar: flexibilização para a aplicação dos recursos manejados pelas famílias segundo sua lógica de sobrevivência; promoção de oportunidades de ocupação da mão-de-obra e de acesso à educação, inclusive em relação à qualificação profissional; promoção e exigência da participação do usuário do microcrédito o que acaba por fortalecer a dinâmica do tecido social local; auxilia na geração de autonomia e seletividade na contratação de serviços; integra serviços financeiros formais às atividades locais; etc (DESER, 2001, p. 21 e 22).

“Para os pobres, o microfinanciamento, pode ser um modo de proteger seu modo de vida em épocas de crises e outras emergências, também, para construir e diversificar suas atividades de subsistência, isto pelo investimento do capital emprestado” (DESER, 2001, p. 21).

O Governo brasileiro em sua publicação sobre o microcrédito também indica a importância desta forma de financiamento:

“O impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores” (INTRODUÇÃO, 2002, p. 11).

No Brasil existem diversas instituições que operam o microcrédito tanto no meio urbano como no meio rural. Há um “vigoroso” crescimento recente do microcrédito no Brasil. De acordo com Abramovay (2001(b), p.3), “de 30 mil contratos em 1997 e 50 mil em 1998, chega-se a 1999 com 81 mil operações, realizadas por mais de 100 organizações⁴⁹”. Esse processo caracterizado como “vigoroso” pode ser caracterizado também pela diversidade de atuação e de formas de acesso ao microcrédito. Ainda que muitas pessoas e famílias tenham tido acesso aos recursos, muitas ainda não têm acesso ao microcrédito⁵⁰.

Assim, como as demais experiências mundiais, as experiências brasileiras, talvez até por serem relativamente recentes, estão ainda carentes de análises teóricas que procurem evidenciar suas possibilidades de expansão e seus limites.

Entretanto, quanto ao microcrédito como instrumento, é preciso alertar, por fim, que

“mais que crédito ou financiamento, seguramente outros ativos – terra e educação, por exemplo, são fatores promotores de desenvolvimento que capacitam mais as pessoas para a superação de seus problemas estruturais causadores da pobreza. Porém, em uma economia globalizada e monetizada – onde o elemento articulador é a moeda – seguramente o crédito e o financiamento são elementos que guardam em si um potencial dinamizador e integrador das microeconomias e de articulação maiores que estes outros citados” (DESER, 2001p. 5)⁵¹.

⁴⁹ São exemplos das instituições que operam o microcrédito no Brasil: Rede CEAPE, o banco da Mulher, a Portosol, o Sistema Cresol, o SICREDI, o VivaCred, o CrediAmigo entre outros, além dos programas governamentais, como o Pronaf, que possibilitam acesso ao microcrédito.

⁵⁰ “Entretanto, a oferta de microcrédito ainda é muito pequena face à demanda potencial do País. Estimativas atuais apontam que todos os programas de microcrédito atendem menos de três por cento do mercado potencial” (INTRODUÇÃO, 2002, p. 26). Segundo Robinson (2001) há uma “distância absurda” [absurd gap] entre a oferta e a demanda do microcrédito. Segundo ela: “Most of the developing world does not yet have to opportunities for microfinance that helped these clients build their enterprises, increase their incomes, care for their families, and gain in self confidence” (ROBINSON, 2001, p. 4).

⁵¹ “Obviamente, se não há crescimento, não há progresso. Mas, no caso das sociedades humanas, cada entidade ou grupo econômico tem o seu próprio motor. E é a combinação da energia desses diferentes motores que faz avançar a economia. Se a sociedade deixa de ligar alguns motores, se ela simplesmente ignora algumas dessas camadas, o vigor da economia se reduzirá na mesma proporção. Pior ainda, se os motores das últimas camadas sociais não forem postos em movimento, eles não apenas podem não ser puxados pelos motores que estão na frente como podem retroceder, num movimento autônomo do resto da sociedade em detrimento de todos, inclusive dos que estão em situação melhor. Para continuar com a nossa metáfora, o microcrédito põe em funcionamento o motor econômico do último vagão, acionando o motor de cada passageiro que está naquele lugar decadente e infecto. Com isso ele permite aumentar a potência do trem social, o que os pretensos projetos de desenvolvimento são incapazes de fazer” (YUNUS, 2000, p.266).

O microcrédito é uma das ferramentas que podem ajudar as pessoas e as famílias a conquistar melhores condições de vida. Entretanto, precisa ser associado a outras políticas em especial de educação. São as pessoas que melhor utilizam os recursos a que tem acesso que possuem, então, maior boa vontade em pagá-los, do contrário essas pessoas, já carentes, estarão apenas associadas a mais um problema (ROBINSON, 2001)⁵².

Gasques e Conceição (2001) também alertam que

“o microcrédito não tem sido considerado um substituto para o crédito tradicional. Contudo, na sua forma mais modesta, ele preenche lacunas no sistema de crédito que não são atendidas por outros ofertantes de crédito; em sua forma mais ambiciosa, ele procura catalizar o desenvolvimento econômico que reduzirá a pobreza rural” (p. 132).

Dessa forma, percebe-se que o microcrédito, como já foi visto, pode ser considerado um instrumento potencial em processos de desenvolvimento rural, entretanto não pode ser considerado como capaz de promover desenvolvimento sozinho. Mais uma vez salienta-se a complexidade do processo de desenvolvimento rural. Essa complexidade está presente também na própria operacionalização do microcrédito. Existem três tipos fundamentais de ofertantes de microcrédito: Instituições formais (bancos e cooperativas); instituições semi-formais (organizações não-governamentais); e fontes informais⁵³.

Neste sentido a pesquisa tentou identificar as “potencialidades” de contribuição de três tipos de microcrédito e sua associação a um programa do

⁵² Segundo Robinson (2001), o microcrédito deve sempre estar associado a instituições de microfinanciamento, ou o microcrédito pode não alcançar seus objetivos com relação a melhoria de qualidade e de autonomia das pessoas sobre suas vidas. De acordo com a autora,, é aí que muitas instituições e programas de microcrédito “falham”. Na sua obra sobre microfinanciamento (ROBINSON, 2001), a autora propõe inclusive um modelo que poderia levar de programas de microcrédito subsidiados a instituições de microfinanciamento “lucrativas”. Ela concluiu um dos capítulos da sua obra com as seguintes afirmações a respeito do microfinanciamento: “Commercial microfinance institutions can become profitable and viable over the long term. Governments benefit because they do not need to provide credit subsidies or cover the losses of subsidized programs – and because the resulting savings can be used as needed for direct poverty alleviation programs for the extremely poor. Economies benefit from the increase of production, from the new resources made available for investment, and from improvement in equity. Further, large-scale sustainable microfinance helps create an enabling environment for the growth of political participation and democracy” (ROBINSON, 2001, p. 41).

⁵³ O estudo do microcrédito, além dos aspectos tratados nesta seção e daqueles associados às características gerais das estruturas organizacionais dos ofertantes, poderia abordar aspectos relacionados especificamente à microeconomia (como seleção adversa, risco moral, estimações de oferta e demanda em relação ao microcrédito), às experiências já consolidadas no mundo etc. Para mais informações sobre alguns dos aspectos citados é interessante consultar Bittencourt (2003) e Robinson (2001).

governo estadual que dá acesso a diversos recursos – apresentados no próximo capítulo – para a expansão das capacitações em Constantina/RS.

CAPÍTULO 2 AS DIFERENTES FORMAS DO MICROCRÉDITO
EM CONSTANTINA/RS: UMA DESCRIÇÃO DO
PRONAF C, DO RS RURAL, DO SICREDI E DO
SISTEMA CRESOL, NO MUNICÍPIO

“Pois o microcrédito não se limita a libertar da fome os pobres; ele também contribui para sua emancipação política. ... O microcrédito pode não ser uma solução, mas é uma força de mudança, não só econômica e pessoal, mas também social e política”.

(Muhammad Yunus)

CAPÍTULO 2 AS DIFERENTES FORMAS DO MICROCRÉDITO EM CONSTANTINA/RS: UMA DESCRIÇÃO DO PRONAF C, DO RS RURAL, DO SICREDI E DO SISTEMA CRESOL NO MUNICÍPIO

A necessidade da reformulação da noção que representa social e politicamente o processo de desenvolvimento leva-nos, conforme já analisado, a estudar e compreender novos instrumentos que contribuam para um aumento da qualidade de vida das pessoas. A proposta de análise do microcrédito como um desses instrumentos que precisam ainda ser “descobertos” coloca-nos diante de um sistema complexo de relações sociais que, assim como o processo de desenvolvimento no contexto deste trabalho, não pode ser avaliado como uma simples relação linear.

Os instrumentos de microcrédito analisados neste capítulo são: o Pronaf C do governo federal como fonte exclusiva de recurso e associado ao Programa RS Rural do governo estadual, a cooperativa de Crédito do Sistema Cresol e o Sistema do Sicredi. Todos estão presentes e consolidados no cotidiano do município de Constantina/RS. A vivência destes tipos do microcrédito garante diferentes combinações em relação ao acesso aos recursos disponíveis nestes programas.

O objetivo deste capítulo é, além de caracterizar o município escolhido para a realização da pesquisa, apresentar as diversas formas de microcrédito que estarão sendo enfocadas no trabalho, bem como justificar a escolha das modalidades, enquadrando-as no conceito de microcrédito.

Faz-se necessária ainda, uma ressalva inicial. A realidade do município a ser analisado mostrou-se bastante mais complexa do que aquela da proposta teórica inicial. Ou seja, mesmo que o trabalho procure estabelecer algumas relações interessantes em relação aos tipos de microcrédito que estarão sendo analisados neste capítulo, existem ainda outras relações sociais que, com a possibilidade de um maior tempo de análise, certamente se caracterizariam como formas de microcrédito informal, por exemplo.

Este capítulo compõe-se de uma breve retrospectiva sobre os modos de financiamento do meio rural na história recente do Brasil. Depois dessa contextualização geral, a atenção do trabalho volta-se ao município escolhido e suas características sociais principais. Em seguida são analisados os programas especificamente em foco e sua presença em Constantina/RS. Os programas estão divididos em duas seções: a primeira trata dos programas estatais (o Pronaf C e o RS Rural) e a segunda discutirá um pouco do cooperativismo no Brasil e apresentará o Sistema Sistema Cresol e o Sicredi.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E FINANCIAMENTO

Não é segredo que durante grande parte da formação histórica brasileira o núcleo central das ações políticas no Brasil com relação à agricultura foi em benefício dos grandes proprietários de terra. A própria formação do país no século XVI contou com uma divisão de terras que conferia a cada “colonizador” porções imensas do território brasileiro⁵⁴.

Mesmo que atualmente diversos pesquisadores⁵⁵ e parte da sociedade de uma maneira geral esteja convencida de que o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar é um eficaz instrumento para a geração de emprego e renda e para a promoção de um processo de desenvolvimento rural, há ainda alguma dificuldade para a operacionalização de programas com o objetivo de aumentar a qualidade de vida no meio rural. Herança de um conturbado processo político, mesmo em tempos democráticos, os agricultores não estão prontamente dispostos a envolverem-se em “programas” e “projetos”. Essas expressões, durante bastante tempo, estiveram intimamente relacionados a propostas políticas eleitoreiras.

A novidade destes programas e do arranjos institucionais de acesso ao crédito é o comprometimento do agricultor em assumir papel ativo no processo de

⁵⁴ A palavra território neste contexto não representa mais do que os limites geográficos e políticos estabelecidos entre Portugal e Espanha. A discussão atual sobre a utilização da expressão território na Geografia é de suma importância à análise de processos de desenvolvimento, mas foge totalmente aos objetivos deste trabalho.

⁵⁵ Por exemplo, Brose (1999).

desenvolvimento. Com maior ou menor intensidade, percebe-se que os agricultores estão retomando o “orgulho” de ser agricultores.

A noção de agricultura familiar⁵⁶, em sua forma normativa, surge exatamente para o enquadramento dos pequenos produtores rurais nos programas e instituições de acesso ao microcrédito, notadamente o acesso ao Pronaf.

O crédito rural é um importante instrumento para a manutenção e reprodução produtiva dos agricultores familiares. Quando os agricultores têm acesso a recursos monetários ocorre uma dinamização da economia local. Existe um impacto com resultados materiais nas comunidades (SCHRÖDER, 2002).

Além de incorporar aspectos, que Abramovay (2001(a)) chama de a “natureza territorial” do microcrédito, a agricultura familiar apresenta uma identidade social capaz de consolidar a confiança necessária aos grupos com acesso aos recursos do microcrédito⁵⁷.

A emergência e o reconhecimento das necessidades dos agricultores familiares, bem como as tentativas que se definem a partir dos anos 1990, fazem parte de toda uma transformação no financiamento da agricultura brasileira. Trata-se aqui da globalização – que afetou significativamente o preço dos produtos agrícolas -; da necessidade de reforma do estado – a necessidade de reduzir gastos do governo com subsídios⁵⁸-; e da necessidade de um processo efetivo de desenvolvimento capaz de qualificar a vida dos cidadãos⁵⁹.

⁵⁶ Existem algumas definições para a expressão agricultura familiar. Abramovay em entrevista define agricultura familiar como “aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue e casamento” (Entrevista disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf>. Acessado em 01.11.2000). O INCRA/FAO caracteriza a agricultura familiar por três parâmetros básicos: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA, FAO, 2000, p. 3 e 4). Lamarche (1993, p.15) identifica a exploração familiar “como uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Neste trabalho, que não se ocupa da discussão pormenorizada do conceito de “agricultura familiar”, consideramos agricultores familiares àquelas famílias que estão ocupadas em atividades produtivas no meio rural. A família deve ter residência no estabelecimento produtivo e estar enquadrado como agricultor familiar nos programas e nas instituições que operacionalizam o microcrédito que está sendo analisado.

⁵⁷ “A agricultura familiar combina dois horizontes – profissional e territorial – e esta é a base objetiva que lhe permitiu um acesso ao crédito muito superior ao das iniciativas microempresariais urbanas. Na agricultura familiar, o exercício da profissão confunde-se com a própria valorização e com redes as redes sociais que o constroem” (ABRAMOVAY, 2001(a), p. 4)

⁵⁸ Não há como fugir aqui da percepção de que ao mesmo tempo em que se discutia a necessidade de redução de todo o tipo de gasto dos governos dos países periféricos, bem como os países centrais

Os novos arranjos institucionais que garantem o acesso da agricultura familiar ao microcrédito são vários. Nesta pesquisa serão abordados o Pronaf C modalidades custeio e investimento; e o acesso ao Pronaf associado a recursos do Programa RS Rural; o Sistema Sistema Cresol e o Sicredi. Antes de analisá-los propriamente, entretanto, é preciso justificar a escolha do município onde estão os agricultores familiares que têm acesso a essas formas de financiamento.

2.2 O MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS

Constantina emancipou-se de Sarandi em 1959. É um município localizado na região norte do estado gaúcho, está distante 365 km da Capital. Foram dois os principais fatores que influenciaram na decisão de realizar o trabalho de campo neste município. À princípio Constantina está localizada numa região caracterizada, a partir da construção de alguns índices, por áreas de pobreza rural. Além dessa caracterização, o município também apresenta as formas de microcrédito que estão sendo analisadas nesta pesquisa.

Como características gerais do município salienta-se a predominância da colonização italiana e germânica. De acordo com o Censo Demográfico 2000 do IBGE, a população de Constantina é de 11.667 habitantes, dos quais 50,27% vivem em situação rural de domicílio⁶⁰. Este índice é bem maior do que a média de 18,35%, de domicílios rurais no Rio Grande do Sul, conforme o mesmo censo demográfico. Associada a este elevado percentual de moradores da zona rural, o município apresenta uma economia dependente da produção e comercialização de alguns produtos agrícolas, especialmente os grãos, como a soja e o trigo.

exigiam a liberalização do comércio de alimentos; os próprios países centrais aumentavam seus subsídios à agricultura e, na medida do possível, impunham toda sorte de barreiras à importação de alimentos.

⁵⁹ Com relação às mudanças talvez seja importante ter em mente um alerta feito por Sen (2000) que é comumente esquecido no momento da definição de políticas que influem significativamente na vida das pessoas: “Se um modo tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula (que é como vivem muitas sociedades tradicionais há milhares de anos), então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido (p. 47)”.

⁶⁰ O que significa fora do perímetro urbano do município determinado por lei municipal.

De acordo com o Censo Agropecuário 95/96, Constantina possui 1.624 estabelecimentos rurais. A média de área dos estabelecimentos é de 15,17 ha⁶¹ e a média do financiamento⁶² liberado no município por estabelecimento é R\$ 425,34/ha. Se compararmos a média do município com a média destes indicadores para o Rio Grande do Sul – respectivamente, 51 ha e R\$1.157,64/ha - podemos perceber uma diferença significativa do município em relação à situação geral do estado gaúcho (IBGE, 1998)⁶³. Em relação às médias entre os municípios Constantina ocupa, entre os 497 municípios, o 264º lugar numa ordem decrescente em relação ao valor de financiamento por hectare⁶⁴.

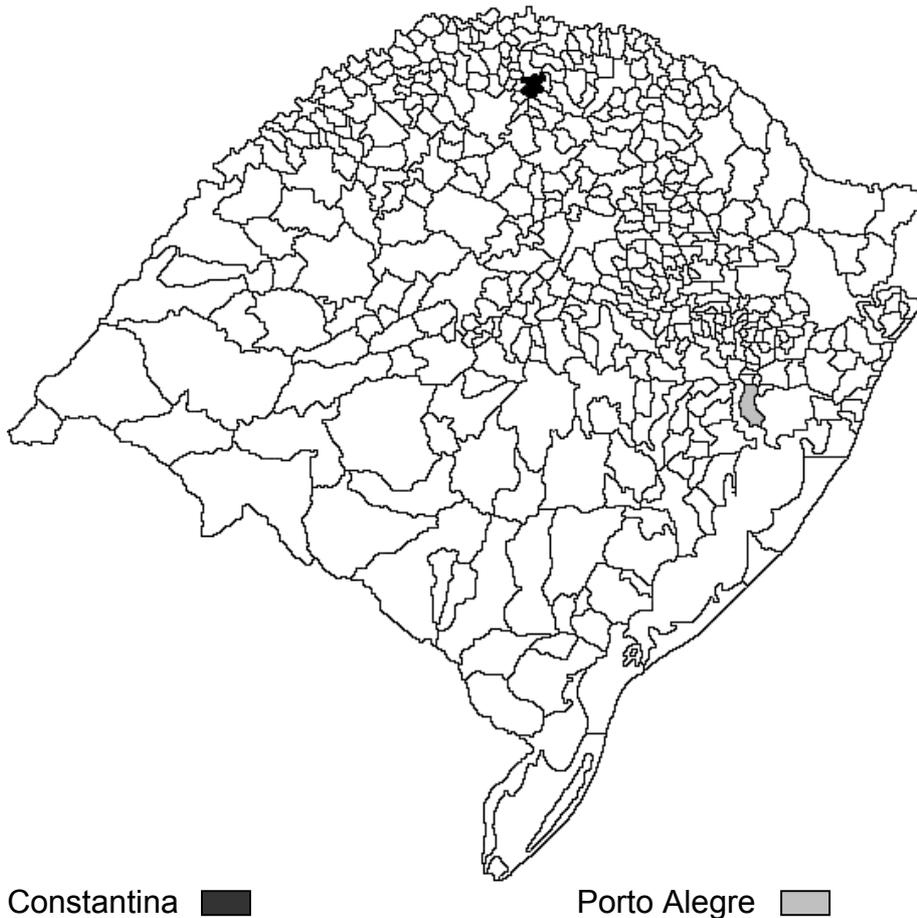
⁶¹ Segundo Bavaresco (1994), o crédito em Constantina tinha sua liberação proporcional à área cultivada, dessa forma, os pequenos produtores não tiveram acesso aos grandes financiamentos do governo da década de 70 e 80. Assim, muitas famílias precisaram dividir os lotes cada vez mais, pois não tinham condições de comprar novas terras para seus filhos e o município teve seus lotes subdivididos algumas vezes, originando uma região formada por minifúndios.

⁶² Segundo IBGE (1998), na conceituação das características divulgadas identifica os financiamentos como “as modalidades de financiamento, segundo sua finalidade (investimento, custeio ou comercialização), desde que aplicados em atividades ligadas à exploração agropecuária”.

⁶³ Em Constantina, 97,72% dos estabelecimentos rurais possuem até 50 ha. Entre os municípios a média das médias em relação aos financiamentos é de R\$ 1.394,97 (IBGE, 1998).

⁶⁴ O valor máximo encontrado é de R\$ 22.879,46 em Arambaré e o valor mínimo é de R\$ 5,46 em Riozinho. Os seguintes municípios não apresentaram valor para financiamento agrícola no Censo Agropecuário 95/96 e por isso foram excluídos da média: Arroio do Sal, Cachoeirinha, Campo Bom, Estância Velha, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, São Leopoldo e Tramandaí.

Figura 02 Localização de Constantina



Fonte: Mapa sem preenchimento disponível através de www.rsvirtual.com.br. Acessado em 13.janeiro.2003.

Constantina está localizada na região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDE) chamado de Médio Alto Uruguai⁶⁵. Essa região, de acordo com um estudo realizado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2000), apresenta a média mais baixa para o Índice Social Municipal Ampliado. Constantina ocupa o 244º entre os municípios gaúchos e tem sua pior colocação relativa referente ao Índice de Renda – 377º.

Schneider e Waquil (2000) também indicam que a região do Alto Uruguai apresenta características relacionadas à ruralidade e à pobreza. Entre essas características é possível destacar: baixa produtividade da mão-de-obra, alta proporção de população rural em relação à população total, estabelecimentos rurais

⁶⁵ Referência ao Rio Uruguai, fronteira norte do estado gaúcho que separa Rio Grande de Sul e Santa Catarina.

pequenos (28,53 ha), contratação de financiamentos com valor médio baixo (R\$1.122,32).

Percebe-se, portanto, que mesmo dentro da região a que o município pertence, Constantina apresenta o tamanho médio dos estabelecimentos menor do que a média na região, bem como menor valor médio para os financiamentos.

Além ser um município caracterizado pela presença da agricultura familiar, Constantina foi escolhido como base para a pesquisa empírica porque apresenta todas as formas de microcrédito que se pretende analisar neste trabalho com atuação consolidada e reconhecida socialmente.

2.3 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O financiamento da atividade agrícola no meio rural sempre foi de fundamental importância para o governo brasileiro. Desde a década de 1960, programas governamentais financiaram a transformação da base produtiva do país. O aumento da produtividade agrícola é de fundamental importância para a política comercial externa do país. Entretanto, na década de 1980, recursos que antes eram abundantes passaram a ser escassos e precisaram buscar uma maior eficiência produtiva no setor.

A década de 1990, com a necessidade de reformulação do sistema de financiamento e a legitimação das reivindicações do grupo identificado como agricultores familiares, trouxe a necessidade de atender a demanda de acesso ao crédito daqueles que estavam “esquecidos” no meio rural brasileiro. Neste sentido foi criado o Pronaf que é o maior programa federal de assistência ao agricultor familiar. O programa possui diversas áreas de atuação e tem representado um instrumento importante da tentativa de suprir a demanda dos agricultores familiares.

Os estados da federação passaram também a olhar para o rural como uma alternativa heterogênea de desenvolvimento. Uma possibilidade de ter uma boa qualidade de vida, sem a necessidade de enfrentar os problemas urbanos. Em especial para os agricultores familiares mais empobrecidos, a tentativa é de impulsionar um processo de desenvolvimento a partir da própria atividade no meio

rural e aproveitando-se dos laços sociais já existentes. No Rio Grande do Sul, O grande programa que procura atender ao meio rural é o RS Rural.

A seguir, os dois programas são apresentados detalhadamente.

2.3.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tipo C – O Pronaf C

O Pronaf é um programa do governo federal, instituído em 1995, que procura melhorar o acesso dos agricultores familiares ao crédito em todo o país. Esse programa representa uma conquista dos trabalhadores rurais (FERREIRA, 2002). Desde a sua criação o programa vem passando por ajustes e avaliações. O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família (PNUD, 2001).

Através do Pronaf são liberados recursos que viabilizam diversos projetos nos municípios. O Pronaf é composto por três modalidades: política de infra-estrutura e serviços municipais, política de capacitação dos agricultores e pesquisa e a política de crédito rural (custeio e investimento).

A definição de agricultura familiar, expressa até no título do programa, foi resultado de negociação política. O Pronaf possui quatro categorias de agricultores familiares que procuram expressar a estratificação real dos produtores que representam o público-alvo do programa no país⁶⁶.

Esta seção discute exclusivamente a terceira modalidade de financiamento: a política de crédito rural de custeio e investimento⁶⁷.

O Pronaf Crédito de Custeio e Investimento, Pronaf C, procura atender à situação de falha de mercado existente em relação ao acesso do pequeno agricultor familiar ao crédito. O objetivo desta política de crédito é superar as limitações que o setor bancário encontra para fornecer empréstimos a um segmento social, no caso a

⁶⁶ O Anexo A deste trabalho apresenta a caracterização dos grupos de agricultores com acesso a recursos do Pronaf.

⁶⁷ Para uma análise detalhada das outras duas modalidades do Pronaf podem ser indicados alguns trabalhos, entre eles: Cazella, Mattei e Delgado (2002); Abramovay e Veiga (1998).

agricultura familiar, que tem uma frágil situação patrimonial. Entretanto, a maioria dos recursos é repassado aos agricultores familiares através de uma estrutura bancária que ainda não está preparada para atender esse tipo de cliente. Esta realidade restringe bastante os resultados concretos quanto ao acesso do pequeno agricultor ao sistema formal de crédito.

Mesmo sendo um programa de abrangência nacional, os recursos do Pronaf quanto ao financiamento estão bastante concentrados no Sul do país (ABRAMOVAY E VEIGA;1998). Além disso, ainda apresentam-se bastante associados a agricultores que fazem parte de algum tipo de cadeia agroindustrial⁶⁸.

Os créditos do Pronaf podem ser concedidos de forma individual, coletiva ou grupal⁶⁹. Para este trabalho estão sendo analisados os beneficiários do Pronaf que estão enquadrados dentro do Grupo C⁷⁰. Os beneficiários do Grupo C são os agricultores familiares e trabalhadores rurais que: I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; II - residam na propriedade ou em local próximo; III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; IV - obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária; VI - obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$1.500,00 e até R\$10.000,00,

⁶⁸ Este é o caso dos agricultores familiares ligados a indústria fumageira gaúcha. “Há muito desvio, há sim pessoas que se apropriam daquilo que é criado para os agricultores familiares para que outros possam levar vantagem com isso. ... A questão de passar o dinheiro por dentro de uma fumageira, sem que o agricultor saiba que ele tinha um empréstimo do Pronaf é uma briga com o banco. Quando o agricultor vai ao banco para pegar um empréstimo para plantar feijão, ele não pode porque já tem um empréstimo e não pode pegar um segundo. Descobrimos o desvio que o banco havia feito. Ou seja, o banco emprestou o dinheiro para a fumageira, que colocou os insumos aos agricultores sem que houvesse a criação de uma relação direta entre o banco e os produtores” (PRETTO, 2003, p. 97 e 98). Ainda se percebe a preferência dos bancos em trabalhar com as grandes indústrias ao invés de lidar diretamente com cada agricultor.

⁶⁹ O crédito coletivo é aquele obtido para fins coletivos, enquanto o crédito grupal é obtido para fins individuais.

⁷⁰ O Grupo A é formado por assentados do Programa de Reforma Agrária, o Grupo B inclui agricultores familiares indígenas e quilombolas, o Grupo D é composto por agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 10.000,00 e R\$ 30.000,00. Desse modo, a análise do Grupo C indica, em princípio, a análise do grupo mais heterogêneo, sem uma característica normativa específica e com renda mais baixa do que a renda em que se enquadram os agricultores do Grupo D.

excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais (PRONAF, 2001).

Assim como os outros grupos, o Grupo C tem acesso a modalidades de financiamento para custeio e para investimento. De acordo com o Plano de Safra 2002/2003, no Pronaf C Custeio enquadram-se as operações entre R\$ 500,00 e R\$ 2.000,00⁷¹. Os agricultores têm acesso a uma operação por safra que deve compreender todas as lavouras ou atividades que estão sendo financiadas. O pagamento deve ser feito num prazo de até 90 dias a partir da data prevista para a colheita. O produtor poderia pagar o financiamento em até três parcelas e ter um rebate⁷² de R\$ 200,00 no pagamento da última parcela no prazo estipulado ou no caso de antecipação da quitação da dívida. O crédito para investimento é concedido mediante a apresentação de um projeto técnico. O projeto deve estar relacionado com a atividade produtiva e deve ser destinado ao aumento da produtividade e da renda do produtor. As operações de financiamento do Grupo C, no plano de safra 2002/2003, variam de R\$ 1.500,00 a R\$ 4.000,00. O crédito coletivo, ou grupal, poderia chegar a R\$ 40.000,00. A taxa de juros do Pronaf C Investimento é de 4,00% a.a. com um prazo de três anos de carência (ou 5 anos em algumas atividades específicas em que o projeto técnico requer essa carência). A amortização da dívida é feita em 5 parcelas anuais. O rebate do Pronaf C Investimento é de até R\$700,00. São essas às condições de acesso ao Pronaf aceitas pelas famílias que integraram a amostra neste trabalho⁷³.

⁷¹ “O limite do crédito de custeio para o Grupo “C” pode ser elevado em até 50% (cinquenta por cento) quando os recursos forem destinados a: bovinocultura de leite, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura; avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; agricultores que estão em fase de transição para a agricultura orgânica, mediante a apresentação de documento fornecido por empresa credenciada conforme normas definidas pelas Secretarias de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; sistemas agroecológicos de produção, cujos produtos sejam certificados com observância das normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; famílias que apresentarem propostas de crédito específicas para projetos de jovens maiores de 16 (dezesseis) anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino”. (PNUD, 2001).

⁷² Um desconto na parcela devida.

⁷³ As exigências e os valores são alterados, ou pelo menos em relação aos valores financiados para o custeio deveriam ser, a cada plano de safra divulgado pelo governo federal.

Os recursos destinados ao Pronaf provêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Parte significativa dos custos do programa são as equalizações⁷⁴ que permitem que os bancos comerciais operacionalizem esse tipo de microcrédito, especialmente o Banco do Brasil que repassa grande parte dos recursos. De outras forma, a princípio, não haveria interesse dos bancos comerciais nesse tipo de crédito para a agricultura.

Desde a sua criação o Pronaf vem sendo aprimorado. Parte das demandas solicitadas através da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento vem sendo atendidas. Mesmo que muito ainda possa haver diversos pontos de crítica, o Pronaf representa um processo de diálogo com a sociedade que vive no campo e que trabalha no meio rural. Este não é um processo rápido, e, além disso, precisa necessariamente superar a barreira representada pela troca de governo em sociedades democráticas.

2.3.1.1 O Pronaf C em Constantina

Em Constantina, o Pronaf C atendeu, de acordo com o número de contratos relativos a safra 2002/2003, 1.066 agricultores⁷⁵. São 949 contratos de Pronaf C – Custeio e 272 contratos referentes a projetos aprovados de Pronaf C – Investimento. Percebe-se que 155 produtores tiveram acesso ao Pronaf C nas duas modalidades (custeio e investimento). O Pronaf C – Custeio é operacionalizada através do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e do Sistema Sistema Cresol, que repassa recursos do Banco do Brasil e do Bannrisul.

Os agricultores possuem grupos de aval solidário. Esses grupos são identificados de acordo com a comunidade em que as famílias residem.

Os empréstimos referentes ao custeio foram solicitados para lavouras de milho (R\$220,00/ha) e de soja (R\$200,00/ha).

Para a aprovação do Pronaf C – Investimento é preciso que o agricultor apresente um projeto técnico que indique a finalidade dos recursos. Em Constantina,

⁷⁴ A equalização feita pelo governo cobre a diferença existente entre a taxa de juros de “mercado” e a taxa de juros subsidiada que deve ser repassada ao agricultor familiar com acesso aos recursos do programa.

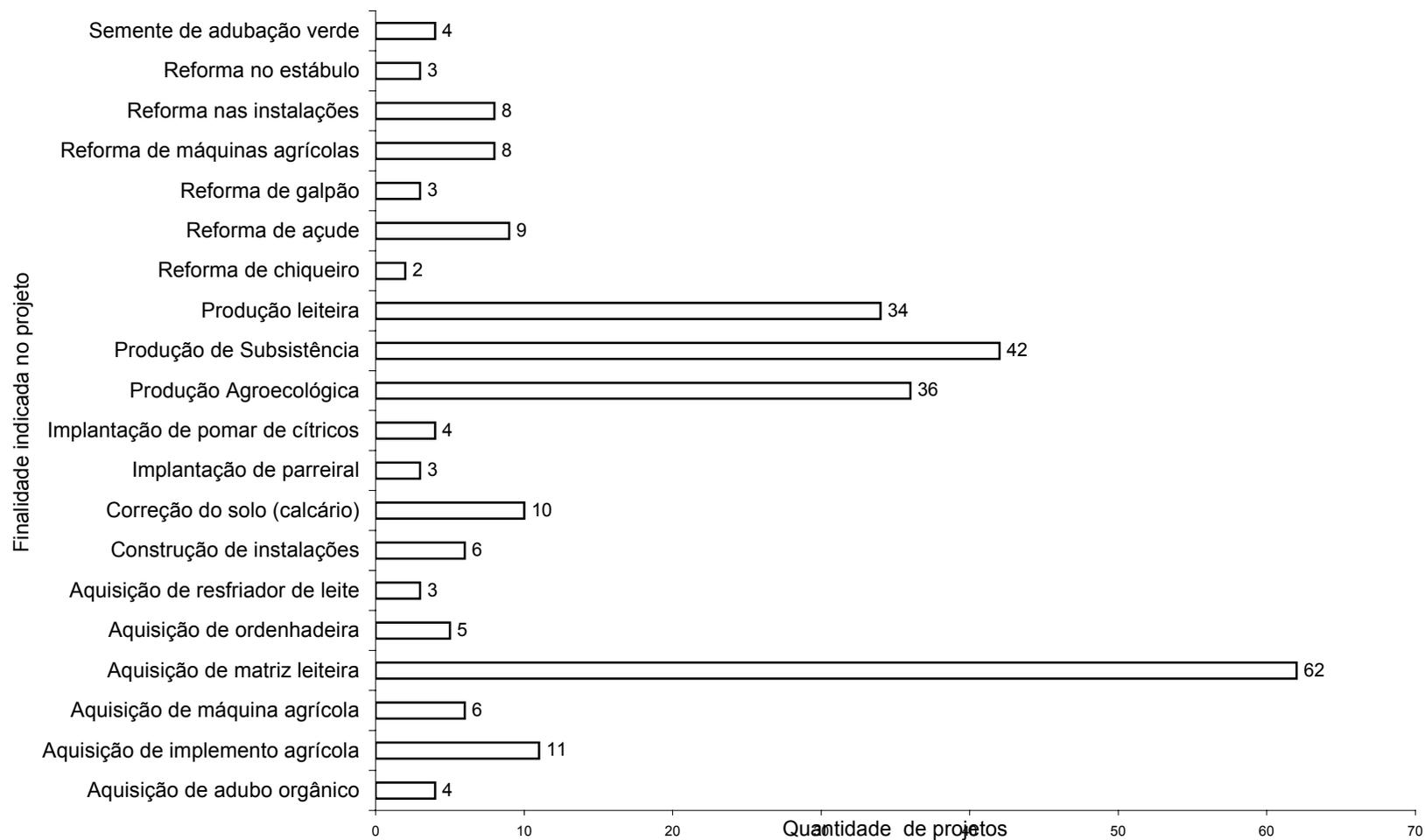
⁷⁵ O produtor não pode legalmente ter mais de um contrato de cada tipo (investimento e custeio).

a EMATER/RS, foi a instituição que garantiu, em parceria com o STR, a realização dos projetos. Foram financiadas 272 propostas de investimentos que identificavam 30 finalidades para a utilização dos recursos. Cada produtor pode ter aprovado 1 projeto.

O destino principal dos recursos, indicado no projeto, foi a aquisição de matrizes leiteiras (indicada em 62 projetos). O gráfico a seguir (Gráfico 01) identifica as finalidades indicadas mais de uma vez no grupo de projetos. Foram identificados em apenas 1 projeto as seguintes finalidades para a utilização dos recursos: viticultura, reforma de moradia, reforma no resfriador de leite, reforma no paiol, diversificação da matriz produtiva, deslocamento da área agrícola, construção de açude, aquisição de animais para tração e aquisição de adubadora de tração animal⁷⁶.

⁷⁶ Não há outro motivo, se não o da melhor visualização do gráfico a seguir, para a listagem das finalidades para a utilização dos recursos que apareceram uma única vez entre os projetos que receberam financiamento através do Pronaf C - Investimento 2002/2003.

Gráfico 01 Finalidade indicada para a utilização de recursos nos projeto de Pronaf C – Investimento



Fonte:Elaborado pela autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

Dos 1.624 estabelecimentos rurais em Constantina/RS, 65,64% das famílias são atendidas pelo Pronaf C. O Pronaf ainda é acessado pelos agricultores familiares em outras modalidades(mais especificamente em relação ao público do grupo D que tem acesso aos recursos do Pronaf especialmente através do Sicredi). Na medida do possível, a cooperação técnica entre as instituições envolvidas na operacionalização do Pronaf C em Constantina procura garantir que todos os agricultores enquadrados e com interesse em acessar recursos do programa sejam atendidos.

2.3.2 O Programa RS Rural

O RS Rural é um programa estadual que funciona a partir de um convênio com o Banco Mundial, sob responsabilidade e coordenação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul. Ele tem como objetivos básicos promover processos de desenvolvimento que sejam capazes de reduzir a pobreza e orientar a utilização dos recursos naturais. Para isso o programa procura atingir os mais diferentes tipos de comunidades através de ações de infra-estrutura, geração de renda e manejo de recursos naturais⁷⁷.

Uma das inovações metodológicas do programa é a utilização da microbacia hidrográfica como unidade geográfica de localização e planejamento do projeto. Cada projeto deve ser discutido de modo a superar as principais necessidades da comunidade a ser atendida. Os projetos podem ser configurados em torno de seis tipos de ações: Manejo e Conservação de Recursos Naturais; Biodiversidade; Geração de Renda com retorno; Geração de Renda sem retorno; Infra-estrutura Social Básica e Formação e Capacitação. Desses grupos, as ações de Manejo e Conservação de Recursos Naturais são obrigatórias em todos os projetos. Em cada grupo de ação podem ser identificadas várias práticas.

O público a ser atendido com a aprovação dos projetos devem ser, segundo o Manual Operativo do Programa RS Rural:

⁷⁷ As ações de infra-estrutura e geração de renda são consideradas, pela coordenação do programa como de combate a pobreza, e as ações referentes ao manejo de recursos naturais enquadram-se nas ações que procuram orientar a utilização dos recursos do forma sustentável ambientalmente.

“a) pequenos(as) agricultores(as) familiares, proprietários(as), arrendatários(as) ou posseiros(as);

b) públicos especiais:

- agricultores(as) assentados(as) em projetos de reforma agrária;
- pescadores(as) profissionais artesanais;
- povos indígenas” (SAA, 2001, p.14).

Todos os projetos têm objetivo de integrar o governo estadual e o governo municipal e estimular a participação do próprio agricultor familiar no processo de desenvolvimento. Dessa forma, algumas práticas são financiadas pelo governo estadual, outras pelo governo municipal e ainda outras estão sob responsabilidade dos “beneficiários” do projeto. Há possibilidade de combinações em relação aos provedores dos recursos, neste sentido são comuns as práticas em que o beneficiário fica responsável pela mão-de-obra, a prefeitura responsabiliza-se por fornecer o maquinário e o governo estadual, pelo fornecimento do material que viabiliza a execução da prática.

Além do apoio financeiro específico aos projetos aprovados, o Programa RS Rural possui ainda um conjunto de projetos de suporte⁷⁸ que tem por finalidade financiar à pesquisa e à capacitação de agentes, capazes de favorecer o conhecimento referente a diversos aspectos do desenvolvimento rural gaúcho.

2.3.2.1 RS Rural em Constantina: o projeto da comunidade São Pedro Deon

O projeto aprovado para Constantina no ano de 2001, e executado durante os anos de 2002 e 2003, atinge a Comunidade São Pedro Deon e está enquadrado na categoria de projetos que beneficiam a agricultura familiar.

Essa comunidade localiza-se à 30 quilômetros da sede municipal. As estradas são precárias o que dificulta o deslocamento dos moradores da localidade. O serviço de transporte coletivo depende das condições climáticas para conseguir chegar a

⁷⁸ O acesso a muitos desses estudos pode ser obtido através de <http://www.agricultura.rs.gov.br/rsrural/coordenadorias/suporte.html>.

algumas propriedades. Grande parte dos moradores depende de outros moradores da região ou do ônibus escolar para se deslocar da comunidade.

A comunidade pertence à Microbacia Lajeado Grande. Essa bacia tem uma topografia fortemente ondulada. As áreas aptas para a agricultura intensiva não chegam a 5% da área total da comunidade. A ocupação da área atual da comunidade é bastante antiga, os primeiros moradores chegaram há aproximadamente 60 anos atrás e desde então, os desmatamentos e a erosão tem causado o empobrecimento do solo e o assoreamento de córregos e riachos. As unidades de produção têm acesso à energia elétrica e água encanada, entretanto o controle de dejetos humanos e animais é inexistente.

Esse projeto conta atualmente com a participação de 43 famílias. Compõem-se de 18 práticas⁷⁹, sendo uma delas uma prática coletiva para a aquisição de equipamentos. Entre as práticas individuais oferecidas pelo RS Rural o projeto compõe-se de:

- Práticas de Manejo e Recursos Naturais: cordão com contorno vegetal, fechamento de voçorocas, adubação verde, construção de esterqueira seca, construção de esterqueira líquida, fruticultura, reflorestamento comercial com exóticos, pastagens perenes, saneamento ambiental da sede da propriedade;
- Práticas de Geração de Renda: bovinocultura leiteira, aquisição de matrizes ou reprodutores suínos, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas;
- Práticas de Infra-Estrutura Social Básica: rede de água, reforma da moradia, eletrificação rural (rede interna), construção de moradia, construção de banheiros.

O Escritório Municipal da EMATER/RS foi responsável pela elaboração do projeto e através de reuniões na comunidade verificou as práticas disponibilizadas pelo programa mais adequadas à região. Além disso, organizou o acesso das famílias a cada tipo de prática, pois cada família tem acesso a um conjunto de práticas específicas de acordo com a sua necessidade.

O volume médio de recursos financiado por família, desconsiderando a contrapartida do beneficiário, através do Programa RS Rural é de R\$ 3.105,58. Entretanto, há uma amplitude grande em relação aos valores acessados por família.

⁷⁹ Cada prática corresponde a um conjunto de itens. Os itens correspondentes as práticas do Projeto São Pedro Deon do RS Rural em Constantina estão descrito no Anexo B deste trabalho.

Esses valores variam de R\$ 240,00 (para uma família beneficiada apenas com a prática de fechamento de voçorocas) até R\$ 6.595,20 (para uma família que participou de diversas práticas, recebendo inclusive uma nova moradia).

A maioria das práticas é financiada ou pelo Estado em conjunto com o município e com contrapartida do beneficiário. O quadro seguinte (Quadro 2) procura caracterizar as práticas operacionalizadas pelo RS Rural em Constantina/RS.

Quadro 02 Características do Projeto da Comunidade São Pedro Deon – RS Rural em Constantina/RS

Tipo de Prática		Quantidade de famílias (unid.)	Média do valor acessado por prática (R\$)		
			E	M	B
01	Adubação Verde	40	786,88	0,00	481,00
02	Aquisição de matrizes e reprodutores de suínos	6	360,00	0,00	0,00
03	Bovinocultura de leiteira	19	476,32	0,00	0,00
04	Construção de banheiro	18	817,30	0,00	100,00
05	Construção de moradia	2	3.000,00	300,00	60,00
06	Cordão com contorno vegetal	10	0,00	0,00	900,00
07	Eletrificação rural (rede interna)	2	97,00	0,00	30,00
08	Construção de esterqueira líquida	11	460,87	79,55	78,18
09	Construção de esterqueira seca	33	411,78	70,00	65,18
10	Fechamento de voçorocas	22	0,00	233,18	0,00
11	Fruticultura	20	819,17	0,00	289,63
12	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas / tração animal	7	595,08	0,00	0,00
13	Pastagens perenes	34	231,59	0,00	158,38
14	Prática coletiva (compra de equipamentos – 3 plantadeiras)	6	197,60	0,00	0,00
15	Construção de rede de água	3	210,00	70,00	35,00
16	Reflorestamento comercial com exóticas	16	121,38	0,00	292,81
17	Reforma moradia	21	296,37	108,42	59,21
18	Saneamento ambiental	33	25,86	117,00	56,06
	Total	43	-	-	-

E = Financiamento do governo estadual; M = Financiamento do governo municipal; B = Contrapartida do beneficiário.

Fonte:Elaborado pela autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

O valor total do projeto foi de R\$ 188.092,60. Desse total, 64,45% dos recursos foram disponibilizados pelo governo estadual, 7,81% pela prefeitura e 27,74% do valor total corresponde à contrapartida dos beneficiários.

Uma das inovações do RS Rural é a cooperação entre os governos estadual e municipal, além da exigência de uma contrapartida do produtor. Dessa forma, o programa representa uma tentativa de incentivar a participação e a organização nas comunidades. Mesmo que não represente uma forma de financiamento, uma vez que os recursos são disponibilizados às famílias tendo como contrapartida apenas a mão-de-obra, todas as famílias que acessaram a esses recursos têm acesso ao Pronaf C. Dessa forma, para a realização deste trabalho, a opção foi de separar as famílias da amostra com acesso ao Pronaf C em dois grupos: com ou sem acesso ao RS Rural. A partir das significativas diferenças encontradas quanto a expansão das capacitações nos dois grupos fez-se também necessário caracterizar o Programa RS Rural. Algumas das práticas realizadas no projeto correspondem diretamente a realização de funcionamentos (especialmente quanto ao grupo de capacitações da situação ambiental, conforme se verá adiante).

2.4 SISTEMA COOPERATIVO DE CRÉDITO

Esta seção é dedicada a traçar um breve histórico sobre o cooperativismo no Brasil. Em seguida é apresentada a realidade das instituições que fornecem o microcrédito em Constantina através do crédito cooperativo: o Sicredi e o Sistema Cresol.

2.4.1 Cooperativismo de Crédito

As primeiras cooperativas de crédito foram criadas há mais de cem anos por pequenos agricultores que tentavam promover uma forma de crédito acessível aos produtores menos capitalizados. No Brasil, a partir de 1964, com a reforma bancária, o

cooperativismo de crédito passou por uma crise⁸⁰. A partir da década de 1990, há um renascimento do cooperativismo de crédito rural.

O cooperativismo de crédito é baseado em sete princípios: gestão democrática; adesão voluntária e livre; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade.

Entre as vantagens das cooperativas de crédito como instituições financeiras pode-se destacar juros mais baixos do os praticados no sistema bancário tradicional, baixa taxa de inadimplência e desburocratização em relação ao acesso ao crédito.

A discussão sobre o desenvolvimento local correntemente passa pela discussão de programas cooperativos de crédito que captam a poupança dos moradores para investí-la na própria localidade. Essa transparência administrativa permite que o uso dos recursos captados recebam uma fiscalização social efetiva. Através das cooperativas reduz-se a “distância” entre os agentes financeiros e os tomadores de recursos, além disso, a valorização da instituição local permite uma maior articulação entre os participantes desse sistema de crédito (BÚRIGO, 1999).

A década de 1990 representou no Brasil “renascimento” da discussão sobre as cooperativas de crédito. O novo debate da cooperação na agricultura vincula-se “neste momento a noção de capital social” (BÚRIGO, 1999, p.15).

O cooperativismo de crédito procurou, através das suas instituições, facilitar o acesso daqueles que estavam fora do sistema formal de crédito. Nesse sentido, a discussão sobre desenvolvimento rural aproxima-se dessa alternativa de operacionalização do acesso ao crédito aos agricultores familiares⁸¹. Algumas diferenças fundamentais entre as cooperativas de crédito rural e os bancos comerciais podem ser identificadas no quadro a seguir (Quadro 03).

⁸⁰ A Lei 4.595/64, que reformou todo o sistema bancário brasileiro, impôs restrições normativas que geraram perdas de competitividade para as cooperativas em relação ao sistema bancário tradicional. Entre 1970 e 1980, mais de 50 cooperativas de crédito desapareceram no Rio Grande do Sul.

⁸¹ “Trinta por cento das nossas comunidades, dos municípios do Brasil não tem atendimento bancário. Somam 1.600 municípios. É um número expressivo. Esses municípios não têm atendimento bancário porque não interessa necessariamente ao sistema bancário tradicional ou comercial. Então, essa lacuna deve ser preenchida” (PRETTO, 2003, p. 78).

Quadro 03 Principais diferenças entre as credis [cooperativas de crédito rural] e os bancos comerciais*

Item	Credi	Banco Comercial
Renda Agrícola	Retém e aplica no meio rural do município (por lei, 60% dos depósitos).	Transfere grande parte dos recursos para o meio urbano industrial
Direção	Pelos próprios agricultores	Pelos donos do banco ou pelo governo
Programas de Crédito	Pode participar dos programas do governo	Também participa de programas oficiais
Crédito Rural	Financia de acordo com as necessidades e capacidades dos agricultores	Preferência por poucos e grandes projetos
Juros	Abaixo da taxa de mercado (no caso de recursos próprios)	De mercado
Lucros (sobras)	Podem ser repartidos entre os sócios ou reinvestidos	Vão para os donos
Custo Operacional	Menor	Maior
Serviços	Presta quase todos tipos de serviços financeiros, de forma gratuita, ou por pequena taxa	Cobra taxas de mercado, em geral mais elevadas que do que das Credis
Atendimento	Pessoal e igual para todos os associados	Impessoal e de acordo com a reciprocidade

* Não entram nesta análise os bancos cooperativos, recém-criados.

Fonte: Burigo (1999, p. 31)

O cooperativismo de crédito está bastante presente no Rio Grande do Sul. As próximas duas seções são dedicadas, cada uma, à análise de duas cooperativas de crédito atuantes em Constantina/RS.

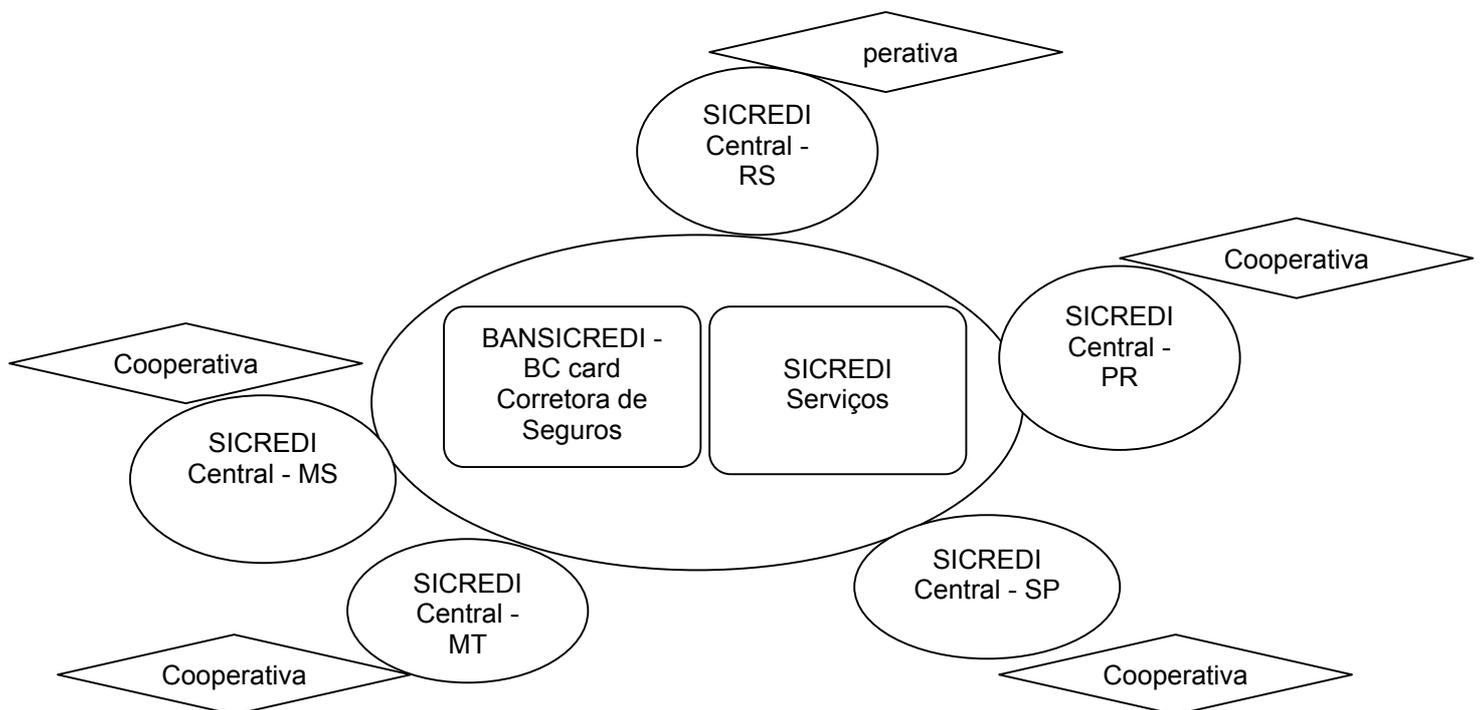
2.4.2 Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi)

O Sicredi é “descendente” da primeira cooperativa criada na América Latina em 1902. Essa cooperativa foi criada em Nova Petrópolis/RS com o objetivo de auxiliar à manutenção da atividade produtiva dos imigrantes que chegavam ao Rio Grande do Sul. Em 1980, nove cooperativas de crédito remanescentes da reforma de 1964, constituíram a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul – a COCECRER-RS. Além da cooperativa gaúcha, foram constituídas cooperativas de crédito rural no Paraná (Cooperativa de Crédito Agropecuária do Oeste/1981, que origina o Sicredi Central Paraná), no Mato Grosso (Cooperativa de Crédito Rural do leste do Mato Grosso/1988, que deu origem ao Sicredi Leste Mato Grosso). Em 1992, as cooperativas da COCECRER-RS unificaram-se sob a denominação de Sicredi.

Atualmente o Sicredi atua nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quanto à sua estrutura organizacional para a atuação nos estados brasileiros já indicados é formado por postos de atendimento nos municípios, pelas centrais em cada estado, pelo Sicredi Serviços e pelo Bansicredi⁸².

Figura 03 Estrutura nacional do Sicredi



Fonte: Material Institucional do Sicredi.

A missão institucional do Sicredi é de “disponibilizar à sociedade uma alternativa democrática para gerir seus recursos financeiros e prestar serviços bancários em geral”⁸³.

⁸² O Bansicredi é o instrumento de acesso das cooperativas ao mercado financeiro. Segundo a entrevista com o Sr. Saul João Rovadoscki, Diretor-presidente da Região Sarandi e Conselheiro do Sicredi/RS: “é preciso entender que o Sicredi é uma cooperativa. O dia que deixar de ser cooperativa, o Sicredi deixa de existir. Nunca nós seremos um banco comercial. O que acontece é que nós temos um banco [Bansicredi] de propriedade do Sistema Sicredi que é uma *ferramenta* de trabalho para nós. Ele atende às cooperativas [para a prestação de diversos serviços: seguros, emissão de talões de cheque, acesso a reserva bancária etc]” [Transcrição autorizada] (Grifos de Kühn).

⁸³ De acordo com material institucional disponibilizado pela instituição. Na entrevista realizada em Constantina também foi citado como missão do Sicredi o seguinte objetivo: “valorizar o relacionamento

O Sicredi oferece aos seus associados, além do acesso ao crédito rural que é sua finalidade principal, os seguintes serviços: depósitos à vista; depósitos a prazo; acesso a fundos de investimentos financeiros; acesso a um fundo de aposentadoria complementar; cheque especial; cartão de crédito; cartão de transações; crédito pessoal; capital de giro; serviços de cobrança; acesso a seguros (pessoal, residencial, automóvel, agrícola etc.); financiamento de exportações; pagamento de benefícios e arrecadações; recebimento de documentos de pagamento bancário; débito em conta corrente e *Internet banking*.

O êxito da instituição é evidenciado pelo fato de que o Sicredi tem sido solicitado para expor sua experiência como cooperativa de crédito em toda a América Latina.

Uma das características desse sistema é a sua capilaridade. Existem 655 pontos de atendimentos nos quatro estados em que a instituição atua (PRETTO, 2003). No Rio Grande do Sul, o Sicredi está presente em caráter de exclusividade (ou seja, localidades sem acesso sequer a postos bancários) em 65 municípios (PRETTO, 2003).

Do total de 565.503 associados, cerca de 72% são gaúchos⁸⁴. Ainda que tenha sido criado com a finalidade de atender agricultores familiares, é preciso ressaltar que, atualmente, além de oferecer serviços às famílias das áreas rurais, o Sicredi atende também associados que moram nos núcleos urbanos dos município em que atua.

2.4.2.1 O Sicredi em Constantina/RS

Constantina possui um posto de atendimento do Sicredi. A Unidade de Atendimento Cooperativo (UAC) pertence à divisão Regional de Sarandi/RS⁸⁵ e tem a responsabilidade de atender também ao município de Novo Xingu que é um dos municípios limítrofes de Constantina. O Sicredi estabeleceu-se em Constantina em 1994. Ele surgiu como um operacionalizador do crédito para o pequeno agricultor

oferecendo soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade” (informação oral).

⁸⁴ De acordo com a informação disponível no Sistema de Análise (SAS) do Sicredi em setembro/2002.

⁸⁵ Formada por 14 municípios da região.

familiar através do repasse dos recursos liberados pelo Banco do Brasil⁸⁶. A partir daí, percebeu-se a necessidade de complementar a atividade com outros serviços bancários. Atualmente, mesmo ainda mantendo alguns convênios com outros bancos, o sistema não é mais um mero “repassador” dos recursos do Banco do Brasil. Ele operacionaliza os recursos equalizados diretos do BNDES e do BRDE.

Em Constantina o corpo social do Sicredi é formado por 1.329 associados.

O acesso ao crédito no Sicredi é desburocratizado para os associados e o custo de manutenção das operações – por exemplo, da conta corrente – é menor do que em bancos comerciais tradicionais. Além disso, “agricultor se sente mais à vontade, o agricultor se sente mais em casa” (informação oral).

O microcrédito no Sicredi é subdividido em várias linhas: Pronaf em todas as modalidades, PROGER⁸⁷, financiamento de aquisição de bens, o acesso a contas com limite – cheque especial, o próprio desconto de cheques. Até um certo valor, todas essas modalidades são consideradas pela instituição como microcrédito.

Do total de recursos colocados a disposição dos clientes – R\$ 2.960.000,00 - 70% são utilizados em operações de microcrédito⁸⁸. A média por operação é de R\$ 3.400,00. As taxas de juros variam conforme a linha de microcrédito que está sendo acessado pelo associado⁸⁹. São atendidas na unidade de Constantina com todas as linhas de microcrédito cerca de 595 famílias da região. Todas as operações são realizadas sob responsabilidade da própria UAC e fiscalizadas e assessoradas pela unidade regional em Sarandi.

O Sicredi atua no município através dos líderes nas comunidades⁹⁰. São realizadas reuniões que apresentam os produtos oferecidos pela instituição e encaminham os associados a UAC. Caracteriza-se aí, uma relação mais próxima tanto da comunidade como das famílias.

⁸⁶ A “independência” do Sicredi em relação ao Banco do Brasil ocorreu em 1999 devido a desacordo referente ao volume de recursos que deveriam ser repassados do Banco do Brasil para o Sicredi, uma vez que aquele exigia que este assumisse todo o risco das operações de financiamento realizadas através dos repasses.

⁸⁷ Programa de Geração de Emprego e Renda do governo federal.

⁸⁸ Os outros 30% dos recursos estão envolvidos em operações que ultrapassam R\$ 15.000,00 para investimento e R\$ 5.000,00 para custeio que não são mais considerados como microcrédito pelo Sicredi.

⁸⁹ As taxas do Pronaf são definidas pelo Banco Central, os financiamentos com recursos próprios têm uma taxa de juros que varia de 1,5% a 4,5% a. m. O prazo para o pagamento dos financiamentos feitos com recursos próprios varia de 1 a 24 meses, também pode variar de acordo com a necessidade do associado.

⁹⁰ Na área de Constantina atuam 24 líderes.

Para ter acesso aos recursos dos programas de financiamento através da UAC Constantina, o produtor rural deve estar enquadrado nas normas do programa que pretende acessar e ser associado do sistema. Para o acesso ao Pronaf C o agricultor pode financiar seu recurso sem movimentação de conta corrente integralizando uma cota de menor valor do que aquela normalmente integralizada⁹¹.

O Sicredi, além de oferecer os serviços financeiros, organiza palestras e seminários para a comunidade através dos líderes. As palestras enfocam especialmente temas como planejamento e organização da propriedade rural. Para a comunidade de maneira geral, o sistema oportunizou a colocação de um relógio institucional em frente à rodoviária que presta serviços indicando informações como temperatura, data e hora. Em termos culturais, o Sicredi patrocina festas nas comunidades e operacionaliza um projeto chamado “A União faz a Força”. Esse projeto baseia-se no ensino de idéias e noções do cooperativismo no Ensino Fundamental.

2.4.3 Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol)

É através do Sistema Cresol que muitos agricultores familiares, que encontravam nos meios convencionais muita dificuldade para ter acesso ao crédito, são atendidos por uma instituição financeira. A luta organizada por melhores condições de vida foi o fator principal para o nascimento do Sistema Cresol enquanto instituição. Em 1995, surgiram as cinco primeiras cooperativas do sistema. Desde então, ele vem crescendo continuamente.

A tabela a seguir indica a dimensão do crescimento institucional que vem sendo conquistado pelo Sistema Cresol.

⁹¹ A quota integralizada normalmente para os associados atualmente (abril/2003) é de R\$200,00. No caso de produtores que apenas pretendem financiar o Pronaf C, sem acesso aos demais serviços bancários, a quota integralizada é de R\$ 50,00 (safra 2002/2003). Entretanto, essa possibilidade não é comumente encontrada. Normalmente os produtores têm acesso aos demais serviços.

Tabela 01 Sistema Cresol em números

Indicadores	12/1996	12/1997	12/1998	12/1999	12/2000	12/2001	09/2002
Cooperativas	5	7	15	28	31	46	67
Associados	1.639	2.674	5.898	11.316	15.175	20.540	27.147
Repasso Custeio (R\$)	1.152.000	2.630.000	5.909.000	13.400.000	18.100.000	21.632.000	36.000.000
Média de Custeio por Associado (R\$)	701	983	1.002	1.184	1.193	1.053	1.326
Repasso Investimento (R\$)		650.000	530.000	996.464	1.881.000	9.894.000	12.000.000
Total Repasse Pronaf (R\$)	1.152.000	3.280.000	6.439.000	14.396.464	19.981.000	31.526.000	48.000.000
Patrimônio Líquido (R\$)	101.000	308.000	682.000	1.853.000	3.173.000	6.110.000	8.600.000
Depósitos (R\$)	697.000	1.297.000	2.926.000	6.925.000	9.885.000	15.600.000	30.080.000

Fonte: Informações selecionadas de Sistema Cresol (2002).

Atualmente o Sistema Cresol está presente nos três estados da Região Sul. No Paraná, onde o Sistema Cresol surgiu, existem 03 bases regionais com 27 postos de atendimento. Em Santa Catarina são 02 bases regionais com 11 postos de atendimento. A única base regional gaúcha (Alto Uruguai), possui 08 postos de atendimento (CRESOL, 2002).

O Sistema Cresol reúne atualmente 67 cooperativas, atuando em 192 municípios. Seguindo os princípios gerais do cooperativismo, o Sistema Cresol procura captar recursos dos agricultores nas localidades onde operam e reaplicá-los na mesma comunidade.

A atuação do Sistema Cresol nos municípios ocorre através de um posto de atendimento que oferece aos seus associados diversos serviços financeiros: limite em conta corrente; acesso a talão de cheques; repasse do Pronaf Custeio e Investimento (através de convênio com Banco do Brasil, Banrisul, BRDE, BNDES); empréstimo pessoal; desconto de cheque; seguro de vida; poupança.

Além do recursos das modalidades do Pronaf repassados através do convênio com o Banco do Brasil⁹², o sistema financia com recursos próprios o crédito pessoal, o

⁹² A luta atual do Sistema Cresol como um todo é organizar um instrumento que permita o acesso direto aos recursos do Pronaf. "... em torno de 20% dos recursos gastos pelo Tesouro na linha do Pronaf são recursos que ficam com o Banco do Brasil, na forma de *spread* [uma espécie de lucro bancário] e de taxa de serviço. O Banco do Brasil nesta safra [safra 2000/2001] recebe 8,4% a. a, proporcional à duração dos empréstimos sobre o montante de crédito operacionalizado. Ele recebe uma taxa de serviço por título de crédito de R\$ 13,01 por cada cédula de crédito rural que é feito ao amparo do Pronaf.

Se o Sistema Cresol tivesse acesso a 4,00% ao ano de *spread*, cobriria todo o custo administrativo e todo o custo operacional. Nem cobraríamos taxa de serviço, porque com esses 4,00% que o Tesouro passasse direto para o Sistema, poderíamos pegar o recurso próprio e emprestar para os

limite das contas correntes, um crédito de complementação das atividades agrícolas e o microcrédito⁹³.

A linha de crédito específica classificada pela instituição como microcrédito é chamada Microsol. Esses recursos muitas vezes atuam em complementaridade com o Pronaf. Com o Microsol, os agricultores têm acesso a empréstimos de até R\$2.000,00. A taxa de juros deste empréstimo varia de 1,5% a 2,0% a.m. Tem um prazo máximo de 5 meses para o pagamento, que pode ser feito em uma parcela única ou em 5 parcelas mensais.

Para ter acesso ao Microsol é preciso ser associado ao Sistema Cresol. O acesso a esta modalidade de financiamento permite que o produtor possa aproveitar eventuais oportunidades em períodos do ano em que o Pronaf não está acessível ou quando há atrasos no repasse do Pronaf por parte do governo federal. Através do Microsol podem ser financiadas as seguintes atividades⁹⁴:

- a) Pré-Custeio Agrícola: possibilita especificamente a compra de insumos, o custeio familiar e de serviços antes da liberação do custeio oficial;
- b) Custeio Agrícola ou Pecuário: financia pequenas atividades da produção que tem dificuldades de ser financiadas pelo Pronaf;
- c) Investimento Agrícola ou Pecuário: possibilita os pequenos investimentos com dificuldades de ser financiados pelo Pronaf;
- d) Atividades para a Agregação de Valor Agrícolas ou Não Agrícolas: o associado tem acesso a recursos para beneficiamento ou transformação semi-artesanal ou artesanal de diversos produtos;

agricultores a 1,20% ou 1,30%, em vez de emprestar para os agricultores em crédito rural o nosso recurso próprio com uma taxa de 2,50% a. m.” (PRETTO, 2003, p. 63). Na safra 2002/2003 foi repassado para o Sistema Cresol 3,00% e na safra atual 2003/2004, a tendência é que o repasse seja de 2,50% do total de recursos operacionalizado pelo Pronaf. Mesmo que o Banco do Brasil seja a instituição formal de acesso aos recursos do Pronaf, é o Sistema Cresol que operacionaliza a burocracia para a obtenção de informações e projetos e assume todos os riscos em relação a inadimplência dos créditos repassados por eles (informação oral). Percebe-se a existência do impasse já superado pelo Sicredi.

⁹³ Segundo a entrevista realizada em Constantina, os recursos próprios atendem desde a possibilidade de aproveitar a oportunidade de comprar uma vaca de algum vizinho até a necessidade de ajudar algum filho(a) que vai casar.

⁹⁴ As atividades devem ser comprovadas através da apresentação de nota fiscal. As atividades não-agrícolas são classificadas pela instituição como empréstimos pessoais, não especificamente como microcrédito.

e) Comercialização: possibilita acesso ao capital de giro para que os produtores possam, por exemplo, estocar a produção e buscar ganhos de mercado.

Além dos recursos próprios, o Sistema Cresol mantém convênios e parcerias para a gestão e operacionalização de recursos com o Banco do Brasil, BRDE, BNDES, Ministério do Desenvolvimento Agrário e muitas outras instituições, para repasse de recursos de programas além do Pronaf.

Entre os associados do Sistema Cresol 79% exploram áreas com menos de 20 ha. Para 71% desses agricultores a renda não passa de R\$ 4.000,00 anuais (CRESOL, 2002). Esses agricultores dificilmente interessariam ao mercado de crédito rural tradicional que historicamente dá preferência para o atendimento daqueles produtores rurais que operacionalizam financiamentos de grandes volumes de recursos.

O Sistema Cresol apresenta um conjunto de preocupações sociais que vão além da representada pelo acesso do produtor familiar ao crédito. Através do Sistema Cresol os agricultores têm acesso a palestras sobre agroecologia e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, através do acesso ao crédito os agricultores têm acesso a informações que podem ser bastante importantes para a viabilização de uma reestruturação produtiva que tente diminuir a dependência dos insumos químicos, externos à propriedade.

2.4.3.1 O Sistema Cresol em Constantina

O posto de atendimento do Sistema Cresol de Constantina foi o primeiro no Rio Grande do Sul (iniciando suas atividades em 1998) e representa hoje a única base gaúcha do sistema. Ele foi implantado em Constantina a partir do interesse do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) municipal pelo sistema operacionalizado no Paraná. A Assembléia de Constituição da Cooperativa foi feita em janeiro de 1998 e em julho do mesmo ano, o Sistema Cresol abria suas portas para atender os agricultores familiares do município⁹⁵.

O quadro social da cooperativa é de 1.420 associados. Desses agricultores, 70% não tinha acesso a bancos ou à conta bancária, dessa forma, sem acesso aos

⁹⁵ Atualmente, com a experiência já adquirida pelo Sistema, a organização da parte legal para a abertura da cooperativa não leva mais do que três meses.

recursos do Pronaf. O Sistema Cresol surgiu na tentativa de operacionalizar o acesso destes agricultores a esses recursos. Uma das conquistas do Sistema Cresol em Constantina foi conseguir o financiamento de duas agroindústrias no município através de recursos do Pronaf Investimento em parceria com o BRDE em 2002.

O processo de liberação do microcrédito aos produtores inicia com a solicitação do financiamento pelo agricultor no posto de atendimento. Em, no máximo, oito dias um Comitê de Crédito – formado por seis pessoas que trabalham na cooperativa – avalia e libera o recurso para o associado. O sistema de avaliação para a liberação do Microsol é bastante parecido, entretanto, a atividade a ser financiada deve estar enquadrada em critérios específicos já apresentados na seção anterior. Foram realizadas 32 operações do Microsol em Constantina, a média liberada através desta modalidade de microcrédito foi de R\$ 807, 73.

Além do Microsol, em 2002 foi criado um programa específico para o fomento da agroecologia no município. Esse é um tipo de microcrédito que ainda não atende muitas famílias. Assim como no Microsol, a inadimplência desses programas no município é zero⁹⁶.

Além dos produtores de Constantina, são atendidos no posto do Sistema Cresol, agricultores dos municípios de Engenho Velho⁹⁷, Novo Xingu⁹⁸, parte de Rondinha, Liberato Salzano e São José das Missões⁹⁹.

Está sendo desenvolvido em Constantina um trabalho na formação de 34 agentes comunitários que devem atuar como mediadores nas comunidades. Estes agentes são responsáveis pelo contato cotidiano da cooperativa com a comunidade em que moram. Eles estarão indicando à cooperativa as demandas locais. Ele atua como um “agente comunitário de desenvolvimento de crédito” (informação oral). As

⁹⁶ É preciso considerar que ainda são poucos os produtores atendidos no município por esses dois programas.

⁹⁷ O município de Engenho Velho chegou a começar o debate em torno da criação da sua própria cooperativa, entretanto, 49,00% da área do município é de área indígena. Os produtores estão sendo desapropriados e 51,00% da população já abandonou a área rural. Havia mais de 200 associados, que atualmente não passam de 100 (aqueles que estão fora da área indígena), dessa forma eles continuam sendo atendidos em Constantina.

⁹⁸ Tem acesso viário asfaltado até Constantina o que facilita o atendimento do município.

⁹⁹ Em fase de criação de uma “pré-cooperativa”.

solicitações da comunidade são levadas pelo agente para discussão dentro do Sistema Cresol¹⁰⁰.

A Assembléia Anual da cooperativa, da qual todos os associados participam é uma comemoração que, além de discutir o “futuro” da cooperativa, confraterniza todas as comunidades que fazem parte do Sistema Cresol.

O Sistema Cresol em Constantina procura aproximar-se da comunidade através do patrocínio de eventos e de um time de futebol que vai às comunidades realizar jogos com os agricultores que moram no local. A cooperativa também patrocina uma escolinha de futebol e vôlei que participa de diversas competições na região.

Atualmente, um dos grandes desafios do Sistema Cresol em Constantina é, além de garantir o sucesso do trabalho dos agentes comunitários, promover um debate referente a uma melhor aplicação dos recursos na propriedade. É preciso estabelecer um debate em que o agricultor seja chamado a procurar novas oportunidades para um aumento da renda da propriedade agrícola. É preciso discutir formas articuladas de comercialização que apresentem concretamente a viabilidade do investimento que o agricultor pretende fazer ou da cultura que pretende aumentar ou implementar. Na tentativa de alcançar esse objetivo o Sistema Cresol em Constantina contratou um técnico para visitar as propriedades e trabalhar junto com os agricultores na percepção de novas alternativas de melhoramento na produção. Em termos de Sistema como um todo, além de “conquistar a independência” em relação ao Banco do Brasil, o objetivo é conseguir a oferecer aos seus associados o serviço de pagamento de aposentadorias que ainda não está disponível¹⁰¹. Este seria mais um meio importante de captar recursos que poderiam ser reinvestidos no município.

2.5 O MICROCRÉDITO EM CONSTANTINA/RS

No município existem ainda outras formas de financiamento que poderiam ser enquadrados como operações de microcrédito. Há comerciantes que operam como fornecedores da unidade de produção, garantindo inclusive a manutenção não apenas

¹⁰⁰ Outro objetivo de fundamental importância associado aos agentes comunitários é o de localizar aqueles produtores que ainda estão excluídos do acesso ao crédito.

¹⁰¹ Em Constantina, 90% dos aposentados rurais é associado ao Sistema Cresol.

do processo produtivo, mas dos próprios integrantes da família (acesso a material de limpeza, material escolar etc). Esses comerciantes permitem que os agricultores comprem durante o ano e paguem a “conta” com os produtos da safra.

As cooperativas de produção também fornecem financiamento aos produtores associados para a aquisição de insumos e equipamentos com recursos próprios.

Além dessas formas de financiamento, que em muitos casos também poderiam ser enquadrados como microcrédito, as formas de acesso a recursos descritas nas seções anteriores também apresentam sobreposições. Muitos produtores possuem mais de um contrato de Pronaf C na mesma modalidade (custeio ou investimento). Mesmo que essa seja uma prática proibida, o acesso a diversas instituições e a falta de cruzamento entre os dados institucionais, permitem que essa situação ocorra no município.

Além disso, a visita às propriedades, durante a pesquisa de campo, evidenciou o fato que em muitas famílias mais de uma pessoa tem acesso aos recursos disponibilizados pelo microcrédito.

De qualquer maneira, o que se procurou demonstrar nas seções anteriores é o diferencial das formas de acesso a recursos que estão sendo analisadas em relação ao crédito tradicional. Chama-se a atenção para as duas características principais do microcrédito: acesso mais facilitado e o pequeno volume de recursos acessado.

Em todos os casos, o acesso a recursos é menos burocratizado, a exigência essencial é que o produtor esteja enquadrado na categoria normativa de agricultura familiar. No caso do Pronaf fora das cooperativas esse acesso pode ser um pouco mais impessoal, entretanto, sem sombra de dúvida há atualmente uma maior facilidade de acesso aos recursos, uma vez que existem recursos para os pequenos produtores, que até duas décadas não estavam disponíveis.

Na medida em que a literatura não permite a definição de uma faixa de valor monetário em que o microcrédito está enquadrado (o que evidentemente, devido às diferenças em relação a custo de vida, valor de moeda, etc, não seria muito apropriado), procurou-se por programas de modalidades de financiamento que, em certa medida, se autodenominasse de microcrédito, bem como identificar a noção de microcrédito nas instituições, especialmente no caso das cooperativas. Em relação ao Pronaf, pode-se dizer que qualquer um dos grupos de agricultores atendidos com

esses financiamentos estão acessando microcrédito, se comparado ao montante de recursos financiados aos produtores com acesso ao sistema bancário tradicional. O grupo C de produtores foi escolhido por, aparentemente, representar o grupo mais heterogêneo de famílias atendidas. Sendo assim, necessário fosse, identificar o montante de recursos a que corresponde o microcrédito neste trabalho, poderíamos enquadrar essa modalidade financiamento na faixa de R\$1,00 a R\$4.000,00 em relação ao montante de recursos acessado pelas famílias. Entretanto, mais uma vez alerta-se que foi esta a opção encontrada neste trabalho e não qualquer parâmetro economicamente estimado e estabelecido.

Neste capítulo, foi feita a apresentação e contextualização dos tipos de acesso ao microcrédito que foram analisados, bem como a ressalva sobre a incompletude referente a análise das formas de acesso ao microcrédito em Constantina/RS. O próximo capítulo é dedicado a apresentar o método de análise, baseado na abordagem seniana das capacitações, que permitiu a identificação de cada tipo de microcrédito como instrumento capaz de promover o desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 3 UMA TENTATIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS SENIANOS

“Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria. Quem não sabe nada de um assunto, e consegue alguma coisa nele por sorte ou acaso, chama ‘teórico’ a quem sabe mais e, por igual acaso, consegue menos. Quem sabe, mas não sabe aplicar - isto é, quem afinal não sabe, porque não saber aplicar é uma maneira de não saber -, tem rancor a quem aplica por instinto, isto é, sem saber que realmente sabe. Mas, em ambos os casos, para o homem são de espírito e equilibrado de inteligência, há uma separação abusiva.

Na vida superior a teoria e a prática completam-se. Foram feitas uma para a outra”.

(Fernando Pessoa)

CAPÍTULO 3 UMA TENTATIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS SENIANOS

A discussão em torno da abordagem das capacitações não se resume ao debate teórico. Alguns autores têm se dedicado a sugerir formas de operacionalização dos conceitos senianos.

Sen (2000) indica que “a perspectiva da capacidade pode ser usada de maneiras bem distintas”(p. 62). Ele sugere três abordagens práticas alternativas: a abordagem suplementar¹⁰², a abordagem indireta¹⁰³ e a abordagem direta. A abordagem direta, utilizada neste trabalho, consiste em examinar diretamente o que é possível perceber a partir do estudo e da comparação de vetores de funcionamentos. O autor indica três variações analíticas dentro deste enfoque. A primeira permite uma comparação total, assim todos os vetores são comparados entre si. O segundo enfoque permite a comparação, a partir da determinação de um *ranking*, de algumas situações de realização dos funcionamentos entre si. Por fim, Sen (2000) indica, como terceiro enfoque, a comparação entre capacitações distintas que em relação a um foco específico sem pretender uma cobertura completa da situação.

Este capítulo dedica-se a propor uma forma de operacionalização da situação específica de análise dentro da abordagem seniana – o microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural no município de Constantina/RS. Portanto, dentro da abordagem direta, a pesquisa está utilizando o terceiro enfoque sugerido por Sen (2000). Além da situação da realização ou não dos funcionamentos em cada grupo de capacitações, as semelhanças e diferenças serão relacionadas com o tipo de microcrédito que os membros da unidade familiar de produção têm acesso.

¹⁰² A abordagem suplementar “envolve o uso contínuo de procedimentos tradicionais de comparações interpessoais no espaço das rendas, porém suplementando-os com considerações sobre capacitações. ... [a utilização de outras variáveis] podem melhorar o esclarecimento parcial permitido pelas medidas tradicionais no espaço da renda.” (SEN, 2000, p.103).

¹⁰³ “A abordagem indireta [é] mais ambiciosa do que a abordagem suplementar, mas permanece concentrada sobre o familiar espaço das rendas, apropriadamente *ajustado*. Informações sobre determinantes de capacitações, *exceto a renda*, podem ser usadas para calcular ‘rendas ajustadas’. Por exemplo, os níveis de renda familiar podem ser ajustados para baixo pelo analfabetismo e para cima por altos níveis de instrução, e assim por diante, para torná-los equivalentes em termos de realização de capacitação” (SEN, 2000, p. 104) (Grifos de Sen).

Essa comparação de aspectos específicos é feita através da variável focal, neste caso o tipo de acesso ao microcrédito. Essa variável é aquela que focaliza os aspectos fundamentais que permitem as comparações. Ela especifica um conjunto de valores ou características que servem de parâmetros para perceber vantagens e desvantagens entre diferentes arranjos em relação à realização dos funcionamentos. Conforme será especificado mais adiante, é a forma de acesso ao microcrédito que permite a comparação entre os grupos.

Também são discutidos os instrumentos de coleta de informações sobre os programas e a situação dos produtores. Foram utilizados basicamente dois instrumentos, as entrevistas que foram realizadas com os responsáveis pela operacionalização do microcrédito no município e os questionários que foram aplicados e enviados aos produtores.

Além disso, são identificadas as formas de organização e agregação das informações que estabeleceram as relações que serão apresentadas no próximo capítulo da dissertação¹⁰⁴.

Para apresentar o método de composição, coleta e análise dos dados, este capítulo está dividido em quatro seções. As duas primeiras seções discutem, respectivamente, a composição dos grupos de capacitações, bem como a justificativa para a escolha das variáveis destacadas na construção deste estudo.

A terceira seção discute brevemente os instrumentos de coleta de informações utilizados para a realização da pesquisa.

Por fim, é dedicada uma atenção ao esclarecimento de como as informações foram agregadas e reunidas para fins de análise.

¹⁰⁴ A tentativa de operacionalização dos conceitos senianos feita neste trabalho segue a sugestão de Comim (2001). Segundo este autor: “ Thus, by ‘operationalizing’ we mean the diverse sequence of transforming a theory into an object of practical value. To simplify matters, it could be suggested that operationalization consists of four sequences/alternatives: i) theoretical inclusion: elaboration of theoretical concepts with potential empirical significance; ii) measurement: transformation of these theoretical concepts into empirical variables; iii) application: use of these variables in qualitative empirical analysis; iv) quantification: use of these variables in quantitative empirical analysis”.

3.1 OS GRUPOS DE CAPACITAÇÕES

A tentativa de operacionalização da abordagem das capacitações ainda está em discussão. Uma das questões mais presentes no debate é o fato de que não é possível que se estabeleça um modelo com parâmetros universais capaz de ser aplicados a qualquer situação que se pretenda analisar. Talvez seja importante enfatizar novamente que o aspecto acusado de “subjetivo” nesta abordagem tenta identificar os fatores que geram no agente social a percepção sobre a melhoria de bem-estar. Essas situações dependem de aspectos sócio-culturais por vezes bastante específicos e por isso não se “enquadram” num modelo geral.

Sen, ao apresentar sua percepção sobre o desenvolvimento como liberdade, apresenta-nos o que foi por ele denominado de “liberdades cruciais”: facilidades econômicas; liberdades políticas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2000, p.11)¹⁰⁵. Da mesma forma, o autor apresenta a possibilidade de incorporação de “outras liberdades” de acordo com o que se pretende analisar. Neste sentido, o trabalho incorporou novos grupos de capacitações identificados com aspectos que garantam a liberdade e ligados ao aspecto de agência do sujeito social.

Na tentativa de perceber os diversos aspectos que podem estar envolvidos num processo de desenvolvimento rural e de verificar a possibilidade de considerar o microcrédito como um instrumento para a promoção deste processo, foram estabelecidos para esta pesquisa dez grupos de capacitações. Cada um desses grupos é composto por uma quantidade variável de funcionamentos¹⁰⁶.

¹⁰⁵ No prefácio do livro “O desenvolvimento como liberdade” (2000) traduzido para o português, Amartya Sen indica os seguintes tipos de liberdades instrumentais: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. No entanto, quando da definição destes conceitos no capítulo 2 da mesma obra, Sen utiliza as seguintes expressões: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Por haver expressões diferentes antecipando as palavras econômicas e sociais, optou-se por utilizar neste trabalho a formulação utilizada pelo autor no momento de definição dos conceitos – ou seja: facilidades econômicas e oportunidades sociais.

¹⁰⁶ Nesse sentido, a “escolha” dos funcionamentos é subjetiva, entretanto ela estará sendo justificadas ao longo do trabalho. O autor procura discutir este aspecto: “En otros contextos, que incluyen problemas más generales del desarrollo económico, la lista [dos funcionamentos] puede ser mucho más larga y diversa. Es preciso hacer elecciones al delinear los funcionamientos importantes. El formato siempre permite que se definan e incluyan ‘logros’ adicionales, Muchos funcionamientos

Os funcionamentos foram reunidos nos grupos de capacitações a fim de permitir a análise em cada grupo. Ou seja, cada grupo está representando oportunidades de realização dos funcionamentos. Entretanto, esse é apenas o ponto inicial do exame que se pretende realizar. Após uma exaustiva tentativa de combate a enfoques lineares sobre a percepção do processo de desenvolvimento, não faria sentido limitar a atuação de cada funcionamento dentro do “seu” grupo de capacitações. Analisar funcionamentos dentro dos grupos para após verificar a relação entre os grupos levar-nos-ia de volta a um antigo e combatido reducionismo, o que não é o objetivo deste trabalho¹⁰⁷.

Convém salientar ainda que a realização dos funcionamentos de cada situação analisada, refere-se à condição da família moradora da unidade de produção e sua percepção quanto à realidade questionada. É através da realização do funcionamento que a capacitações se realiza. A realização do funcionamento associado a possibilidade de agência é que garante um melhor bem-estar às famílias.

As próximas sub-seções são dedicadas a caracterizar os dez grupos de capacitações analisados durante a pesquisa.

3.1.1 Grupo de capacitações : Características da Unidade de Produção Familiar

Esse grupo é composto por dois funcionamentos. Um deles identifica a condição de agricultura familiar, caracterizada neste momento pela utilização de mão-de-obra predominantemente familiar. O outro funcionamento deste grupo

carecen de interés para la persona (por ejemplo, utilizar un determinado detergente que se parece a mucho a otros detergentes).

No se puede evitar el problema de la evaluación al seleccionar una clase de funcionamientos para describir y estimar las capacitações. La atención se debe concentrar en los temas y valores subyacentes, en términos de los cuales algunos funcionamientos definibles pueden ser importantes y otros muy triviales e insignificantes. La necesidad de seleccionar y discriminar no es un obstáculo ni una dificultad insalvable para la conceptualización del funcionamiento y de la capacidad”. (SEN, 1992, s/p)

¹⁰⁷ Alguns autores criticam a teoria seniana acusando-a de incompleta e baseada em índices vulneráveis pois levam em consideração a percepção dos agentes. Sob o ponto de vista dos críticos, as pessoas seriam incapazes de avaliar a situação em que vivem por desconhecerem situações de comparação. Ver em Comim (2001) esclarecimento sobre as críticas de Sugden, Srivisan, Ysander e Roemer.

refere-se ao êxodo já ocorrido na família. Ou seja, verifica a saída de membros da unidade de produção familiar.

3.1.2 Grupo de capacitações: Sobrevivência

Os funcionamentos deste grupo podem ser identificados como funcionamentos básicos, que garantem a manutenção “biológica” em aspectos primordiais de qualidade de vida como acesso à água, saneamento, alimentação etc. Neste conjunto de variáveis procurou-se verificar também a existência da produção de subsistência na propriedade, bem como a necessidade da compra de alimentos que não são produzidos pela família.

3.1.3 Grupo de capacitações: Liberdades Políticas

Considerando o aspecto da participação política como um dos mais importantes para a promoção de um processo de desenvolvimento, este grupo de capacitações procura perceber quais são as formas de participação política dos entrevistados. É de fundamental importância identificar se há algum tipo de coação quanto à participação política ou como ela é estimulada. Segundo o próprio Amartya Sen (2000),

“as liberdades políticas, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos, etc” (p. 55).

Sen sustenta que a democracia pode contribuir positivamente para o desenvolvimento mediante a criação de incentivos políticos para que os governantes respondam positivamente às necessidades e demandas de seus cidadãos.

“A liberdade política e as liberdades civis são importantes por si mesmas, de um modo direto; não é necessário justificá-las indiretamente

com base em seus efeitos sobre a economia. Mesmo quando não falta segurança econômica adequada, as pessoas sem liberdades políticas ou direitos civis são privadas de liberdades importantes para conduzir suas vidas, sendo-lhes negada a oportunidade de participar de decisões cruciais concernentes a assuntos públicos. Essas privações restringem a vida social e a vida política, e devem ser consideradas repressivas mesmo sem acarretar outros males (como desastres econômicos)” (SEN, 2000, p. 55).

3.1.4 Grupo de capacitações: Facilidades Econômicas

“As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Os entitamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão de seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados (SEN, 2000, p.55)”.

O grupo das facilidades econômicas, neste trabalho, está associado à seis funcionamentos. Ele é responsável por indicar, entre outros aspectos, a sustentabilidade econômica da atividade agrícola, bem como da unidade de produção. São verificadas também as opções de comercialização existente para os produtores entrevistados¹⁰⁸ e que tipo de acesso a serviços bancários e financeiros os agricultores possuem.

3.1.5 Grupo de capacitações: Relação com o Microcrédito

Sendo o instrumento que este trabalho analisa, a concessão de recursos através do microcrédito está relacionado com alguns funcionamentos específicos. A realização ou não destes funcionamentos indica, por exemplo, se há mais de um membro da família com acesso a esse tipo de financiamento. “A disponibilidade de financiamento e o acesso a ele podem ser uma influência crucial sobre os entitamentos que os agentes econômicos são efetivamente capazes de assegurar (SEN, 2000, p. 56)”.

¹⁰⁸ “A liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização” (SEN, 2000).

3.1.6 Grupo de capacitações: Oportunidades Sociais

Esse grupo indica se há oportunidade de acesso à saúde, educação, transporte, informação, lazer e como as famílias consideram a qualidade deste acesso. O acesso à educação e à saúde são funcionamentos cruciais para a condição de agência das famílias na sociedade. Além do acesso à educação em relação às crianças em idade escolar, os produtores são questionados quando a participação da família em palestra e/ou cursos que tem como finalidade promover a educação ambiental e o desenvolvimento rural. Neste sentido, é importante considerar que, segundo Lacki (1995):

“Mientras no se forme y no se capacite a un nuevo ciudadano rural con conocimientos y actitudes que le permitan hacerse cargo de la solución de sus propios problemas, de poco servirán los grandes volúmenes de crédito, subsidios, obras de infraestructura, tecnologías de punta e insumos de alto rendimiento que el Estado intente ofrecerle. ... En América Latina existen muchísimos ejemplos de proyectos de desarrollo agrícola y rural que demandaron enormes recursos e inmensos esfuerzos de los gobiernos y de la sociedad, pero que no produjeron los resultados esperados exactamente por subestimar la importancia del factor conocimiento” (p.43).

Oportunidades sociais adequadas permitem ao indivíduo possibilidades maiores de moldar seu próprio destino e de decidir por ajudar outras pessoas na vida em comunidade (SEN, 2000). Isso faz com que possíveis “beneficiários”, de programas estatais ou da sociedade de maneira geral, passem a representar mais do que recebedores passivos dos benefícios, tornam-se cidadãos ativos na concepção de um projeto de desenvolvimento¹⁰⁹.

3.1.7 Grupo de capacitações: Garantias de Transparência

Esse grupo foi definido na teoria seniana como essencial para perceber a qualidade das interações sociais existentes. Baseia-se na presunção de uma

¹⁰⁹ “A expansão de oportunidades sociais serviu para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando também circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida. O contraste é nítido com outros países de crescimento elevado – como o Brasil – que apresentam um crescimento do PNB *per capita* quase comparável [ao do Leste e Sudeste Asiático], mas também têm uma longa história de grave desigualdade social, desemprego e descaso com o serviço público de saúde” (SEN, 2000, p.62).

necessidade de confiança básica nas relações sociais (SEN, 2000). Na tentativa de operacionalização deste conceito foram sugeridos dois funcionamentos que procuram mostrar a quantidade de instituições com que a unidade de produção se relaciona e a existência de algum problema no relacionamento com as instituições.

“Quando essa confiança é gravemente violada, as vidas de numerosas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – podem ser afetadas negativamente. As garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, portanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas” (SEN, 2000, p.56).

3.1.8 Grupo de capacitações : Segurança Protetora

O aspecto da segurança protetora refere-se às oportunidades existentes no caso de alguma situação de emergência que envolva o risco de sobrevivência da família. A identificação da realização ou não de funcionamentos associados ao grupo de segurança protetora permite identificar, ainda que num sentido restrito neste trabalho, a existência de uma rede de segurança social. Este aspecto relaciona-se também com a noção de responsabilidade sobre o risco. A unidade de produção poderia estar coberta por algum tipo de seguro na tentativa de diminuir esses riscos. Entretanto, freqüentemente a falta de acesso ou o custo do serviço e a falta de informação com relação à ocorrência das situações aumenta ainda mais a complexidade de avaliação desse quadro.

3.1.9 Grupo de capacitações: Situação Ambiental

Muito da discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável, que em absoluto é o foco específico deste trabalho, evidencia que um dos principais problemas do meio rural é o esgotamento ou a falta de cuidado com os chamados recursos naturais que durante muito tempo foram explorados sem qualquer tipo de restrição. Atualmente, essa preocupação e a necessidade de manutenção da fertilidade do solo das propriedades apresenta-se como uma faceta relativamente

nova e que precisa ser incorporada nas tentativas de análise sobre o desenvolvimento.

No caso do ambiente rural, que explicitamente depende da manutenção e da renovação desses elementos “naturais” para sua reprodução, algumas informações referentes à conservação do solo e à forma de produção foram investigadas. Neste sentido, os produtores foram questionados quanto à utilização de agrotóxicos, quanto aos cuidados que tinham com o meio ambiente durante a produção e quanto ao acesso à educação ambiental.

Um grupo de questões apresentado aos produtores procurava identificar práticas de manejo e conservação do solo, o destino dado ao lixo da propriedade, em especial, o destino dado ao resíduo de suínos, um dos grandes problemas de poluição ambiental do Rio Grande do Sul.

Além da preocupação ecológica com a situação do meio ambiente, a produção agrícola necessita de alguns cuidados deste tipo para sua própria manutenção. O solo necessita cuidados que evitem a erosão e sua conseqüente redução da produtividade. A falta de cuidado com a produção em relação às condições ambientais também tem conseqüências econômicas que podem acarretar em perda de renda ou desvalorização da propriedade. Além disso, a utilização de técnicas produtivas consideradas orgânicas e/ou agroecológicas pode representar uma redução na compra de insumos externos à propriedade e acesso a um grupo específico de consumidores.

3.1.10 Grupo de capacitações: Projetos e Planos

O décimo grupo identifica aspirações e formação de expectativas das famílias, em especial àquelas referentes ao futuro dos filhos, dentro ou fora da propriedade.

3.2 OS FUNCIONAMENTOS

Cada funcionamento representa uma oportunidade para a promoção do desenvolvimento em determinado aspecto. Eles são elementos que constituem o bem-estar atingido pela família. A análise das relações entre os funcionamentos tem aspectos qualitativos e quantitativos. Para uma percepção geral da realização de funcionamentos pelos produtores, será estabelecida uma correspondência entre sua realização e códigos numéricos. A realização é indicada pelo número 1 e a não realização, pelo número 0. Alguns dos funcionamentos permitem uma situação intermediária que será codificada por 0,5.

Quadro 04 Relação entre a situação de realização, ou não, de funcionamentos e códigos numéricos

Agente social	Código
Realiza o funcionamento	1
Realiza o funcionamento parcialmente	0,5
Não realiza o funcionamento	0

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro a seguir identifica os grupos de capacitações, seus funcionamentos e as condições para a realização ou não, de acordo com a possibilidade de adequação da variável em análise. Certamente muitas relações só poderão ser mais bem qualificadas e analisadas a partir de um exame qualitativo.

Quadro 05 Grupos de capacitações, condição de realização ou não do funcionamento

Grupo de Capacitações	Funcionamentos		Realiza o funcionamento se: (1,0)	Realiza parcialmente se: (0,5)	Não realiza o funcionamento se: (0,0)
1) Características da unidade de produção familiar	01	Utilização da mão-de-obra familiar	No mínimo, metade dos moradores da UFP (Unidade Familiar de Produção) trabalha na propriedade (não exclusivamente) e não há necessidade de contratação de mão-de-obra externa.	Menos da metade dos moradores da unidade familiar de produção trabalha na propriedade e/ou a mão-de-obra familiar é insuficiente, necessidade de contratação de mão-de-obra externa.	Mão-de-obra contratada supera, em quantidade de pessoas, a mão-de-obra familiar.
	02	Convivência Familiar ¹¹⁰	Filhos do núcleo familiar predominante ¹¹¹ ainda residem no estabelecimento rural de produção.	Alguns filhos do núcleo familiar predominante já saíram do estabelecimento rural, entretanto outros continuam.	Os filhos não estão mais no estabelecimento rural.
2) Sobrevivência	03	Acesso à alimentação	A alimentação da família é considerada muito boa e sem problemas.	Alimentação da família é considerada regular e/ou tem algum problema.	Alimentação da família é considerada insatisfatória e com problemas.
	04	Produção de subsistência	Apresenta diversidade de produtos para a subsistência igual ou acima da média da amostra ¹¹² .	Apresenta diversidade de produtos abaixo da média da amostra.	Ausência de produção de subsistência, necessidade de obter alimentos unicamente por doação ou compra.
	05	Acesso à água	Acesso à água dentro da residência ¹¹³ .	Acesso à água fora da residência.	A família não tem acesso à água no estabelecimento ¹¹⁴ .
	06	Acesso ao saneamento básico	Acesso à rede pública de esgoto.	Sem acesso a rede pública de esgoto, mas com cuidado em relação ao tratamento de resíduos.	Esgoto sem tratamento.
	07	Condição da residência	A residência acomoda sem problemas os membros da família.	-----	A residência apresenta problemas de acomodação para a família.
3) Liberdades Políticas (continua)	08	Participação nas Eleições	Todos os membros da família em idade de votação participaram das eleições para os governos estaduais e federais.	Algum membro da família não teve condições e/ou não quis participar de alguma das eleições (governo estadual e/ou governo federal)	Não houve participação de ninguém em nenhuma das eleições.

(continua)

¹¹⁰ Os entrevistados não foram questionados quanto à idade dos filhos.¹¹¹ O núcleo familiar predominante é aquele em que há um maior número de membros ligados por laços diretos de 1ª geração (pais e filhos).¹¹² A média de tipos de produtos produzidos no estabelecimento rural declarado pelos entrevistados foi de 7 produtos.¹¹³ Residência é entendida aqui como a estrutura de moradia do núcleo familiar predominante.¹¹⁴ Estabelecimento refere-se ao total de área da unidade de produção.

Quadro 05 Continuação

Grupo de Capacitações	Funcionamentos		Realiza o funcionamento se: (1,0)	Realiza parcialmente se: (0,5)	Não realiza o funcionamento se: (0,0)
3) Liberdades Políticas	09	Participação Política Geral	Membros da unidade de produção têm participação ativa nas instituições locais.	-----	Membros da família não tem interesse na participação ativa nas instituições locais.
	10	Participação Feminina	As mulheres da família têm participação ativa em alguma instituição.	-----	As mulheres da família não têm participação ativa em nenhuma instituição.
4) Facilidades Econômicas	11	Possibilidade sustentabilidade econômica da produção agropecuária	O custo dos insumos da produção agropecuária da propriedade não excede o valor da produção comercializada.	-----	O custo dos insumos da produção agropecuária da propriedade excede o valor da produção comercializada.
	12	Sustentabilidade econômica da unidade produtiva	O total das entradas monetárias na unidade de produção é igual ou superior ao custo de manutenção total da atividade (moradia e de produção) na unidade produtiva.	-----	O total das entradas monetárias na unidade de produção é inferior ao custo de manutenção total da atividade (moradia e de produção) na unidade produtiva.
	13	Acesso formas de comercialização	Acesso a mais de duas formas de comercialização da produção da unidade familiar.	Acesso a duas formas de comercialização da produção.	Acesso a apenas uma forma de comercialização – dependência em relação a esta forma.
	14	Utilização de bens duráveis na residência	A família tem na residência a maioria dos bens duráveis que foram questionados – de 6 a 8 bens.	A família tem na residência de 4 a 5 dos bens duráveis que foram questionados.	A família tem na residência menos de 4 dos bens duráveis que foram questionados.
	15	Utilização de máquinas e equipamentos para produção agropecuária	A família tem máquinas e equipamentos próprios (ou em parceria) suficientes para sua atividade produtiva.	A família necessita da utilização de máquinas e equipamentos de terceiros para realizar sua atividade produtiva.	A família não tem acesso a máquinas e equipamentos para a sua atividade produtiva.
	16	Acesso ao microcrédito	Mais de uma pessoa (s) tem acesso a programas de microcrédito.	Apenas um membro da família tem acesso ao microcrédito.	----- (Fora da amostra)

(continua)

Quadro 05 Continuação

Grupo de Capacitações	Funcionamentos	Realiza o funcionamento se: (1,0)	Realiza parcialmente se: (0,5)	Não realiza o funcionamento se: (0,0)
5) Relação com o microcrédito	17	Acesso a serviços bancários ¹¹⁵ que não pelo microcrédito	A família tem acesso a outras instituições financeiras que não àquelas que operacionalizam o microcrédito.	----- A família não tem acesso a outras instituições financeiras que não àquelas que operacionalizam o microcrédito.
	18	Acesso a novos serviços bancários através do microcrédito	O acesso ao microcrédito garantiu à família acesso a novos serviços bancários.	----- O acesso ao microcrédito não garantiu à família acesso a outros serviços bancários.
	19	Microcrédito permitiu a realização de funcionamentos	Os recursos obtidos através do microcrédito foram utilizados para a realização de funcionamentos.	----- O acesso ao microcrédito não alterou a possibilidade de expansão das capacitações.
6) Oportunidades Sociais (continua)	20	Acesso a empregos fora da unidade de produção	Algum(ns) morador(es) da unidade produtiva tem emprego regular fora da unidade de produção.	----- Todos os membros da família trabalham na unidade de produção.
	21	Acesso a inovações na produção	A família introduziu algum tipo de inovação nos últimos dois anos.	----- A família não introduziu inovação nos últimos dois anos.
	22	Acesso à educação	Membros da família em idade escolar estudam regularmente.	----- Alguma criança em idade escolar não está estudando.
	23	Condições de manutenção da saúde	Família tem boa saúde (sem casos de doenças graves no último ano).	Houve caso de doença na família no último ano. ----- Unidade de produção com problemas constantes de saúde em algum membro.
	24	Percepção com relação ao acesso a saúde	Família com acesso muito bom a serviços de saúde.	Família com acesso satisfatório a serviços de saúde. ----- Família com acesso insatisfatório a serviços de saúde.
	25	Acesso a transporte	Membros da família com acesso a mais de um meio de transporte diário.	Membros da família com acesso a um único meio de transporte diário. ----- Membros da família sem acesso a transporte diário.
	26	Percepção com relação ao acesso ao transporte	Família com acesso muito bom a serviço de transporte.	Família com acesso satisfatório a serviço de transporte. ----- Família com acesso insatisfatório a serviço de transporte.

(continua)

¹¹⁵ Por serviços bancários entende-se, neste contexto, todo tipo de serviços prestados normalmente em bancos comerciais (por exemplo: depósitos, acesso a talão de cheques, pagamentos de contas em geral, recebimento de pensões e aposentadorias, acesso a vários tipos de financiamento etc.).

Quadro 05 Continuação

Grupo de Capacitações	Funcionamentos		Realiza o funcionamento se: (1,0)	Realiza parcialmente se: (0,5)	Não realiza o funcionamento se: (0,0)
6) Oportunidades Sociais	27	Acesso à informação	Os membros da família têm possibilidade de acesso a mais de dois dos meios de acessos à informação citados no questionário ¹¹⁶ .	Os membros da família têm possibilidade de acesso a um ou dois dos meios de acessos à informação citados no questionário.	Os membros da família não têm possibilidade de acesso a nenhum dos meios de acessos à informação citados no questionário.
	28	Percepção com relação ao acesso ao lazer.	Família com acesso muito bom ao lazer.	Família com acesso satisfatório a serviço ao lazer.	Família com acesso insatisfatório a o lazer.
7) Garantia de Transparência	29	Relação com instituições locais	Apresenta relações com um número de instituições locais acima da média da amostra ¹¹⁷ .	-----	Apresenta relações com um número de instituições locais abaixo da média da amostra.
	30	Confiança nas instituições locais	A família nunca teve problema com instituições locais.	-----	A família já teve problemas com instituições locais.
8) Segurança Protetora	31	Acesso à contratação de seguro	A família contrata algum tipo de seguro (vida, moradia, produção etc)	-----	Família não contrata nenhum tipo de seguro (vida, moradia, produção etc)
	32	Receber ajuda em caso de necessidade	A família recebe mais de um tipo de ajuda em caso de necessidade ¹¹⁸ .	A família recebe pelo menos um tipo de ajuda em caso de necessidade.	A família não tem possibilidade de contar com o recebimento de ajuda em caso de necessidade.
	33	Dar ajuda em caso de necessidade	A família costuma dar ajuda quando solicitada por indivíduos ou outras famílias.	-----	A família costuma não dar ajuda quando solicitada por indivíduos ou outras famílias.

(continua)

¹¹⁶ As famílias eram questionadas quanto o acesso aos seguintes meios de informação: televisão, rádio, jornais, revistas e possibilidade de acesso a Internet.

¹¹⁷ Em média foram citadas 3 instituições nos questionários.

¹¹⁸ As famílias eram questionados quanto a receber ajuda: das demais famílias da comunidade, de alguma instituição governamental ou de alguma instituição não-governamental.

Quadro 05 Continuação

Grupo de Capacitações	Funcionamentos	Realiza o funcionamento se: (1,0)	Realiza parcialmente se: (0,5)	Não realiza o funcionamento se: (0,0)	
9) Situação Ambiental	34	Cuidado com o meio ambiente no processo produtivo ¹¹⁹	Durante a produção são realizados cuidados com o meio ambiente.	-----	Durante a produção não são realizados cuidados com o meio ambiente.
	35	Capacitação quanto à educação ambiental	Algum membro da família teve acesso a eventos que discutiram o problema ambiental (produção, residência, desenvolvimento rural sustentável, etc).	-----	Nenhum membro da família teve acesso a eventos que discutiram o problema ambiental (produção, residência, desenvolvimento rural sustentável, etc).
	36	Separação do lixo	Unidade de produção realiza separação do lixo.	-----	Unidade de produção não realiza separação do lixo.
	37	Combate a problema ambiental na propriedade	Possibilidade de saneamento de problema ambiental percebido na propriedade.	-----	A família não tem condições de solucionar o problema ambiental percebido.
10) Projetos e Planos	38	Existência de planos e projetos futuros	A família tem planos e projetos para mudanças futuras na forma de viver ou produzir.	-----	A família não tem planos e projetos para mudanças futuras na forma de viver ou produzir.
	39	Permanência dos jovens na propriedade	Jovens têm a opção de permanecer na propriedade e querem.	Jovens têm a opção de permanecer na propriedade e não querem.	Jovens não têm condições de permanecer na propriedade.
	40	Novos financiamentos através do microcrédito	Há planos de realizar novas operações de microcrédito.	-----	Não há planos de realizar novas operações de microcrédito.

Fonte: Elaborado pela autora

¹¹⁹ Os cuidados com o meio ambiente questionados eram referentes as seguintes práticas: compostagem, manejo agroecológico, utilização de adubo orgânico, utilização do plantio direto e de eliminação do resíduo dos suínos através de esterqueira.

Objetivamente o que se estará procurando analisar neste trabalho é a realização ou não de determinadas capacitações. O resultado final é uma percepção do bem-estar referente ao modo de vida da família. Além da possibilidade de análise da realização ou não de funcionamentos, a teoria seniana abre espaço para uma possibilidade de avaliação do grupo capacitário de cada unidade. Segundo Sen (2001):

“O conjunto capacitário [*capability set*] reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa para escolher dentre as vidas possíveis ... O conjunto capacitário fornece informação sobre os vários vetores de funcionamentos que estão ao alcance da pessoa [neste caso, da unidade analisada], e esta informação é importante independentemente de como exatamente o bem-estar é caracterizado ... Portanto, na prática, pode-se, com suficiente frequência, ter de se contentar com relacionar o bem-estar com os funcionamentos realizados e observados, em vez de tentar captar o conjunto capacitário. ... Mesmo quando a aceitação pragmática das limitações da disponibilidade de dados nos force a objetivar menos que a representação completa dos conjuntos capacitários, é importante manter a motivação subjacente claramente em vista e conceber os compromissos como o melhor que podemos fazer sob tais circunstâncias. Na verdade, a base informacional dos funcionamentos ainda é uma base de avaliação muito mais refinada da qualidade de vida e do progresso econômico do que as várias alternativas comumente recomendadas, tais como as utilidades de individuais ou os pacotes de mercadorias¹²⁰(p.81, 93)”.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DAS INFORMAÇÕES E POPULAÇÃO DA PESQUISA

Para caracterizar os tipos de microcrédito analisados e coletar as informações com os produtores do município foram utilizados um roteiro para as entrevistas e questionários. Esta breve seção tem como objetivo caracterizar os instrumentos de coleta de informações, bem como descrever de que forma os produtores foram selecionados para integrar a amostra de usuários do microcrédito na qual se baseia a análise posterior de resultados.

¹²⁰ Segue o autor na mesma obra: “A abordagem da capacitações pode, então, ser usada em vários níveis de sofisticação. O quão adiante podemos avançar depende muito das considerações práticas com respeito a quais dados podemos obter e quais não podemos. O ideal é que a abordagem da capacitações considere toda a extensão da liberdade para escolher entre diferentes pacotes de funcionamentos, mas limites de praticidade, podem com frequência, forçar a análise a limitar-se apenas ao exame do pacote realizado de funcionamentos” (SEN, 2000).

3.3.1 Entrevistas Realizadas nas Instituições

O primeiro passo para a pesquisa empírica deste trabalho foi entrar em contato com os responsáveis pela operacionalização do microcrédito nas instituições. Todas as pessoas aceitaram que a conversa fosse gravada para posterior transcrição, de modo que foi facilitada uma análise mais minuciosa das informações concedidas.

Foram realizadas seis entrevistas:

- 1) No Sistema Cresol de Constantina;
- 2) No Escritório Municipal da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS);
- 3) No Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Constantina;
- 4) Na Prefeitura Municipal de Constantina;
- 5) Na Unidade de Atendimento Cooperativo do Sicredi em Constantina;
- 6) Na Agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) de Constantina.

As entrevistas tinham dois objetivos distintos. As entrevistas na Prefeitura Municipal e no STR tiveram importância para a caracterização do município e para compreensão do funcionamento da dinâmica do financiamento rural no município como um todo. As entrevistas realizadas com os responsáveis pela operacionalização do microcrédito no município (EMATER, Banrisul, Sistema Cresol e Sicredi) foram essenciais para, junto à pesquisa bibliográfica, caracterizar os tipos de microcrédito que foram analisados.

As entrevistas seguiram um roteiro básico¹²¹, mas de acordo com a ênfase ou função da instituição eram acrescidos ou subtraídos pontos para a discussão.

Esse primeiro contato com as instituições foi de fundamental importância para obtenção de dados que possibilitariam a composição da amostra de produtores que

¹²¹ O roteiro das entrevistas compõe o Apêndice A deste trabalho.

deveriam responder aos questionários. Com exceção dos associados ao Sicredi, foi possível formar grupos entre os usuários do microcrédito identificando, dessa forma, a heterogeneidade existente no município em relação ao acesso aos tipos de microcrédito que foram analisados¹²².

3.3.2 A População da Pesquisa, Determinação da Amostra e a Aplicação do Questionário

A pesquisa procurou identificar a expansão das capacitações dos produtores rurais caracterizados como agricultores familiares através da análise dos funcionamentos já especificados e às relações existentes entre os funcionamentos e o tipo de microcrédito.

O município em si já apresenta características ligadas à agricultura familiar, como, por exemplo, baixa área média por estabelecimento. Todos os produtores com acesso ao Pronaf C e ao RS Rural estão formalmente enquadrados como agricultores familiares a partir dos critérios já estabelecidos. O Sistema Cresol também apresenta como requisito para a associação que o agricultor seja enquadrado como 'praticante' de agricultura familiar. No caso do Sicredi, as entrevistas foram selecionadas para participarem do estudo, a partir da análise da área e da utilização de mão-de-obra. Sendo assim, mais uma vez, exceto no caso do Sicredi, o acesso ao microcrédito de cada grupo já caracteriza por si seus participantes como agricultores familiares.

No Sistema Cresol foram atendidos 32 associados com o Microsol no período de 01/01/02 até 31/12/02. O Pronaf C – Custeio e o Pronaf C – Investimento atenderam 1.066 produtores na safra 2002/2003. O RS Rural no projeto aprovado para o município contemplou 43 famílias. Dos questionários disponibilizados para o Sicredi para a aplicação da pesquisa dos que retornaram 6 puderam ser incorporados na pesquisa.

¹²² O Sicredi disponibilizou-se a aplicar os questionários em seus associados. Escolhendo a própria instituição, portanto, os associados que responderam aos questionários. Esses questionários foram enviados à pesquisadora por via postal, sendo esta uma evidente limitação imposta pela instituição a este trabalho.

Conforme já foi enfatizado, a primeira afirmação que pôde ser feita a partir da análise preliminar da população a ser investigada é que uma parte significativa dos agricultores possuía mais de uma forma de acesso ao microcrédito. Ou seja, é possível perceber combinações distintas de acesso a esse tipo de financiamento

A representatividade da amostra foi assegurada a partir da seleção dos entrevistados pela forma de acesso ao microcrédito e não por um cálculo estatístico de tamanho da amostra. A amostra resultante deste tipo de cálculo tornaria o estudo inviável em relação ao tempo e a disponibilidade de recursos. De qualquer forma, o teste do questionário evidenciou que as respostas tornavam-se repetitivas, não se tornando, portanto, indispensáveis na tentativa de estabelecimento das relações entre os funcionamentos. Segundo Giglione & Matalon (1997): “O que é importante é assegurar-nos da variedade de pessoas inquiridas e confirmar que nenhuma situação importante para o problema tratado foi omitida quando da seleção dos indivíduos” (p. 55).

Em cada tipo de microcrédito e no RS Rural, os produtores foram organizados em listas em ordem alfabética. Através de grupos que identificavam combinações específicas¹²³, foram sorteados produtores de forma aleatória nas combinações. A partir da seleção destes primeiros produtores, era realizado deslocamento até a comunidade do produtor e depois dele os vizinhos eram entrevistados.

O município de Constantina é extenso e apresenta dois tipos de terreno. Uma parte do território possui uma ondulação suave e outra uma ondulação mais acentuada. Sendo assim, foram escolhidas comunidades que apresentassem os dois tipos de terreno para que, se existisse, a influência em relação ao terreno pudessem ser identificada. Uma das comunidades estava determinada, pois era onde estava localizado o projeto do Programa RS Rural, a comunidade São Pedro Deon. Uma das limitações da pesquisa foi exatamente evidenciada por problemas de locomoção dentro do município.

Por representar a situação de maior dispersão dentro do município, no sentido de ter a menor quantidade de produtores na área total do município, os produtores

¹²³ Foram os seguintes grupos: produtores com acesso ao Pronaf C Custeio e/ou Investimento; produtores com acesso ao Pronaf C e a recursos do RS Rural; produtores com acesso ao Microsol (com ou sem Pronaf C).

sorteados com acesso ao Microsol foram utilizados para dar início aos trabalhos nos dias de pesquisa.

Ao chegar na comunidade, procurava-se o produtor sorteado previamente de forma aleatória e iniciava-se o trabalho de campo. O próximo produtor que deveria responder ao questionário era aquele responsável pela propriedade rural vizinha em que houvesse acesso a alguma das modalidades de microcrédito. Se a quantidade de entrevistas referentes ao grupo de combinações de acesso ao microcrédito a que o produtor pertencesse já estivesse completa, a pesquisa deveria continuar no próximo vizinho¹²⁴.

O questionário foi composto de 63 itens que procuraram identificar variáveis no modo de vida das famílias e caracterizar as formas de acesso ao microcrédito. O tempo médio de aplicação dos questionários foi de 1 hora. Foram visitadas 30 propriedades no município que tinham acesso às seguintes formas de microcrédito: ao Pronaf C; ao Pronaf C associado ao RS Rural; e ao Microsol do Sistema Cresol. Os questionários foram aplicados em duas etapas em março e abril de 2003¹²⁵.

Conforme já foi evidenciado, os questionários referentes aos associados com acesso ao microcrédito através do Sicredi foram encaminhados à pesquisadora via postal. As informações reunidas na análise do próximo capítulo estão associadas aos seis questionários que foram devolvidos. Após a confirmação de alguns dados por telefone, esses questionários também puderam ter suas informações incorporadas a pesquisa¹²⁶.

¹²⁴ Segundo Giglione & Matalon (1997): “ Quando, por sorte, dispomos de uma base de sondagem que inclua outras indicações, para além do nome e morada, somos muitas vezes tentados a querer ‘melhorar’ a amostra retirando separadamente subamostras de cada categoria. Por exemplo, ao fazer um sorteio no ficheiro do pessoal de uma grande empresa, algumas pessoas julgam assegurar uma melhor representatividade retirando amostras distintas de cada serviço por forma a encontrar na amostra total a percentagem real dos membros de cada um, temendo que uma simples tiragem geral, feita à sorte, não dê uma imagem suficientemente fiel. De facto, estas preocupações são, na maioria dos casos, inúteis e até prejudiciais. Uma amostra verdadeiramente aleatória assegura por si própria a representatividade. Mesmo se não assegurarmos exactamente as percentagens reais de cada categoria, os desvios permanecerão dentro dos limites que a teoria das probabilidades permite calcular e que os testes estatísticos já têm em conta. Ao tentarmos impor limitações à estrutura da amostra, já não nos encontramos na situação pressuposta por essas hipóteses, as quais, por sua vez, não são já aplicáveis. Apesar das aparências, dominamos pior uma amostra “forçada” dessa maneira que uma aleatória, cujo modo de construção conhecemos bem” (p. 33 e 34).

¹²⁵ Foram realizadas três visitas ao município. A primeira para a realização das entrevistas nas instituições e teste do questionário em janeiro/2003 e mais duas (abril e maio/2003) para a aplicação dos questionários.

¹²⁶ Dois questionários incompletos e sem o preenchimento devido da área de identificação, que não permitia contato posterior, foram descartados da análise.

A composição final da amostra utilizada para esta pesquisa pode ser analisada a partir do próximo quadro.

Quadro 06 Composição da amostra

Tipo Geral de Microcrédito	População atendida	Amostra
Pronaf C – Custeio e/ou Investimento	1.066	12
Pronaf C – Custeio e/ou Investimento associado ao RS Rural	43	11
Microcrédito no Sicredi	NI	06
Microsol	32	07

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/ 2003.

Dessa forma, para a análise das relações foram utilizadas as informações de 36 questionários no total.

3.4 AGREGAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar a associação entre as variáveis estudadas, os funcionamentos e as relações entre os grupos de capacitações e os tipos de microcrédito operacionalizados em Constantina foi estabelecida uma matriz geral em que poderiam ser visualizadas todas as informações na forma qualitativa. Assim, num primeiro momento foi possível perceber algumas relações predominantes, entretanto, conforme nos alerta o próprio Sen (1999):

“O fato de duas variáveis poderem ser tão relacionadas que uma não pode mudar sem a outra não implica que elas sejam a mesma variável ou que terão os mesmos valores, ou ainda que o valor de uma possa ser obtido a partir da outra por meio de alguma transformação simples” (p. 59).

Nas linhas da matriz estavam as informações referentes a determinado produtor. As colunas indicavam 44 características com relação às condições de vida da família e à forma de produção que ainda não se constituíam em termos de

realização ou não dos funcionamentos. A matriz era formada então de 36 linhas e 44 colunas¹²⁷.

A partir desta matriz geral podem ser verificadas algumas informações qualitativas. A necessidade deste tipo de análise reflete a tentativa da perspectiva das capacitações evidenciar, de forma mais completa, a importância da heterogeneidade das maneiras sob as quais as vidas podem ser enriquecidas e empobrecidas (SEN, 2001).

A etapa seguinte do trabalho foi de associar as respostas obtidas a realização, realização parcial ou não realização dos funcionamentos que se pretende analisar. Sendo assim, as informações foram “transformadas” em variáveis numéricas de acordo com o código numérico associado (0, 0,5 e 1) e uma nova matriz foi obtida.

A matriz formada pelas informações associadas aos códigos numéricos referentes às famílias será chamada de matriz principal. É essa matriz que associa as informações diretamente à realização dos funcionamentos. Dessa maneira, ela é composta por 36 linhas (referentes às famílias) e 40 colunas (referentes aos funcionamentos propostos).

Dispondo as informações desta forma, é possível trabalhar com dois níveis de agregação – nível horizontal e nível vertical¹²⁸. Horizontalmente é possível perceber a situação final de cada família em relação aos funcionamentos identificados. Essas informações indicam o bem estar realizado da família em relação aos funcionamentos.

¹²⁷ As variáveis analisadas nas colunas, no que chamo aqui de matriz inicial, estão indicadas no Apêndice C deste trabalho.

¹²⁸ A sugestão seguida neste trabalho é de Comim (2001): “There are two possible basic levels of aggregation by required by the Capability Approach. For the absence of better names, we could call them the *horizontal* and *vertical* levels of aggregation. We can think of a matrix where different functionings (or capabilities) are in the columns and different individuals are in the rows. In this scheme, horizontal aggregation would refer to aggregation of different functionings for one individual across their different dimensions. This would imply the reduction or collapse of the multidimensional nature of functionings into one or a couple of aggregates. Vertical aggregation would represent the total level of a particular functioning for all individuals in question. It would imply the reduction of interpersonal diversity among different individuals. Horizontal and vertical aggregation can be merged into a unique aggregate representing the general level of functionings across all dimensions for all individuals” (p. 10) (Ênfase de Comim).

A percepção vertical indica a realização do funcionamento para o grupo de famílias entrevistadas e o comportamento dos funcionamentos com relação aos grupos de capacitações e aos demais funcionamentos.

A função da matriz principal é servir como parâmetro para a comparação entre os grupos de produtores com formas distintas de acesso ao microcrédito. Foram constituídas, então, quatro matrizes (chamadas aqui de “secundárias”) que indicavam as informações referentes aos quatro tipos específicos de acesso ao microcrédito que formaram a amostra (com acesso ao Pronaf C, com acesso ao Pronaf C associado ao RS Rural, com acesso ao microcrédito através do Sicredi e com acesso ao Microsol).

O formato das matrizes secundárias varia apenas no número de linhas (que indicam as informações referentes às famílias). O número de colunas é de acordo com o número de funcionamentos, que assim como na matriz principal é de 40.

A matriz referente aos produtores que utilizam exclusivamente o Pronaf C é composta de 12 famílias e tem, portanto, 12 linhas.

As 11 unidades de produção que têm acesso ao Pronaf C (custeio e/ou investimento) e acesso a recursos do RS Rural compõem a segunda matriz das quatro matrizes secundárias.

As outras duas matrizes são compostas por produtores que têm acesso a recursos do Sicredi e a recursos do Microsol, respectivamente.

Os questionários que identificaram acesso a recursos de microcrédito através do Sicredi foram reunidos na terceira matriz do grupo. A matriz reúne informações de 06 unidades de produção.

O acesso ao Microsol garante a presença das famílias na quarta matriz, independentemente do acesso a outras formas de recursos. Essa matriz agrega as informações referentes a 07 unidades de produção.

Dadas as sobreposições existente – e já indicadas -, o “enquadramento” das famílias nas matrizes secundárias pode ser considerado, em certo sentido, normativo. Entretanto, é possível identificar os aspectos que nortearam a composição das matrizes.

O quadro abaixo identifica a forma de acesso ao microcrédito e as características gerais para cada uma delas.

Quadro 07 Aspectos gerais das matrizes de análise

Matriz	Tipo de microcrédito acessado	Quantidade de questionários	Justificativa
I	Apenas Pronaf C	12	Recursos monetários liberados pelo Governo federal, sem discussão técnica nem possibilidade de acesso a serviços financeiros e bancários.
II	Pronaf C Associado ao RS Rural	11	Recursos monetários, liberados pelo Governo Federal, associados a recursos materiais liberados por Programa Estadual com assistência técnica, sem possibilidade de acesso a serviços financeiros e bancários.
III	Microcrédito no Sicredi	06	Recursos liberados que permitem acesso a serviços financeiros e bancários.
IV	Microsol	07	Recursos liberados que permitem acesso a serviços financeiros e bancários, associados a uma instituição que fornece serviço apenas para a agricultura familiar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Convém esclarecer ainda que, além da “normatização” quanto à composição das matrizes que serviram de base para as análises, a bibliografia consultada não apresentou razão que indicasse a predominância de um funcionamento ou de um grupo de capacitações sobre os outros. Assim, não foram estabelecidos pesos diferentes em relação a funcionamentos e grupos de capacitações.

A determinação de pesos diferenciados aos funcionamentos exigiria outra etapa de pesquisa de campo, bastante extensa, que permitisse perceber os aspectos mais valorizados em relação ao modo de vida dos moradores do município¹²⁹. Mesmo que as informações coletadas permitam para o grupo

¹²⁹ Sen (2000) procura lançar luzes a respeito dessa ponderação: “Evidentemente, é crucial, indagar, em qualquer exercício avaliatório desse tipo, como os pesos devem ser selecionados. Esse exercício de julgamento pode ser resolvido somente por meio de avaliação arrazoada. Para uma pessoa específica que está fazendo seus próprios juízos, a seleção de pesos exigirá reflexão em vez de alguma concordância (ou consenso) interpessoal. Contudo, para chegar-se a um leque ‘consensual’ para a *avaliação social* (por exemplo, em estudos sociais sobre a pobreza), é preciso que haja algum tipo de ‘consenso’ arrazoado sobre pesos, ou ao menos sobre um leque de pesos. Esse é um exercício de ‘escolha social’, e requer discussão pública e entendimento e aceitação democráticos. Não se trata de um problema especial associado apenas ao uso do espaço dos funcionamentos” (p.99) (Grifos de Sen). Da mesma forma, a análise poderia ser feita em dois períodos diferentes. Assim poderíamos identificar as mudanças percebidas em relação ao que é ou não valorizado pela comunidade em determinadas condições. O próprio Sen (2001) indica que: “ de fato, uma formulação

pesquisado estabelecer uma certa hierarquia em relação ao que é valorizado, o método de análise não foi estabelecido com essa finalidade. Assim, esse aspecto será tratado de forma qualitativa sem estabelecimento de um ranking de importância e pesos com relação aos funcionamentos¹³⁰.

A tentativa da superação dessa dificuldade em relação à consideração de pesos é sugerida por Sen (2000), mesmo que o próprio autor indique essa “solução” como apenas uma “fuga temporária” em relação a um aspecto que deve ser discutido.

“O problema da valoração, porém, não é do tipo ‘tudo ou nada’. Alguns juízos de alcance incompleto, decorrem imediatamente da especificação de um espaço focal. Quando alguns funcionamentos são selecionados como significativos, esse espaço focal é especificado, e a própria relação de dominância conduz a uma ‘ordenação parcial’ dos estados de coisas alternativos. Se uma pessoa *i* tem mais de um determinado funcionamento significativo do que uma pessoa *j*, e pelo menos a mesma quantidade de todos esses funcionamentos, então *i* claramente tem um vetor de funcionamento com maior valor do que *j*” (SEN, 2000, p.98).

Neste sentido, o método de análise das informações e a forma de agregação foram desenvolvidos, assumindo-se o risco decorrente da “simplificação” da heterogeneidade em relação à importância dada pelas famílias em relação aos funcionamentos e aos grupos de capacitações questionados.

O próximo capítulo apresenta-nos os resultados obtidos para os dados dos questionários aplicados na tentativa de operacionalização da abordagem seniana. A visualização dos dados obtidos permite perceber, entre os diferentes tipos de microcrédito, problemas de desigualdade em relação a diversos aspectos¹³¹.

mais completa da relação iria requerer uma ponderação intertemporal apropriada das interconexões envolvidas” (p.78)

¹³⁰ Segundo Charles Beitz (1986 *apud* Sen, 2001, p. 85): “A principal dificuldade teórica na abordagem da capacidade das comparações interpessoais [no caso deste trabalho entre as unidades familiares] surge do fato óbvio de que nem todas as capacitações têm a mesma importância. A capacidade de locomover-se, por exemplo, tem um significado diferente da capacidade de jogar basquete”. A discussão dos pesos surge, do que me parece, uma comparação entre o que poderia ser chamado de funcionamentos derivados – essa noção não é parte do arcabouço teórico seniano, é apenas explicativa da opção feita neste trabalho – ou seja, a não realização de um funcionamento é condição restritiva da realização de um outro (como no caso descrito, ninguém pode jogar basquete sem locomover-se, pelo menos até de sua casa a uma quadra de esportes). Este trabalho preocupou-se em selecionar funcionamentos, certamente relacionados, entretanto sem relação “derivativa”. Por isso, todos são considerados com mesmo peso.

¹³¹ “Essas liberdades cruciais [identificadas através da realização dos funcionamentos] aumentam diretamente as capacitações das pessoas, mas também suplementam-se mutuamente e podem, além disso, reforçar umas às outras. É importante apreender essas interligações ao deliberar sobre políticas de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 57).

Conhecer as realizações, a partir desta perspectiva, é bastante importante para a análise da desigualdade e para uma apreciação das políticas que atingem essas unidades de produção (SEN, 2001).

CAPÍTULO 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS : O MICROCRÉDITO E A EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM CONSTANTINA/RS

“É importante não ver o uso da abordagem da capacitação como um exercício do tipo ‘tudo ou nada’. De fato, a natureza das comparações interpessoais de bem-estar, bem como a tarefa de avaliação da desigualdade como um exercício, podem admitir a incompletude como parte regular dos respectivos exercícios. Uma abordagem que pode colocar em ranking o bem-estar de todas as pessoas em relação ao de cada uma das outras de modo direto, ou uma que pode comparar desigualdades sem deixar espaço para ambigüidade ou incompletude, pode facilmente estar em desacordo com a natureza dessas idéias. Tanto o bem-estar quanto a desigualdade são conceitos amplos e parcialmente opacos. Tentar refleti-los na forma de ordenações totalmente completas e precisas pode não ser nada justo com a natureza desses conceitos. Existe aqui um perigo real de excesso de precisão”.

(Amartya Sen)

CAPÍTULO 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS : O MICROCRÉDITO E A EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM CONSTANTINA/RS

A partir da forma de operacionalização proposta no capítulo anterior, o objetivo deste capítulo é apresentar as relações que puderam ser percebidas na análise dos resultados obtidos entre as unidades familiares de produção que integraram a amostra em que se baseia este trabalho.

É preciso ressaltar que foi na organização deste capítulo que a complexidade envolvida numa análise como a que foi proposta, bem como a tentativa de identificação de um instrumento capaz de “expandir capacitações”, mostrou-se de forma mais intensa. A dificuldade em identificar – até mesmo na forma de procurar - relações não lineares demonstra uma limitação que, em parte, reflete a segmentação a que durante muito tempo os pesquisadores têm sido submetidos.

Retomar uma percepção geral e, no mínimo, multidisciplinar não é fácil. Demonstrou-se um trabalho árduo. Entretanto, a análise feita neste capítulo, conforme se verá, apenas enfatiza a necessidade de exercícios neste sentido. Mesmo que a análise ainda não seja capaz de refletir toda heterogeneidade que se pretendia contemplar, é certo que ela aproxima-nos um pouco mais da embaraçada realidade social.

A apresentação dos resultados foi feita em duas seções principais.

A primeira seção é dedicada à análise do panorama geral encontrado no município e à discussão dos dados referentes à realização dos funcionamentos propostos (bem como a percepção dessa realização) dentro dos grupos de capacitações nas matrizes secundárias. O objetivo desta seção é, além de apresentar os dados gerais de caracterização obtidos na amostra, apresentar as relações percebidas entre a média geral e a média dos distintos grupos de funcionamentos nas matrizes organizadas de acordo com a forma de acesso ao microcrédito. Com a separação das unidades de produção familiar, de acordo com a sua forma de acesso ao microcrédito é possível perceber algumas significativas

relações e diferenças que foram encobertas pelo agregado das médias do panorama mais geral.

A segunda seção dedica-se exclusivamente à análise da influência do microcrédito nos grupos de capacitações e para a realização dos funcionamentos. Essa seção reflete a essência que originou todo o esforço de pesquisa empreendido neste trabalho.

4.1 A REALIZAÇÃO DOS FUNCIONAMENTOS EM CONSTANTINA/RS: UM PANORAMA GERAL, OS GRUPOS DE CAPACITAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO RURAL

4.1.1 Panorama Geral

O capítulo 2 deste trabalho já evidenciou a complexidade em relação às diferentes formas de acesso ao microcrédito formal ou informal. Mesmo em relação às modalidades do microcrédito escolhidas para a composição deste estudo foi possível perceber uma grande quantidade de situações de sobreposições na população de unidades de produção familiar com acesso ao microcrédito no município¹³².

A primeira observação importante a ser feita com relação à amostra é que todos os produtores tiveram acesso à, pelo menos, uma modalidade do Pronaf. Seja com acesso apenas ao Pronaf C (em qualquer das modalidades de Custeio ou Investimento), seja através do Sicredi ou associado ao Microsol, todas as unidades de produção familiar têm acesso ao Pronaf. Dessa forma, sugere-se que os dados levantados para estas pesquisas poderiam em algum grau, ser utilizados para uma análise específica deste programa federal de fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, alguns ajustes metodológicos certamente deveriam ser feitos e neste sentido não é possível identificar este trabalho como uma avaliação da operacionalização do Pronaf em Constantina/RS. O fato de que todos os produtores da amostra têm acesso ao Pronaf, não desqualifica as relações entre as formas de

¹³² Não deve ser esta uma realidade muito distante dos demais municípios gaúchos e brasileiros.

microcrédito, a meu ver pelo contrário, intensifica a possibilidade de percepção das heterogeneidades entre as unidades de produção. No entanto, mais uma vez se alerta que o objetivo da análise das relações aqui estabelecidas vai além daquelas identificadas pela forma de operacionalização do Pronaf¹³³.

Na amostra foi observada uma média de área por propriedade de 18,84 ha. Pode-se perceber, portanto, que a média apresentada pelo Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE para o município de uma maneira geral (15,17 ha) é inferior à média apresentada na amostra. Quando organizadas de acordo com as matrizes secundárias – que identificam a forma de acesso ao microcrédito – percebe-se que apenas a matriz I, dos produtores com acesso apenas ao Pronaf C, apresenta uma média inferior (14,66 ha) à média do município apresentado pelo Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE (15,17 ha).

Quanto ao volume de recursos obtidos através das formas de microcrédito acessados percebe-se que a média geral da amostra com relação ao Pronaf C – Custeio e Investimento foram, respectivamente, de R\$ 1.360,91 e R\$ 2.322,97. As unidades de produção familiar reunidas na matriz III – com acesso ao Pronaf C através do Sicredi – apresentaram as médias de volume de financiamento associadas ao Pronaf C – Custeio e Investimento mais altas em relação às quatro matrizes secundárias (R\$1.660,00 e R\$ 2.660,67, respectivamente)¹³⁴.

A tabela a seguir apresenta a forma e o volume acessado, pelas unidades de produção familiar que integraram a amostra, através das modalidades de microcrédito analisadas neste trabalho. São apresentadas também a composição das matrizes secundárias, a área de unidade de produção e a média de área em cada matriz, bem como o volume médio de recursos acessado em cada tipo de microcrédito em cada matriz.

¹³³ Que conforme já se discutiu exigiria outra organização dos dados (Por exemplo: Pronaf C – Custeio com acesso através do STR; Pronaf C - Investimento encaminhado pela EMATER; Pronaf C Custeio e Investimento através do Sistema Cresol; ...)

¹³⁴ As médias foram obtidas a partir das informações referentes às unidades de produção familiar com acesso à modalidade analisada. Por exemplo, na matriz I, composta pelas informações referentes à 12 unidades de produção, uma das unidades de produção não apresentou acesso ao Pronaf C Investimento. Neste caso, a média em relação ao Pronaf C - Investimento associada a matriz I refere-se aos 11 produtores que tiveram acesso a essa forma de financiamento. O mesmo raciocínio aplica-se à média geral referente às 36 unidades de produção da amostra.

Tabela 02 Matriz secundária, área da propriedade, montante de crédito acessado através das modalidades analisadas

Matriz de Análise	Área da propriedade (ha)	Acesso ao microcrédito			Total (R\$)	Volume de recursos acessado através do RS Rural (R\$) e outros recursos
		Pronaf C		Microsol (R\$)		
		Custeio (R\$)	Investimento (R\$)			
I	6,8	1.100,00	2.000,00	-	3.100,00	-
I	11	880,00	1.880,00	-	2.760,00	-
I	10,6	1.200,00	2.000,00	-	3.200,00	-
I	12,5	1.000,00	2.000,00	-	3.000,00	-
I	20	2.000,00	3.000,00	-	5.000,00	-
I	15	1.100,00	2.700,00	-	3.800,00	-
I	12,5	1.000,00	3.000,00	-	4.000,00	-
I	13	990,00	0,00	-	990,00	-
I	7	0,00	2.500,00	-	2.500,00	-
I	23	1.600,00	3.000,00	-	4.600,00	-
I	35	800,00	1.500,00	-	2.300,00	-
I	9,5	800,00	1.500,00	-	2.300,00	-
Média – Matriz I	14,66	1.133,64	2.280,00	-	3.129,17	-
II	30,6	800,00	1.500,00	-	2.300,00	1.373,11
II	25	1.500,00	1.500,00	-	3.000,00	2.705,66
II	20	2.000,00	1.500,00	-	3.500,00	2.353,78
II	10	880,00	2.898,00	-	3.778,00	3.965,15
II	12,5	2.000,00	2.900,00	-	4.900,00	4.824,68
II	6,4	880,00	2.000,00	-	2.880,00	4.360,41
II	15	1.540,00	1.500,00	-	3.040,00	3.404,96
II	25	2.000,00	2.000,00	-	4.000,00	4.054,72
II	29,8	2.000,00	2.000,00	-	4.000,00	2.850,88
II	15	1.000,00	1.880,00	-	2.880,00	5.052,34
II	25	1.500,00	0,00	-	1.500,00	2.409,97
Média – Matriz II	19,48	1.463,64	1.788,909	-	3.252,55	3.395,97
III	46	1.500,00	3.000,00	-	4.500,00	0,00
III	16	1.500,00	3.000,00	-	4.500,00	0,00
III	37,5	0,00	2.000,00	-	2.000,00	3.657,54
III	35	1.500,00	3.000,00	-	4.500,00	0,00
III	10	1.800,00	2.000,00	-	3.800,00	0,00
III	23	2.000,00	3.000,00	-	5.000,00	0,00
Média – Matriz III	27,92	1.660,00	2.666,67	-	4.050,00	3.657,54
IV	20	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	Pronaf D - R\$ 2.000,00
IV	10	800,00	2.000,00	1.970,00	4.770,00	0,00
IV	37	1.200,00	3.000,00	1.224,00	5.424,00	0,00
IV	12,5	1.800,00	2.900,00	600,00	5.300,00	0,00
IV	17,6	2.000,00	3.000,00	400,00	5.400,00	0,00
IV	12,5	1.200,00	2.000,00	2.000,00	5.200,00	0,00
IV	11	1.040,00	3.000,00	640,00	4.680,00	0,00
Média – Matriz IV	17,23	1.340,00	2.650,00	1.162,00	4.582,00	2.000,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

A visualização da tabela anterior permite identificar uma situação já indicada pela própria instituição em relação ao Microsol. Ele não significa uma alternativa a outras opções de financiamento, especificamente em relação ao Pronaf. Ele é um serviço financeiro que, mesmo não tendo essa única finalidade, acaba por complementar os recursos disponibilizados pelo Pronaf. É interessante observar que essa complementação não se refere principalmente ao montante de recursos em si, mas à estratégia de reprodução social da família¹³⁵. Alguns dos produtores identificaram o acesso ao Microsol como um fator importante para, por exemplo, o pagamento do Pronaf C - Custeio. O acesso à essa outra forma de financiamento torna possível que o produtor salde sua dívida sem a necessidade de vender parte da safra neste momento. Isso permite que a família estoque o produto a fim de vendê-lo no período em que os preços estão mais altos.

4.1.2 Os Grupos de Capacitações e os Funcionamentos

A primeira parte da análise apresentada neste panorama geral caracterizou com dados diretos em relação aos questionários aplicados a formação das matrizes secundárias que serviram de base para a comparação entre os tipos de microcrédito que se pretende analisar.

Nesta seção emerge a discussão sobre a operacionalização dos conceitos senianos tratada no capítulo anterior. A análise está baseada na aplicação do método sugerido para a abordagem da expansão das capacitações. Baseada numa matriz principal de 36 X 40 (36 questionários aplicados nas unidades de produção e 40 funcionamentos) formada pela adaptação das informações obtidas ao código numérico sugerido (1;0,5;0), pode-se perceber as relações entre os grupos de capacitações e os funcionamentos de uma maneira geral. Os códigos numéricos associados a partir das respostas obtidas em cada questionário a cada um dos funcionamentos podem ser visualizados no Apêndice D, deste trabalho, que além de conter a matriz principal, na qual se visualizam as matrizes secundárias, permite

¹³⁵ A utilização da expressão “reprodução social” refere-se apenas à noção de estratégias para a melhor condição de sobrevivência da família. Não é objetivo deste trabalho discutir a noção de reprodução social, nem as implicações teóricas deste conceito, muito menos a extensa e controversa bibliografia que essa discussão exigiria.

observar como foram compostos alguns funcionamentos. É o caso, por exemplo, do Funcionamento 13 (F13) que precisava identificar as formas de comercialização a que a unidade familiar de produção tinha acesso. A matriz principal, bem como a matriz de correlação, dos funcionamentos também compõem esse apêndice.

A operacionalização das quatro matrizes secundárias – que distinguem as formas de acesso ao microcrédito – permite a análise comparativa (não avaliativa) das características e relações observadas entre os grupos de capacitações e os funcionamentos em cada matriz.

Na matriz principal pode-se perceber uma média em relação ao código numérico associado para as unidades de produção de 0,69. Ou seja, considerando a “escala” proposta pelo método de análise adotado, todas as unidades de produção conseguem realizar na média geral mais da metade dos funcionamentos indicados. Entretanto, a realização dos funcionamentos não é homogênea, há diferenças quanto à realização de determinados funcionamentos quando do agrupamento das unidades de produção nas matrizes secundárias.

Antes de identificar as características percebidas em cada grupo de capacitações é importante, ainda sobre a matriz principal, observar que a análise da correlação entre os funcionamentos não apresenta variações conjuntas significativas (“fortes”). Esse aspecto enfatiza a complexidade envolvida na análise das unidades de produção em relação à realização dos funcionamentos. Ou seja, não é possível perceber que quaisquer dois dos funcionamentos sugeridos possam ser reunidos num único indicador para a análise que se pretende.

Em relação aos resultados obtidos é possível fazer alguns comentários.

A) O grupo de capacitações 1, referente às características da unidade de produção familiar, procurou identificar a necessidade de contratação de mão-de-obra para a realização do trabalho produtivo relacionado à atividade agrícola. A realização do funcionamento indica que a família não tem necessidade de contratar mão-de-obra nem permanente nem temporária. Neste sentido, quanto mais alta a média em relação ao código numérico associado menor a necessidade de contratação. A matriz que apresentou a média mais alta foi àquela formada por unidades de produção com acesso ao Pronaf C e a recursos do Programa RS Rural. Essa matriz apresentou também, como pode ser percebido na seção anterior, a

média mais baixa em relação ao Pronaf C Investimento. Essa situação pode indicar, visto que a área média desta matriz não é a menor, uma carência com relação a recursos produtivos. Ao mesmo tempo em que se poderia considerar que a família consegue manter a produção, é possível perceber que talvez essa manutenção da produção exclusiva aos membros da família ocorra devido a falta de recursos para a remuneração da mão-de-obra “externa”.

É interessante observar que as matrizes I e III, que são formadas por produtores com acesso exclusivo ao Pronaf e produtores com acesso ao microcrédito através do Sicredi respectivamente, apesar de apresentarem significativas diferenças em relação à área média dos estabelecimentos de produção (a matriz III apresenta pouco menos do que o dobro de área média em relação aos estabelecimentos da matriz I), apresentam a mesma média de código associado em relação à necessidade de contratação de mão-de-obra. Nestas duas matrizes – I e III -, 33,33% das unidades de produção necessitam contratar mão-de-obra de terceiros nas épocas de plantio e colheita.

Na análise qualitativa em relação à necessidade de contratação da mão-de-obra, as famílias da matriz II (com acesso ao RS Rural) e da matriz IV (com acesso ao Microsol) apresentaram a troca de serviços dentro da comunidade como uma forma de solução para possíveis problemas de falta de mão-de-obra.

Quanto à permanência dos filhos nas unidades de produção familiar, ainda o grupo de capacitações 1, indica que a mesma matriz que apresenta a menor necessidade de contratação de mão-de-obra apresenta também a menor média do código numérico associado. Ou seja, na matriz II – famílias com acesso ao RS Rural - é encontrada a situação mais crítica em relação à saída dos filhos do meio rural. A associação entre a carência em relação a recursos que possibilitem o acesso a investimento e à não contratação de mão-de-obra, que pode indicar um grande esforço de trabalho em relação à família que precisa produzir “sozinha”, pode ser um dos responsáveis por esse êxodo dos filhos de agricultores familiares.

Em todos os grupos, filhos que saíram do estabelecimento rural em sua maioria foram procurar emprego no núcleo urbano, inclusive em outras unidades da federação.

As famílias com acesso ao Microsol (matriz IV) apresentaram a maior média em relação ao código numérico associado no funcionamento que indicava a convivência familiar – Funcionamento 2 (F2). Além de representar as unidades de produção com acesso a uma forma de microcrédito que, conforme já foi discutido, pode significar um instrumento estratégico de manutenção familiar, essa matriz apresentou casos em que os filhos jovens estavam satisfeitos em continuar trabalhando com os pais e que estavam sendo efetivamente preparados para continuar na atividade agrícola através de cursos, sendo responsabilizados pela gestão administrativa da propriedade, ...¹³⁶.

B) A situação das unidades de produção familiar que responderam aos questionários com relação à alimentação, acesso à água, acesso a saneamento e condição da residência foi identificada no grupo de capacitações número 2 – sobrevivência.

Quanto à alimentação pode-se perceber que os agricultores familiares consideram uma vantagem importante em relação aos moradores da zona urbana do município o fato de produzirem grande parte do seu próprio alimento. Nenhuma das 36 famílias considerou sua alimentação como “Insatisfatória”. Entretanto, alguns problemas com relação ao alto preço dos produtos que não são produzidos no estabelecimento rural foram indicados. Na matriz IV – das unidades de produção com acesso ao Microsol – todas as famílias consideram sua alimentação “Muito Boa” e o único problema indicado foi a sobra de alguns alimentos.

A produção de subsistência foi associada a um código numérico de acordo com a variedade de produtos citados pelos agricultores que são produzidos pela família e à média geral com relação à variedade de produtos encontrada na amostra. As matrizes II, famílias com acesso ao RS Rural, e IV, famílias com acesso ao Microsol, apresentaram as melhores médias em relação aos códigos associados. Ou seja, as famílias que compuseram essas matrizes são as que apresentam melhor condição de subsistência em relação à produção de alimentos para consumo próprio.

¹³⁶ Convém enfatizar que os entrevistados não foram questionados quanto à idade ou gênero dos filhos moradores e ausentes da unidade de produção familiar. Essa informação poderia certamente enriquecer ainda mais a discussão em relação à realização deste funcionamento referente à permanência dos filhos.

Todas as residências que participaram da amostra têm acesso a água. Entretanto, foram indicados alguns problemas com relação à qualidade e à falta constante de água. A questão que não foi pesquisada e que se apresenta na percepção de uma situação como esta é que não há como afirmar se o microcrédito levou a água às residências (como ocorreu em casos de famílias com acesso a recursos do RS Rural) ou, a partir do que se propõe este trabalho, se o microcrédito não tem capilaridade ainda para atingir àquelas famílias rurais sem acesso, por exemplo, à água?

No município não há uma rede de esgoto que atinja a maior parte da zona rural. Por isso, o F6 – referente ao acesso a saneamento básico – teve uma das médias gerais mais baixas em relação ao código associado. Normalmente, o tratamento de resíduos é feito no próprio estabelecimento através da abertura de uma fossa. Nas matrizes, as médias mais altas em relação a este funcionamento (F6) foram observadas nas famílias com acesso ao RS Rural (matriz II) e famílias com acesso ao microcrédito através do Sicredi (matriz III), exatamente aquelas com maior média em relação ao acesso à educação ambiental conforme se verá posteriormente (F35). Cinco dos produtores não fazem nenhum tratamento dos dejetos da residência¹³⁷.

Por fim, o grupo das capacitações 2 em relação à condição da moradia (F7) indicou uma situação interessante quando da análise das matrizes. Nas matrizes I e IV, famílias com acesso apenas ao Pronaf e famílias com acesso ao Microsol, não foram indicados problemas. Na matriz III, formada pelas famílias com acesso ao Sicredi, foram indicados problemas relacionados com a expansão e a melhoria das instalações produtivas já existentes na propriedade. Na matriz II, as famílias com acesso ao Pronaf C e a recursos do RS Rural, apresentaram problemas estruturais de residência (goteiras, necessidade de reforma, ...). Esta informação indica que provavelmente o Programa RS Rural tem atendido no município, entre os produtores com acesso ao microcrédito, aqueles com maiores carências em relação às condições materiais.

C) Em relação ao grupo de capacitações 3, referente às liberdades políticas, percebe-se uma disponibilidade significativa para a participação em eleições.

¹³⁷ Um deles assume, inclusive, que os dejetos são largados diretamente na “sanga” que corta a propriedade e dessa forma são levados para longe.

Aqueles que não participaram dos últimos pleitos eleitorais, não o fizeram devido a problemas de saúde e não devido à qualquer tipo de incredulidade ou insatisfação com relação à situação política do município.

Quanto à participação política institucional, o STR foi à instituição mais citada entre os entrevistados como espaço de debate dos assuntos da comunidade. Além do STR, as cooperativas, as reuniões promovidas pelo escritório municipal da EMATER e as instituições religiosas foram citadas como ambientes em que a participação política das famílias é incentivada¹³⁸.

Se a participação política ocorre além da porteira da residência, a participação das mulheres nas tomadas de decisões “intrafamiliares” não apresenta um ambiente tão participativo. A participação feminina foi questionada com relação às atividades que a esposa e/ou filha(s) realiza fora do ambiente familiar e na administração da renda da propriedade. O código binário associado ao funcionamento indicativo da participação feminina e o fato de em nenhuma matriz o valor médio ser 1, indica que em todas as matrizes foram encontradas famílias em que a participação feminina não é reconhecida a partir de um questionamento específico.

Ainda que em todas as matrizes alguma família não tenha reconhecido a participação feminina, as famílias com acesso exclusivo ao Pronaf C (matriz I) apresentaram a maior média em relação ao código numérico associado neste funcionamento (F10). Esse resultado pode estar refletindo o fato do Pronaf na modalidade crédito (custeio e investimento) exigir que a dívida seja reconhecida a partir da assinatura de cada membro do casal. Essa situação é bastante valorizada “intrafamiliarmente”. Entretanto, normalmente é o marido quem controla esse assunto (e responde, de forma exclusiva, as questões a esse respeito).

D) Na tentativa de perceber as facilidades econômicas, referentes ao grupo de capacitações 4, nas unidades de produção familiar em Constantina/RS foram identificados seis funcionamentos referentes à sustentabilidade econômica, ao acesso e consumo de bens e serviços e à facilidades de troca. Quanto à sustentabilidade econômica as informações obtidas foram reunidas em dois grupos. O primeiro grupo está restrito à identificação dos custos e receitas declarados, obtidos exclusivamente a partir da produção agropecuária. O segundo grupo, mais

¹³⁸ Ressalta-se aqui o pioneirismo da região e do próprio município nas discussões sobre política agrícola e agrária. A participação é considerada por muitas famílias como um direito e um dever.

abrangente, procurava reunir despesas e receitas da família como um todo¹³⁹. Neste caso, estão presentes a renda composta por aposentadorias, pensões e bolsa de auxílio do governo federal.

A relação entre a sustentabilidade das atividades agropecuárias e a sustentabilidade geral da família apresenta um aspecto interessante na matriz III (famílias com acesso ao microcrédito através do Sicredi). Os resultados obtidos indicam que mesmo com os produtos suprimindo, ou até mesmo, superando o custo com insumos para a produção agropecuária, a despesa para manutenção de outros “setores” da família acaba, algumas vezes, por gerar uma situação de déficit. Outra situação observada foi que quando o custo de produção excede a receita declarada proveniente da produção, a diferença é compensada por outros ingressos de renda, seja de aposentadorias seja de empregos fora da unidade de produção.

Neste grupo de capacitações também é evidenciada a importância da diversificação da forma de comercialização dos produtos. A matriz IV, dos produtores com acesso ao Microsol, indica a maior diversificação. Esse resultado está, mais uma vez, indicando a importância de um instrumento de crédito desburocratizado capaz de complementar o Pronaf. Devido às razões já citadas anteriormente (por exemplo, a possibilidade de armazenar a safra para vender em ocasiões de preços mais altos) o acesso ao Microsol permite que as unidades de produção efetuem o pagamento de dívidas que poderiam significar uma retenção clara de capacitações quanto a liberdade de escolha em relação à comercialização da produção. Uma situação comum na matriz I – produtores com acesso apenas ao Pronaf C – ilustra bem essa “retenção”. Esses produtores dependem muitas vezes da entrega da sua produção para intermediários que agem como “emprestadores informais”. Durante o ano, a família tem acesso a diversos gêneros alimentícios e na época da colheita entrega parte do produto, às vezes todo, como pagamento da dívida adquirida ao longo do ano. Essa relação reduz a liberdade para a comercialização de cada unidade familiar, tanto no sentido de venda da produção como na aquisição de outros produtos no mercado. Ela pode ser considerada como uma forma de dependência em relação a preços pagos e cobrados pelos agricultores familiares.

¹³⁹ O Apêndice D apresenta uma tabela que indica de forma detalhada a composição dos funcionamentos referentes à sustentabilidade econômica da produção agropecuária e da unidade como um todo.

Essa situação torna-se ainda mais perturbadora se verificarmos que, em termos do código numérico associado à realização dos funcionamentos, a menor média em relação às formas de comercialização encontra-se na mesma matriz da segunda menor média em relação à produção de subsistência, a matriz I (famílias com acesso apenas ao Pronaf C). Ou seja, as famílias não têm acesso a formas diversificadas de comercialização e precisam adquirir alguns alimentos fora da propriedade.

Ainda quanto à comercialização também é possível identificar que as unidades de produção que apresentam maior diversificação nas formas de comercialização – das matrizes III e IV (famílias com acesso ao microcrédito através do Sicredi e famílias com acesso ao Microsol) são também as que apresentam o maior índice de veículos próprios. Nessas matrizes, III e IV, 83,34% e 85,72%, respectivamente, das famílias possuem automóvel próprio¹⁴⁰.

Na atividade produtiva, a utilização dos bens duráveis – máquinas e equipamentos – apresentou mais freqüência na matriz III (unidades familiares com acesso ao microcrédito através do Sicredi). Essa informação certamente relaciona-se com a própria média de área das propriedades – a maior das quatro matrizes secundárias – e com a própria condição de sustentabilidade apresentada pelas unidades familiares que compõem esta matriz (que inclui o acesso ao maior volume de recursos do Pronaf C Investimento por propriedade). Nas demais matrizes, os produtores apresentaram a necessidade de alugar as máquinas, por exemplo, na época da colheita.

O último aspecto enquadrado no grupo de capacitações 4 – facilidades econômicas – refere-se à quantidade de pessoas na família com acesso ao microcrédito. Os resultados obtidos especificamente para esse funcionamento necessitam de uma análise qualitativa para que se possa entender a situação com que as famílias se deparam em relação à forma de acesso ao microcrédito. Neste caso, a matriz que apresentou a maior média em relação ao código numérico associado foi a matriz I. Ou seja, entre os produtores apenas com acesso ao Pronaf C a quantidade de pessoas com acesso ao microcrédito apresentou uma situação

¹⁴⁰ Na matriz II foi identificada uma família que não possuía veículo próprio e por isso não comercializava a produção de cítricos. O preço do produto era muito baixo e o preço da passagem do ônibus para transportar a produção, muito alto.

aparentemente mais favorável. Isso significa que não raro na mesma unidade de produção mais um membro da família consegue acesso aos recursos liberados através deste programa. Entretanto, em termos burocráticos o acesso da unidade de produção à liberação de recursos para mais de um pedido/projeto na mesma modalidade do Pronaf é proibido. Pode-se perceber esse tipo de situação quando os moradores da unidade produtiva trabalham com distintas instituições bancárias no município.

Em relação aos produtores com acesso ao Microsol, mesmo que a média em relação ao código numérico associado seja a mais baixa, pode-se caracterizar uma situação de “fidelidade” a instituição. O Sistema Cresol possibilita que o produtor concentre todas as suas atividades financeiras e bancárias (com exceção do recebimento de aposentadorias) num local em que a atividade da agricultura familiar é bastante valorizada. Neste sentido, por um lado se pensarmos em termos de volume de recursos acessados essa situação pode em algum sentido ser pensada como uma retenção. Entretanto, por outro lado, no que tange à relação de confiança com as instituições que a unidade familiar se relaciona, essa mesma situação pode significar a realização de um funcionamento importante quanto à liberdade e à possibilidade de participação, em um âmbito além da renda.

Uma situação ainda diversa das anteriores apresenta-se na matriz III. As unidades de produção com acesso ao microcrédito através do Sicredi são mais consolidadas em termos de tempo de atuação na atividade agropecuária no município¹⁴¹. Assim, ocorre uma situação em que os filhos têm acesso, não a uma outra modalidade de Pronaf, mas ao crédito pessoal que em grande medida pode ser caracterizado como microcrédito¹⁴².

E) O grupo de capacitações 5 procurou identificar algumas relações existentes entre o microcrédito e serviços bancários e financeiros e com a realização de outros funcionamentos. Pode-se perceber que metade das famílias tem acesso a serviços bancários apenas através da instituição que lhe operacionaliza o microcrédito. Nas matrizes I e II, as unidades de produção com acesso apenas ao

¹⁴¹ Foi essa a impressão em relação à amostra em função de conversas por ocasião da pesquisa de campo e do teste do questionário realizado em janeiro/2003.

¹⁴² Essa situação não pode ser percebida nas famílias com acesso ao Microsol devido, a meu ver, à idade dos filhos. Uma sugestão interessante de análise seria perceber a idade média dos membros da família – pois filhos menores não têm acesso ao microcrédito – e, além disso, verificar se haverá ao longo do tempo algum tipo de migração do Sistema Cresol para o Sicredi ou em sentido contrário.

Pronaf C ou ao Pronaf C associado ao RS Rural apresentaram as médias, em relação ao código numérico associado, mais altas quanto ao acesso a novos serviços bancários. Essa informação indica que parte dessas famílias foi incluída no sistema bancário exclusivamente devido ao acesso ao microcrédito através do Pronaf C. O que se pode lamentar é que essa população de incluídos, em certa medida, é algo que se poderia chamar “incluídos parciais” pois continuam sem acesso a diversos serviços financeiros (como seguro, por exemplo).

Quanto à percepção em relação à influência do microcrédito para a realização de outros funcionamentos é importante destacar que todos os produtores salientaram a importância do acesso ao microcrédito. Por exemplo, aqueles que tiveram acesso ao Pronaf C – Custeio, indicaram, em sua maioria, a essencialidade desse recurso para a manutenção da família no meio rural.

F) No grupo das capacitações número 6 foram identificadas as oportunidades sociais em relação aos funcionamentos propostos. O acesso a empregos fora da unidade de produtiva, que representa uma entrada monetária na forma de salário, foi constatado apenas na matriz I (famílias com acesso apenas ao Pronaf C) e na matriz III (microcrédito acessado através do Sicredi).

Nesse grupo de capacitações foi identificado também o acesso a inovações. Na análise qualitativa das informações sobre as inovações pode-se perceber nas respostas uma noção de que a idéia de inovação produtiva não está mais restrita à aquisição de máquinas e equipamentos. Foram indicadas inovações com relação à forma de produção nas unidades produtivas, especialmente quanto à utilização de formas agroecológicas de produção. Sendo esta região uma grande produtora de grãos, entre as inovações foi destacada a implantação da produção de soja orgânica em algumas propriedades e, por outro lado, a implantação da produção da soja transgênica.

Outros aspectos percebidos neste grupo de capacitações indicaram as condições de educação, saúde e transporte. Sobre educação é possível dizer que não foram encontradas crianças em idade escolar fora da escola. O funcionamento que reflete o acesso das crianças em idade escolar à sala de aula atingiu o valor máximo (1,0) em todas as matrizes. Foi importante identificar também alguns produtores que através de um programa chamada Terra Solidária, da Federação dos

Trabalhadores da Agricultura Familiar na Região Sul/CUT, conseguiram concluir seus estudos referentes ao nível médio frequentando aulas no STR.

As informações relacionadas à saúde foram distintas em dois aspectos de análise. Um deles procurava identificar a ocorrência de alguma situação de problema efetivo de saúde e o outro questionava as famílias quanto a sua percepção em relação ao acesso a serviços de saúde. No primeiro aspecto, as informações da matriz II apresentaram uma condição de maior fragilidade dessas famílias em relação à ocorrência de problemas de saúde. Entretanto, quando as famílias eram questionadas em relação à percepção de seu acesso aos serviços de saúde, essa matriz não foi aquela que apresentou a média mais baixa em relação ao código numérico.

Neste momento, surge então, uma das críticas à abordagem seniana, reconhecida pelo próprio Sen. Surge o problema chamada das “preferências adaptativas”. Como é possível analisar a opinião daqueles que consideram insatisfatório o acesso a serviços de saúde, entretanto não tem problemas constantes? A tentativa de utilizar mais do que a percepção da família em relação aos serviços de saúde foi de verificar se ela efetivamente utiliza esses serviços. Entretanto, essa discussão apresenta-se de forma mais significativa no campo da análise qualitativa e não em relação à simples determinação de uma média. O quadro a seguir apresenta o cruzamento das informações obtidas através da verificação dos dois funcionamentos propostos em relação à saúde.

Quadro 08 Ocorrência de problema e percepção com relação ao acesso aos serviços de saúde

	Muito Bom	Satisfatório	Insatisfatório	Total
Com problemas constantes	1	8	1	10
Com problema excepcional no último ano	1	6	1	8
Sem problemas	8	9	1	18
Total	10	23	3	36

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003

Com o acesso ao transporte é possível perceber a mesma ambigüidade. A matriz que apresentou a melhor situação efetiva em relação ao acesso a meios de

transporte, seja coletivo ou com a utilização de um veículo próprio, apresentou a segunda pior percepção em relação a esse acesso¹⁴³.

Todos os produtores têm acesso ao ônibus escolar, particular que é pago pela prefeitura para transportar as crianças à escola. Entretanto, a tarifa de passagem é considerada muito cara (R\$ 7,00) e, conforme já foi descrito, inviabiliza inclusive a comercialização de alguns produtos.

O acesso à informação foi caracterizado a partir da presença de televisão e rádio, identificados no grupo dos bens duráveis, e do questionamento com relação ao acesso a jornais e revistas. Todos os produtores têm, na residência, pelo menos um aparelho televisor e um rádio. Esses dois bens representam os principais meios de informação a que as famílias têm acesso.

No grupo de capacitações das oportunidades sociais o último aspecto analisado diz respeito à percepção da família em relação ao lazer. Essa avaliação também, assim como no caso da saúde e do transporte, é bastante subjetiva. Entretanto, difere dos outros casos, pois se o conjunto de atividades de lazer deve trazer uma sensação de realização aos membros da família não há porque enumerar nem discutir as atividades efetivas realizadas pela família. Ou seja, duas famílias podem ir a mesma atividade (por exemplo, uma atividade religiosa), entretanto para uma delas isso é considerado como uma atividade de lazer, associada, portanto à noção de prazer, felicidade. Para a outra família essa atividade não passa de uma obrigação, uma certa imposição social da qual de forma totalmente espontânea a família tenderia a não participar.

Quando questionadas as famílias indicaram como principais atividades de lazer a convivência familiar e entre os membros da comunidade. É interessante observar que as atividades citadas pela família não acarretam nenhuma situação em que ocorra custo monetário (o que não ocorreria, aparentemente, num ambiente urbano). Ainda chama a atenção que as famílias com acesso ao Microsol (matriz IV) foram as que mais apresentaram diversidade em relação às atividades de lazer e, ainda assim, apresentaram a média, associada ao código numérico, mais baixa em relação à percepção sobre o lazer.

¹⁴³ O Apêndice D apresenta uma tabela que caracteriza o acesso ao transporte com relação as famílias participantes da amostra.

G) Em relação às garantias de transparência, grupo de capacitações 7, é possível identificar o acesso das famílias a uma diversidade de instituições, inclusive pela história de atuação dessas instituições no município. A Prefeitura Municipal e a Igreja Católica foram as instituições mais citadas pelas famílias. Problemas com instituições foram citados tanto nas famílias com acesso apenas ao Pronaf C como nas famílias com acesso a esse recurso associado aos recursos do RS Rural. Os problemas antigos foram essencialmente relacionados a cobranças de taxas bancárias e um problema atual citado refere-se ao não atendimento de solicitações da comunidade por parte da prefeitura (a manutenção de uma escola municipal em funcionamento no meio rural do município). De novo, pode-se perceber a importância do Pronaf para fornecer as famílias acesso aos serviços bancários que em outros momentos foram caracterizados como causadores de problemas para a sustentabilidade na família.

H) O grupo de capacitações 8, segurança protetora, procurou verificar a situação das famílias com relação possibilidade de prevenção contra eventuais casos de emergência e, no caso de alguma ocorrência, a possibilidade de confiar no recebimento de algum tipo de ajuda, bem como oferecer ajuda. Em relação ao acesso à contratação de seguro, pode-se perceber que um dos seguros mais comuns nas famílias é aquele associado ao Programa Troca-Troca de Semente de Milho do governo estadual. A contratação de seguro para a lavoura nos outros casos, em geral, só é feita se for uma exigência do banco que está financiando a área.

Quanto a dar e receber ajuda em situações emergenciais, o laço principal de solidariedade é o existente entre as famílias da comunidade. Entretanto, a comunidade atende ao chamamento das instituições, especialmente as municipais, para a prestação de serviços comunitários¹⁴⁴.

I) O penúltimo grupo de capacitações procura verificar a realidade das unidades de produção em relação aos cuidados com o meio ambiente durante o processo produtivo. Além disso, os funcionamentos do grupo de capacitações referente à situação ambiental identificam o acesso da família à educação ambiental,

¹⁴⁴ Por ocasião do período de pesquisa de campo para este trabalho, a comunidade estava atendendo um chamamento para a prestação de serviço voluntário na construção de um hospital regional que deve ser sediado no município. Além do trabalho físico de construção do prédio, que deverá abrigar o hospital, as famílias deverão contribuir com recursos monetários através da “associação” ao hospital.

à separação do lixo na propriedade e à possibilidade de combate do problema ambiental percebido na propriedade ou na região.

Neste grupo de capacitações todas as famílias apresentaram algum tipo de cuidado com o meio ambiente na realização das suas práticas produtivas. Com exceção da matriz I (famílias com acesso apenas ao Pronaf), as famílias das demais matrizes indicaram a participação em eventos que procuram discutir aspectos referentes à educação ambiental e à consolidação de um processo de desenvolvimento sustentável para a região, como um dos fatores decisivos para a adoção de práticas menos degradantes ao meio ambiente.

É possível perceber que as duas práticas mais comuns relacionadas à tentativa de redução da degradação ambiental (plantio direto e rotação de culturas) também correspondem a práticas que garantem às famílias uma proteção do próprio solo que é cultivado. Além de representar um cuidado ambiental, significa uma garantia de manutenção da produção e das condições de subsistência da própria família.

Em relação aos cuidados ambientais aparentemente não relacionados diretamente à produção a situação de tentativa de não degradação é menos intensiva. A separação do lixo e a existência de esterqueiras para a eliminação do resíduo dos suínos ainda apresentam índices baixos de utilização (especialmente se considerarmos que este é um dos grandes problemas ambientais gaúchos). Várias famílias da matriz II – com acesso ao RS Rural - receberam material para a construção da esterqueira, entretanto, apenas alguns já construíram o local de tratamento para o resíduo suíno. A maioria das famílias ainda ou joga o resíduo direto no solo ou no curso de água mais próximo ao estabelecimento rural.

A tabela a seguir apresenta os percentuais de realização das práticas produtivas de conservação ambiental comentadas até este momento.

Tabela 03 Percentual (%) de utilização das práticas mais realizadas

Prática	% de produtores na matriz que realizam a prática			
	I	II	III	IV
Plantio direto	83,33	54,55	100	85,71
Rotação de culturas	58,33	63,64	100	85,71
Esterqueira para eliminação de resíduos dos suínos	33,33	18,18	16,67	42,85

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

A utilização de adubo orgânico, com exceção das famílias que comercializam uma produção orgânica, é feita apenas nos produtos de consumo da família.

Em relação à educação ambiental é possível perceber que a maioria dos produtores ainda não teve acesso a cursos que tratassem sistematicamente deste assunto. Muitos participaram de palestras promovidas pelo escritório municipal da EMATER/RS e pelo STR. O Sicredi também promove a participação dos associados em palestras.

O principal problema ambiental percebido pelas famílias na região é a utilização excessiva de agrotóxicos nas lavouras. Diversos membros das famílias indicaram a existência de problemas de saúde no período de utilização dos venenos (dor de cabeça, alergias). A produção de frutas e flores também é, no mínimo, bastante prejudicada – em alguns casos o veneno acaba por provocar a morte das árvores e plantas. Famílias com parreirais, por exemplo, têm cada vez mais dificuldades para a produção de uvas. O destino do resíduo do veneno aplicado também tem se tornado um problema. Houve casos de mortes de frangos e galinhas depois da ingestão de água contaminada por agrotóxicos. Na opinião dos agricultores, a possibilidade de combate aos problemas ambientais depende essencialmente da mobilização das autoridades locais e da comunidade. Essa mobilização passa, certamente, por um amplo processo de educação ambiental e, inclusive, pela possibilidade de um financiamento mais expressivo das práticas conservacionistas.

Ainda que o acesso ao microcrédito tenha favorecido o acesso à educação ambiental (conforme será evidenciado na próxima seção), é importante alertar para a falta de detalhamento sobre a utilização dos recursos do Pronaf C – Custeio, por

exemplo. Caso se tivesse feito questionamentos detalhados sobre o tipo de insumo adquirido, certamente o consumo de agrotóxicos seria um componente significativo. Neste sentido, salienta-se a necessidade, dada a preocupação com os problemas ambientais na região, do crédito estar associado à educação, em especial à educação ambiental. Ou o acesso a crédito pode significar, e o que seria pior induzir, um uso mais intensivo de agrotóxico.

J) O grupo de capacitações 10 referente a projetos e planos, o último grupo a ser analisado, identifica as perspectivas das famílias em relação ao futuro. Os planos e projetos para família em muitos casos estão associados à aquisição de máquinas e equipamentos, ao aumento da lavoura e a melhoramentos na unidade produtiva. Há um ambiente de expectativa positiva em relação a algumas agroindústrias instaladas nas comunidades. Entretanto, em relação a muitas famílias é preciso observar que o plano é apenas conseguir sobreviver e continuar produzindo no meio rural.

De uma maneira geral, a permanência de pelo menos um dos filhos na propriedade é mais uma vontade dos pais do que um plano dos jovens. Assim como na análise que procurava evidenciar a saída dos filhos da propriedade rural, a média mais baixa em relação ao código numérico associado foi obtida na matriz II (famílias coma cesso ao RS Rural). Essas famílias apresentaram, neste contexto, a maior probabilidade de êxodo rural, tanto já consolidado, como com relação aos filhos que ainda estão na propriedade. Existem, entretanto, nas outras matrizes, jovens que manifestaram o desejo de seguir a profissão dos pais. Há o caso de uma jovem que, mesmo com plano de seguir uma carreira universitária, está sendo preparada para continuar na propriedade que vem obtendo sucesso com o trabalho em uma agroindústria de derivados do leite.

Para a realização dos projetos e planos, muitas famílias estão dispostas a realizar novos financiamentos. O Pronaf C - Custeio, conforme já foi comentado, foi considerado essencial para a produção na próxima safra.

Algumas famílias indicaram a necessidade de linhas de financiamento subsidiadas e com prazos alongados para atividades específicas como, por exemplo, a reforma das residências. Durante as respostas coletadas através das visitas às famílias (informações das matrizes I, II e IV), pode-se perceber uma demanda por assistência técnica em relação à aplicação dos recursos do Pronaf C -

Investimento. Essa falta de auxílio faz com que alguns produtores não tenham mais planos de realizar novos financiamentos nesta modalidade de microcrédito.

De uma maneira geral, a análise em relação aos funcionamentos e aos grupos de capacitações pode demonstrar a complexidade envolvida na análise de um processo de desenvolvimento rural. As médias gerais, em relação à reunião dos 40 funcionamentos foram, respectivamente para as matrizes I, II, III e IV, as seguintes: 0,70; 0,65; 0,71; 0,71. Entretanto, por exemplo, em relação ao grupo de capacitações relacionado à situação ambiental pode-se perceber mais afinidades qualitativas entre as matrizes II e IV do que entre a III e a IV.

Mesmo que as médias gerais possam não apresentar diferenças significativas entre as matrizes, a análise dos grupos de capacitações permite perceber diferenças qualitativamente importantes mesmo em relação às médias dos códigos associados.

A tabela a seguir apresenta todas as médias obtidas a partir da análise quantitativa em relação aos códigos associados. A média geral para cada funcionamento foi obtida a partir da agregação da informação dos 36 questionários em relação ao aspecto analisado.

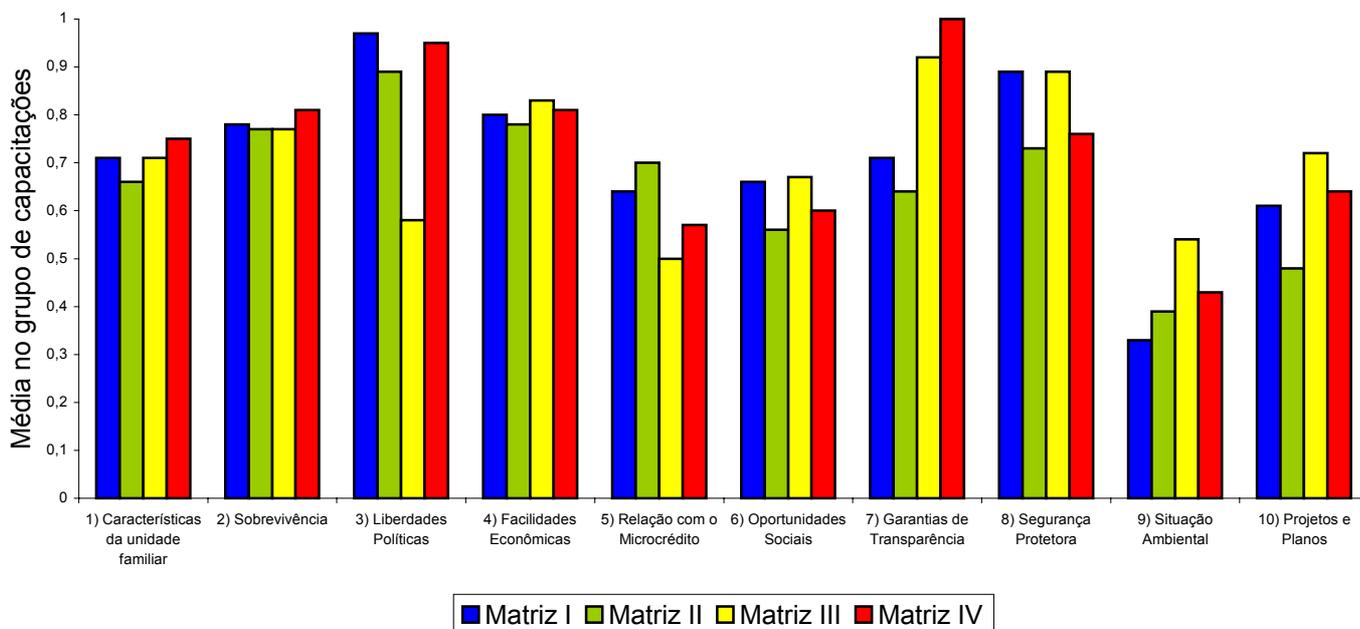
Tabela 04 Grupos de capacitações, funcionamentos e médias observadas

Grupo de Capacitações	Funcionamento/ Palavra - chave	Média				
		Geral	M I	M II	M III	M IV
G 1 – Características da unidade familiar	F1 – Mão-de-obra	0,78	0,75	0,82	0,75	0,79
	F2 – Convivência	0,63	0,67	0,50	0,67	0,71
	Média do grupo	0,71	0,71	0,66	0,71	0,75
G 2 - Sobrevivência	F3 – Alimentação	0,81	0,67	0,82	0,83	1,00
	F4 – Subsistência	0,82	0,83	0,86	0,67	0,86
	F5 – Água	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	F6 – Saneamento básico	0,44	0,42	0,45	0,50	0,43
	F7 – Residência	0,86	1,00	0,73	0,83	0,86
	Média do grupo	0,78	0,78	0,77	0,77	0,81
G 3 – Liberdades políticas	F8 - Eleições	0,97	1,00	0,95	0,92	1,00
	F9 – Política geral	0,94	1,00	1,00	0,67	1,00
	F10 – Participação feminina	0,72	0,92	0,73	0,17	0,86
	Média do grupo	0,85	0,97	0,89	0,58	0,95
G 4 – Facilidades econômicas	F11 – Sust. Produção	0,86	0,92	0,82	1,00	0,71
	F12 – Sust. Unidade Produtiva	0,81	0,92	0,82	0,67	0,71
	F13 – Comercialização	0,54	0,38	0,45	0,58	0,93
	F14 – Bens duráveis	0,90	0,79	0,91	1,00	1,00
	F15 – Máquinas e equipam.	0,89	0,88	0,91	0,92	0,86
	F16 – Microcrédito	0,81	0,92	0,77	0,83	0,64
	Média do grupo	0,81	0,80	0,78	0,83	0,81
G 5 – Relação com o microcrédito	F17 – Serv. bancários	0,50	0,58	0,45	0,33	0,57
	F18 – Serv. bancários novos	0,36	0,33	0,64	0,17	0,14
	F19 – Novos funcionamentos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Média do grupo	0,60	0,64	0,70	0,50	0,57
G 6 – Oportunidades sociais	F20 – Empregos fora	0,08	0,17	0,00	0,17	0,00
	F21 – Inovação	0,56	0,67	0,64	0,33	0,43
	F22 – Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	F23 – Saúde	0,65	0,75	0,45	0,83	0,64
	F24 – Percepção saúde	0,58	0,63	0,55	0,67	0,50
	F25 – Transporte	0,81	0,83	0,64	0,92	0,93
	F26 – Percepção transporte	0,60	0,75	0,41	0,67	0,57
	F27 – Informação	0,69	0,58	0,73	0,75	0,79
	F28 – Percepção lazer	0,61	0,58	0,64	0,67	0,57
Média do grupo	0,62	0,66	0,56	0,67	0,60	
G 7 – Garantias de transparência	F29 – Instituições	0,72	0,58	0,64	0,83	1,00
	F30 – Confiança local	0,83	0,83	0,64	1,00	1,00
	Média do grupo	0,82	0,71	0,64	0,92	1,00
G 8 – Segurança protetora	F31 – Seguro	0,44	0,67	0,18	0,67	0,29
	F32 – Receber ajuda	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	F33 – Dar ajuda	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Média do grupo	0,82	0,89	0,73	0,89	0,76
G 9 – Situação ambiental	F34 – Cuidado ambiental	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	F35 – Educação ambiental	0,28	0,17	0,27	0,50	0,29
	F36 – Separação lixo	0,25	0,17	0,27	0,33	0,29
	F37 – Combate prob. ambient.	0,08	0,00	0,00	0,33	0,14
	Média do grupo	0,42	0,33	0,39	0,54	0,43
G 10 – Projetos e planos	F38 – Planos e projetos	0,53	0,50	0,45	0,83	0,43
	F39 – Permanência jovens	0,49	0,58	0,36	0,50	0,51
	F40 – Novos financiamentos	0,78	0,75	0,64	0,83	1,00
	Média do grupo	0,61	0,61	0,48	0,72	0,64

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

O gráfico a seguir permite a visualização das médias dos grupos de capacitações em relação aos códigos numéricos associados em cada matriz.

Gráfico 02 Médias nos grupos de capacitações



Fonte: Elaborado pela autora

Um processo de desenvolvimento rural como expansão das capacitações das famílias deve, além de perceber a situação de uma maneira geral, olhar atentamente para os diferentes aspectos da realidade social refletida nos grupos de capacitações e na possibilidade de realização dos próprios funcionamentos.

Esse panorama geral em relação à situação de realização dos funcionamentos apresentou-nos alguns desses aspectos que devem ser considerados. Entretanto, a variável focal deste trabalho que permitiu a comparação entre as famílias integrantes das matrizes – a forma de acesso ao microcrédito – ainda não apresentou sua influência no contexto geral. O que se pode dizer a respeito da influência do microcrédito nas situações analisadas? Enfim, dentro desse panorama geral, pode o microcrédito ser realmente considerado um instrumento de desenvolvimento rural se caracterizarmos esse processo como expansão de capacitações? Há diferenças em relação à influência do microcrédito na expansão

das capacitações das famílias? Essas diferenças podem ser associadas à forma de acesso ao microcrédito?

A próxima seção deste capítulo é destinada a dar respostas a essas questões e, dessa forma, apontar aspectos capazes de atender a solicitação do problema de pesquisa deste trabalho.

4.2 A INFLUÊNCIA DO MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO RURAL EM CONSTANTINA/RS

A tentativa de identificar a influência do microcrédito foi feita a partir da percepção das famílias em relação a esses recursos e da sua utilização. Neste sentido, através das respostas obtidas nos questionários foi possível verificar uma diversidade interessante quanto à influência declarada do microcrédito para a realização dos funcionamentos.

De uma maneira geral, o microcrédito foi indicado como influenciando em média a realização de 7,44 funcionamentos. Conforme indica o F19 – influência do microcrédito para a realização dos funcionamentos – em todas as famílias o acesso ao microcrédito foi importante para a realização de funcionamentos¹⁴⁵. Sendo assim, pode-se identificar o microcrédito como um instrumento de desenvolvimento rural. Ou seja, é possível perceber que com o acesso ao microcrédito as famílias têm possibilidade de expandir suas capacitações ou evitar uma retenção (como, por exemplo, no caso da possibilidade de continuar produzindo no meio rural)¹⁴⁶.

Em relação à média de funcionamentos influenciados pelo microcrédito nas matrizes secundárias, é possível perceber que a matriz IV apresenta a maior média. Esse resultado indica que, naquelas famílias com acesso ao Microsol, o microcrédito tem a possibilidade de expandir suas capacitações em relação a mais funcionamentos do que nas outras matrizes.

¹⁴⁵ O F19 é o único funcionamento que aparece como influenciado pelo microcrédito em todas as famílias. Mesmo que essa pareça uma informação óbvia, visto a formulação da própria situação de realização do funcionamento, é preciso alertar para o fato referente à diversidade da influência do microcrédito na realização dos demais funcionamentos.

¹⁴⁶ A possibilidade de impedimento da ocorrência de uma retenção das capacitações está sendo considerada neste trabalho como um esforço de expansão. Certamente, pode-se discutir em que sentido a impossibilidade de uma retenção pode ou não ser considerada como uma expansão de capacitações.

Em outras palavras o que se analisa neste caso é que, em relação a variável focal escolhida para a análise da expansão das capacitações neste trabalho, a forma de operacionalização que apresentou um melhor resultado foi aquela analisada na matriz IV. Isso significa que para a situação das famílias atendidas por essa forma de microcrédito em relação às outras famílias questionadas e às outras formas de operacionalização, essa forma foi a que mais conseguiu contribuir para o desenvolvimento rural. Entretanto, é preciso perceber que isso está associado à situação atual das famílias. Ou seja, o fato de que a matriz III (que reúne as informações das famílias com acesso ao microcrédito através do Sicredi) apresentou a média mais baixa pode significar que as possibilidades de expansão das capacitações dessas famílias estão associadas a outras variáveis focais, no geral, mais significativas do que o microcrédito, o que não significa que o microcrédito não seja um instrumento importante. Na realidade, em termos de área, de acesso à volume de financiamento, de acesso a máquinas e equipamentos e à transporte, as famílias da matriz III têm uma situação melhor do que as famílias das demais matrizes.

Ou ainda, isso pode significar que, garantido o acesso ao microcrédito, é preciso atentar a outras necessidades, além do acesso a um pequeno volume de recursos. Por outro lado, as famílias que ainda possuem condições de fragilidade estrutural, como àquelas demonstradas em relação às famílias da matriz I e II, necessitam ainda de um aperfeiçoamento desse instrumento, pois é possível através do microcrédito expandir mais capacitações, como demonstrado no caso das famílias da matriz IV.

A própria matriz II, que analisa as famílias que possuem o instrumento de microcrédito associado ao fornecimento de recursos materiais (RS Rural), indica uma possibilidade de melhoramento da realidade das famílias que ainda apresentam a situação mais frágil em termos de facilidades econômicas e oportunidades sociais, por exemplo.

A tabela a seguir mostra a diversidade da influência do microcrédito na realização dos funcionamentos indicada pelas famílias. Essa diversidade com relação aos grupos de capacitações será analisada a seguir.

Tabela 05 Funcionamentos influenciados pelo microcrédito por família

Matriz	Funcionamentos	Total
I - 1	F16 F19 F21	3
I - 2	F9 F10 F12 F16 F18 F19 F40	7
I - 3	F9 F11 F12 F16 F18 F19 F28 F38 F40	9
I - 4	F7 F11 F12 F16 F18 F19 F40	7
I - 5	F12 F16 F19 F40	4
I - 6	F9 F10 F11 F12 F16 F19 F38 F39 F40	9
I - 7	F9 F10 F11 F12 F19 F39 F40	7
I - 8	F9 F11 F16 F19 F29 F39 F40	7
I - 9	F12 F16 F19 F38 F40	5
I - 10	F7 F11 F12 F16 F19 F28 F29	7
I - 11	F11 F12 F16 F19 F40	5
I - 12	F11 F12 F19	3
Média na matriz I		6,08
II - 1	F7 F18 F19 F40	4
II - 2	F7 F9 F11 F12 F16 F18 F19 F22 F29 F34 F40	11
II - 3	F9 F10 F11 F18 F19 F29 F34 F35 F38 F39 F40	11
II - 4	F7 F11 F12 F16 F18 F19 F34 F35	8
II - 5	F9 F10 F11 F12 F13 F16 F19 F29 F35 F39	10
II - 6	F7 F9 F11 F12 F18 F19 F34	7
II - 7	F7 F11 F12 F13 F18 F19 F29 F34 F35 F40	10
II - 8	F7 F9 F10 F11 F12 F16 F19 F29 F40	9
II - 9	F7 F9 F11 F12 F16 F19 F34 F38 F40	9
II - 10	F7 F11 F12 F16 F19 F34 F38 F39 F40	9
II - 11	F7 F11 F12 F18 F19 F29 F34 F35 F40	9
Média na matriz II		8,82
III - 1	F12 F18 F19 F29 F31 F40	6
III - 2	F12 F18 F16 F19 F35 F38 F40	7
III - 3	F7 F11 F12 F16 F19 F29 F40	7
III - 4	F11 F12 F16 F19 F35	5
III - 5	F12 F16 F19 F40	4
III - 6	F11 F12 F19 F35 F40	5
Média na matriz III		5,67
IV - 1	F4 F9 F10 F11 F12 F13 F15 F19 F29 F32 F34 F35 F38 F39 F40	15
IV - 2	F7 F9 F10 F12 F19 F28 F29 F38 F40	9
IV - 3	F7 F11 F12 F16 F19 F29 F35 F40	8
IV - 4	F11 F12 F19 F28 F29 F38 F40	7
IV - 5	F7 F9 F11 F12 F19 F22 F28 F29 F34 F40	10
IV - 6	F9 F10 F11 F12 F19 F40	6
IV - 7	F9 F10 F11 F12 F16 F18 F19 F29 F35 F40	10
Média na matriz IV		9,29
Média geral de funcionamentos influenciados pelo microcrédito		7,44

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/ 2003

Agrupando os funcionamentos influenciados nos grupos de capacitações pode-se perceber que o grupo que recebe a maior influência do microcrédito para a realização de seus funcionamentos é o da relação com o microcrédito. Além de esse grupo incluir o F19 – que indica a realização de algum funcionamento através do acesso aos microcrédito e obteve média máxima em todas as matrizes –, ele indica que muitas vezes foi através do microcrédito que as famílias tiveram acesso a novos serviços bancários.

Em relação às famílias que tiveram acesso apenas ao Pronaf C (matriz I) é possível perceber que, além do grupo de caracterização da unidade familiar¹⁴⁷, o microcrédito não influenciou em dois grupos de capacitações (segurança protetora e situação ambiental). Visto que com relação ao grupo de capacitações 8 (segurança protetora), essas famílias têm uma das mais altas médias gerais, é possível que em relação a esse aspecto o microcrédito não se apresente realmente como um instrumento fundamental. Entretanto, a situação em relação ao grupo de capacitações situação ambiental é totalmente adversa. Essa matriz apresenta a menor média associada ao código numérico e ainda assim o microcrédito não é utilizado como um instrumento de expansão das capacitações para a realização dos funcionamentos desse grupo. A comparação com as médias gerais e a influência do microcrédito neste grupo para as outras matrizes permite que se possa identificar a utilização do microcrédito como instrumento de desenvolvimento. Percebe-se que as matrizes com maiores médias em relação à situação ambiental indicam a influência do microcrédito para a realização dos funcionamentos associados a esse grupo de capacitações.

As famílias da matriz II, com acesso ao RS Rural, apresentaram a maior influência do microcrédito para a realização dos funcionamentos no grupo da relação com o microcrédito. Através do acesso a um pequeno volume de recurso foi possível identificar um aumento da expansão das capacitações dessas famílias. Além disso, conforme já foi salientado, esse grupo apresenta problemas significativos no grupo sobrevivência de uma maneira geral e também apresenta a maior influência do microcrédito neste grupo entre as matrizes. Assim como ocorre nas famílias da matriz I, o microcrédito não influenciou no grupo de capacitações segurança

¹⁴⁷ Em todas as matrizes o microcrédito não influenciou na definição da unidade de produção como familiar com relação à utilização de mão-de-obra e da saída dos filhos da propriedade.

protetora. Entretanto, a média do código numérico associado na matriz II em relação a esse grupo de uma maneira geral é mais baixa do que a média das famílias da matriz I.

As famílias com acesso ao microcrédito através do Sicredi, com as informações reunidas na matriz III, apresentaram influência do microcrédito no grupo da segurança protetora (5,56% das famílias indicaram a influência do microcrédito neste grupo). Essa informação reflete a possibilidade de contratação de várias formas de seguros através da própria cooperativa que oferece esses serviços aos seus associados. Nas matrizes I e II, conforme já foi evidenciado, esse grupo não sofreu influência do microcrédito. Pode-se indicar, então, a importância de associar o acesso ao microcrédito a demais serviços bancários e financeiros. A matriz III também apresentou um grupo de capacitações em que as famílias não identificaram a influência do microcrédito: o grupo das oportunidades sociais. Entretanto, ela tem a média associada mais alta em relação a esse grupo de capacitações quando analisada a realização dos funcionamentos correspondentes. Dessa forma, possivelmente outros instrumentos de desenvolvimento são mais adequados para aumentar as possibilidades de expansão desse grupo de capacitações para essas famílias. Ainda é interessante observar que as famílias da matriz III apresentaram o menor nível de influência do microcrédito em relação aos projetos e planos. Mais uma vez, reflete-se aí outras necessidades das famílias. Na expectativa dessas famílias, seus projeto e planos não estão associadas fortemente ao acesso aos recursos do microcrédito.

A matriz IV, que reúne as informações referentes às famílias com acesso ao Microsol, foi a única matriz em que o microcrédito teve sua influência indicada em todos os grupos de capacitações. Diferentemente das demais matrizes, nessas famílias os dois maiores índices de influência do microcrédito em relação aos grupos de capacitações não estão associados àqueles grupos diretamente envolvidos com o acesso ao recurso monetário – facilidades econômicas e relação com o microcrédito. Os maiores índices com relação à influência do microcrédito estão associados ao grupo das liberdades políticas e das garantias de transparência.

Ainda que nos dois grupos de capacitações diretamente associados ao volume de recursos, o das facilidades econômicas e o da relação com o microcrédito, a influência do microcrédito seja bastante significativa (especialmente

se considerarmos que a realização dos funcionamentos desses grupos não apresenta as maiores médias associadas em relação às quatro matrizes), é importante perceber como esse instrumento é capaz expandir significativamente as capacitações em outros grupos, além daqueles “econômicos”.

A particularidade encontrada nos resultados associados à matriz IV, parece estar essencialmente relacionada à forma de operacionalização do microcrédito no Sistema Cresol. A instituição é reconhecida pelas famílias por representar um espaço de participação política, onde a discussão com as famílias é valorizada. Além disso, a cooperativa presta um serviço de “agricultor para agricultor”. Quanto à realização dos projetos e planos dessas famílias, é possível perceber que a influência do microcrédito é indicada pelo maior percentual em relação às quatro matrizes. Isso reflete a “esperança” depositada pelas famílias nesta nova forma institucional de inclusão das famílias produtoras do meio rural no sistema financeiro e bancário, não como um serviço de assistência social – como ocorre em muitos bancos -, mas como uma atividade produtiva que deve ser valorizada.

O menor percentual indicado pelas famílias com acesso ao Microsol com relação à influência do microcrédito foi associado ao grupo de capacitações das oportunidades sociais. Entretanto, é importante verificar que mesmo sendo o menor percentual de influência dentro da matriz IV, ele é o maior em relação a esse grupo de capacitações (6).

A tabela a seguir apresenta os percentuais de famílias que indicaram a influência do microcrédito para a realização dos funcionamentos dos grupos de capacitações.

Tabela 06 Influência do microcrédito nos grupos de capacitações

Grupo de capacitações	% das famílias da matriz que indicaram que o microcrédito influencia no grupo de capacitações			
	I	II	III	IV
01) Características da unidade familiar	0,00	0,00	0,00	0,00
02) Sobrevivência	2,38	16,36	3,33	11,43
03) Liberdades políticas	16,67	27,27	5,56	42,86
04) Facilidades econômicas	38,89	40,91	36,11	40,48
05) Relação com o microcrédito	41,67	57,58	44,44	38,10
06) Oportunidades sociais	2,78	2,02	0,00	6,35
07) Garantias de transparência	8,33	27,27	16,67	42,86
08) Segurança protetora	0,00	0,00	5,56	4,76
09) Situação ambiental	0,00	29,65	12,50	33,33
10) Projetos e planos	41,67	36,36	17,86	52,38

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

A partir da situação das famílias e da forma de operacionalização do microcrédito, é possível perceber diferenças em relação à influência desse instrumento na realização dos funcionamentos e, conseqüentemente, nos grupos de capacitações.

De uma maneira geral, pode-se perceber que a participação das famílias na constituição dos processos de acesso aos recursos disponibilizados (como nos casos do RS Rural e do Microsol) permitem que haja uma maior influência do instrumento em discussão nos distintos grupos de capacitações.

Por outro lado, atente-se para uma discussão importante que permeia toda a análise em relação à comparação entre agentes, neste caso as informações sobre as famílias identificadas nas matrizes, com acesso a qualquer instrumento que seja capaz de expandir suas capacitações: a noção de igualdade e desigualdade. Ainda que todo o esforço deste trabalho seja o de perceber a situação e a influência do microcrédito em relação a unidades de produção familiar, foi possível perceber que há uma situação heterogênea que não pode ser ignorada.

É a partir dessa noção que se percebe que esta pesquisa não tem o objetivo de avaliar as formas de microcrédito e sim de indicar sua contribuição em relação à expansão das capacitações das famílias. Neste sentido, possivelmente as famílias da matriz I poderiam obter uma situação melhor em relação ao processo de desenvolvimento rural caso pudessem participar mais do processo de obtenção dos recursos e tivessem oportunidade de desenvolver com a instituição financeira uma melhor relação de confiança.

Quanto às famílias da matriz II, com acesso ao Pronaf e a recursos do RS Rural é possível perceber a importância significativa do microcrédito na realização dos funcionamentos. Essas famílias foram as que apresentaram condições materiais mais precárias para a manutenção da sobrevivência da família e a influência do microcrédito pode ser percebida de forma significativa nos grupos de capacitações. O microcrédito permitiu inclusive a realização de funcionamentos não realizados em outras unidades de produção familiar, como no caso da situação ambiental.

As famílias da matriz III, com acesso ao microcrédito através do Sicredi, mostraram uma situação interessante quanto à realização dos funcionamentos. Ainda que os funcionamentos referentes à renda e à aquisição de bens duráveis e

máquinas tenham apresentado uma realização mais freqüente em relação às demais matrizes, ao considerarmos outros aspectos, especialmente com relação à participação feminina, a situação de desenvolvimento dessas famílias precisa ser analisada com mais atenção.

Em relação às famílias com acesso ao Microsol é preciso evidenciar a inovação institucional representada pelo Sistema Cooperativo de Crédito Solidário – Sistema Cresol. A forma de operacionalização do microcrédito tem aparentemente atendido às necessidades das famílias que acessam a esse recurso e contribuído na expansão de todos os grupos de capacitações.

Sendo assim, é possível perceber que as formas de operacionalização do microcrédito influem de forma diferente na realização dos funcionamentos e na expansão das capacitações das famílias. Entretanto, é preciso identificar essas diferenças não apenas devido à forma dessa operacionalização, mas também à situação das próprias famílias que acessam aos recursos. É preciso perceber as necessidades das famílias, perceber quais são os grupos de capacitações “mais retidos” para, a partir daí, compreender as possibilidades de utilização de um instrumento como o microcrédito para expansão das capacitações.

Nas quatro matrizes identificadas é possível perceber que o acesso ao microcrédito pode ser considerado um instrumento de desenvolvimento rural. Entretanto, em cada conjunto de famílias, a situação delas e a percepção dessa situação por parte das instituições que operacionalizam o microcrédito, determinaram situações diferenciadas com relação à influência do acesso a esse recurso para a realização dos funcionamentos.

CONCLUSÃO

Decididamente, empreender um esforço na tentativa de compreender o processo de desenvolvimento que atinge as diversas sociedades, e que ainda precisa ser incentivado em muitas delas, é um desafio que ao fim deste trabalho não está superado. Entretanto, o objetivo deste esforço de pesquisa não foi resultar uma “teoria geral” de desenvolvimento, e sim procurar experimentar uma abordagem teórica que traz à discussão novos aspectos, além dos econômicos, para a compreensão deste processo.

Mais especificamente ainda, procurou-se realizar essa “experiência” em um único município gaúcho – Constantina - e refletindo sobre um possível instrumento de desenvolvimento, que é capaz de contribuir para a expansão das capacitações dos agentes – o microcrédito.

Os resultados obtidos confirmam a primeira hipótese deste trabalho. Ou seja, é possível considerar o microcrédito como um instrumento capaz de promover desenvolvimento rural. Ao acessarem o microcrédito, em todas as famílias, foi possível verificar a influência desses recursos nos grupos de capacitações. Mesmo que o trabalho não se tenha detido na divisão intrafamiliar desta “expansão”, é possível supor que grande parte dos integrantes da família pôde expandir suas capacitações devido ao acesso a essas diferentes formas de microcrédito.

Foi possível confirmar também a segunda hipótese e perceber que há sim uma relação entre a forma de acesso ou a combinação acessada pelo produtor e a influência deste microcrédito na expansão de capacitações.

Não se trata aqui de qualquer tentativa em relação a indicação de uma “melhor” forma de acesso. Simplesmente pode-se perceber que grupos sociais que apresentam características diferenciadas devem ter acesso a formas diferenciadas de políticas públicas. Além disso, ressalta-se que a análise das variáveis econômicas convencionais – e mesmo da simples agregação das médias referentes aos funcionamentos – podem representar simplificações excessivas que não são capazes de refletir a heterogeneidade da composição social, mesmo tratando-se de um único município.

Ao fim deste trabalho, a terceira hipótese proposta merece mais uma discussão do que uma simples confirmação ou negação. Na realidade, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE 95/96 pode-se perceber que o microcrédito tem atendido àqueles produtores que supostamente apresentam capacitações mais retidas por produzirem em áreas menores do que a média municipal de área por estabelecimento (28,53 ha). Neste sentido, a hipótese poderia ser aceita de uma maneira geral e em cada grupo de produtores que formaram as matrizes. Entretanto, parece-me este critério de uma fragilidade excessiva e não permite uma confirmação absoluta em relação a hipótese.

Por outro lado, o fato dos operacionalizadores do microcrédito no município estarem estabelecendo um programa específico de “busca” daqueles produtores excluídos do sistema financeiro indica que há produtores sem acesso a recursos. Essa falta de acesso pode dar-se porque essas famílias não necessitam de recursos ou porque não têm acesso a eles. A segunda opção, a meu ver, indicaria que os produtores com a maior retenção nas capacitações, possivelmente em relação a mais de um grupo de capacitações, ainda não conseguiram acessar os recursos disponibilizados através dos programas de microcrédito estudados. A possível confirmação dessa suposição, levar-me-ia a rejeitar veementemente a terceira hipótese.

Portanto, a terceira hipótese ficaria melhor aplicada neste contexto como uma sugestão de pesquisa.

A utilização da abordagem das capacitações procurou uma aproximação em relação ao ambiente empírico observado e o embasamento teórico seniano que vem influenciando as decisões políticas quanto à ação da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial. Mesmo que se possa enumerar diversas críticas com relação a estas duas instituições, é perceptível a tentativa feita por alguns pesquisadores no sentido de compreender o processo de desenvolvimento como um processo além de variáveis econômicas.

Mesmo que se possa enfatizar o esforço na aplicação desta abordagem a um contexto real, é preciso alertar que a literatura a respeito das discussões teóricas dentro da teoria da expansão das capacitações é bastante vasta e de forma alguma foi exaurida neste estudo. Além disso, a profundidade da discussão filosófica contextualizada na obra seniana foi apenas tangenciada por esse trabalho. Há, em

termos teóricos, muito ainda que se poderia discutir sobre as liberdades; a igualdade; o tratamento de desiguais; a utilização de recursos como “medidas” de bem-estar etc. Pretendeu-se em alguns pontos apenas mencionar superficialmente a discussão para, quem sabe, despertar interesse em alunos e pesquisadores por esses temas correlacionados a questão do desenvolvimento e muito importantes no contexto mundial.

Da mesma forma, é possível imaginar a variação dos resultados apresentados a partir da utilização de outras variáveis focais (as diferenças de grupos capacitários e da realização de funcionamentos num mesmo ambiente com relação a gênero; por exemplo) ou da aplicação dessa mesma variável focal – forma de acesso ao microcrédito – em outras regiões ou no ambiente urbano. Poder-se-ia esperar que num ambiente urbano, onde a produção de alimentos no núcleo familiar é quase inexistente, o microcrédito aparecesse como elemento fundamental para a manutenção do acesso aos alimentos.

Este trabalho apresentou apenas um enfoque bastante específico quanto à operacionalização da abordagem seniana. É preciso ampliar e testar esta possibilidade de percepção sobre o desenvolvimento nos mais diversos contextos.

Quanto à realidade pesquisada no município é preciso ainda fazer quatro observações que talvez possam ser identificadas também como sugestões de pesquisa.

Em termos gerais, parece importante perceber a existência da idéia de que a inovação no processo produtivo não está mais associada exclusivamente a aquisição de máquinas e equipamentos. Especialmente nos grupos de produtores das matrizes II e IV – famílias com acesso ao RS Rural e ao Microsol, respectivamente - foi possível perceber o cuidado ambiental como uma inovação desejada.

O Sistema Cresol conquistou uma forma de fidelidade com relação à instituição. Muitos produtores têm buscado associar-se à cooperativa, optando por utilizar os serviços bancários fornecidos por ela no lugar daqueles fornecidos por outros bancos.

Uma pesquisa detalhada com relação aos associados do Sicredi e à amplitude de serviços acessados através desta instituição, que foi feito de forma

incompleta neste trabalho – especialmente devido à forma de aplicação dos questionários -, certamente demonstraria resultados mais próximos da realidade deste grupo. É preciso estabelecer de forma mais precisa a realidade da realização dos funcionamentos.

Outra questão importante, que mesmo de certa forma já consolidada na literatura acredito ser importante, é a legitimidade social conquistada pelo Pronaf. O programa federal é visto quase como um direito e não se percebe na sociedade de maneira geral, debate sobre a necessidade ou não do Pronaf e sim sugestões de aperfeiçoamento. O programa é fundamental à manutenção das unidades de produção familiar, como este trabalho também demonstrou.

Ao longo desta seção final algumas limitações do trabalho já foram discutidas, entretanto é preciso ainda chamar a atenção do leitor para mais alguns pontos que merecem atenção durante a reflexão sobre esta pesquisa.

Em primeiro lugar, é preciso enfatizar que o recorte geográfico pode ser visto como uma simplificação da realidade em relação ao processo de desenvolvimento rural. Um processo de desenvolvimento é extra-municipal, não raramente envolve e atinge vários municípios vizinhos (migração diária devido ao estabelecimento de relações empregatícias, âmbitos regionais de discussão dos problemas, etc).

A sugestão neste caso é discutir e utilizar a noção de bacia hidrográfica, o que já é feito para a definição em relação a atuação geográfica de programas como o próprio RS Rural e o Pró-Guaíba. Ainda que ainda apresente algumas limitações, esse “passo adiante” parece ser fundamental para a compreensão dos processos de desenvolvimento.

Outra questão importante é o pouco contato com as instituições. Seria preciso para a compreensão do processo cotidiano, além do discurso institucional, muito mais do que dois ou três contatos com os responsáveis. O trabalho, quanto à caracterização das formas de acesso ao microcrédito, poderia ser melhor construído com uma maior participação no dia a dia das instituições, incluído aí o cotidiano do Escritório Municipal da EMATER.

A limitação teórica mais significativa foi estabelecida quando foi feita a opção de considerar todos os funcionamentos e grupos de capacitações como equivalentes em termos de ponderação. O risco de amenizar as diferenças existentes entre os

grupos foi assumido devido à falta de um estudo que garantisse, dentro da abordagem teórica que funcionamentos eram mais valorizados no contexto estudado e dentro da heterogeneidade percebida.

Quanto à teoria de uma maneira geral foi possível perceber a ambigüidade que tanto tem sido citada pelos críticos da teoria seniana. Que peso deve ser dado a um produtor que não utiliza os serviços de saúde e mesmo assim considera-os muito bom? Como ponderar a noção de conformidade nas situações observadas (como no caso de mulheres que não vêem nenhum tipo de problema em serem oprimidas pela presença masculina, quando os resultados demonstram que há sim expansão das capacitações dos membros da família de uma maneira geral quando há expansão de capacitações da mulher - esposa/mãe/filha - da família?).

Mesmo com essas e outras limitações que poderão ser apontadas a este trabalho, o objetivo foi o de utilizar a teoria seniana do desenvolvimento numa situação empírica e salientar a importância do microcrédito para a agricultura familiar. Espera-se ainda ter conseguido chamar a atenção quanto às diferentes formas de acesso aos recursos monetários e que é preciso atentar às necessidades e à demanda dos próprios agricultores.

A realização dos funcionamentos e a expansão das capacitações podem ser influenciadas, e mais ainda, aumentadas pelas diferentes políticas públicas. Da mesma forma, é preciso conhecer o público que se pretende atingir pois o próprio resultado da política corresponde ao uso efetivo das capacitações participativas destes agentes.

É preciso atentar para novas percepções sobre o desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi o de chamar a atenção para um desses “novos olhares”. Espera-se despertar a atenção de pesquisadores no sentido de aperfeiçoar a compreensão sobre o enfoque seniano e sobre o processo de desenvolvimento rural.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José E. **Novas Instituições para o desenvolvimento Rural: o caso do PRONAF.** Brasília, IPEA. 1998. (Texto para discussão: 641)

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada.** V. 4, n 2, abril/junho 2000.

_____. **Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro.** São Paulo/ Recife. 2001(a). (mimeo.).

_____. **Microcrédito e desenvolvimento territorial.** São Paulo. Versão preliminar 2001(b). (mimeo.).

BAVARESCO, Pedro A. **Diagnóstico sócio-Econômico dos agricultores do município de Constantina – Rio Grande do Sul.** Relatório CETAP. Agosto, 1994.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil.** Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas. 2003.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** EDUNISC. Santa Cruz, 1999.

BURIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis. 1999.

CAPORAL, Francisco R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil (Una aproximación histórico-crítica a la extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante).** Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História, ISEC – ETSIAM, Universidade de Córdoba. Córdoba, Espanha. 1998.

CAZELLA, A.A.; MATTEI, L. F.; DELGADO, N.G. **A gestão do Pronaf Infra-estrutura e serviços pelos conselhos municipais de desenvolvimento rural: evidências sobre o estado de Santa Catarina.** In Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 40. Passo Fundo, 2002. Anais.

CMMAD. **Nosso futuro comum.** 2ª ed. Editora FGV; Rio de Janeiro, 1991.

COMIM, Flávio. **Operationalizing Sen's Capability Approach.** Texto preparado para a conferência: *Justice and poverty: examining Sen's Capability Approach*, Cambridge. Junho 2001. Disponível < <http://www.stedmunds.cam.ac.uk/uhi/sen/papers/comin.pdf>. Acesso em 14 out. 2002.

CONSTANTINA – RS: Histórico do Município de Constantina 1900 – 1984. Prefeitura Municipal de Constantina. Mimeo.1984.

SISTEMA CRESOL. **O crédito da Agricultura Familiar**. Folheto. 2002

DESER. Pobreza rural, microfinanciamento e construção de cidadania. **Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Ano 1. Nº 1. 2001.

DIESEL, Vivien; RAUPP, André; SCHEIBLER, Juliana; SILVEIRA, Paulo Roberto C. **Fundos Rotativos Municipais de Crédito e Desenvolvimento Rural – o caso de Santa Maria**. 2001. (mimeo).

EMATER. **Diagnóstico da Realidade Municipal Escritório Municipal da EMATER Constantina**. 2002. (mimeo).

EMATER. **Relatório Trimestral de Ações Sociais e Econômicas. Escritório Municipal de Constantina**. Outubro-Dezembro. 2002.

EMATER. **RS Rural - Carta de Intenções**. Constantina. Mimeo. 2001.

EMATER. **Uso, manejo e conservação do solo – técnicas integradas**. 2ª edição. Porto alegre. 1995.

FEE. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. Vol. 30. 1998. Disponível através de CD.

FEE. **Índice Social Municipal Ampliado para o Rio grande do Sul (1991-1996)**. Porto Alegre, 2000.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando G.; GARCIA, Ronaldo C. **Avanços e Problemas: O Pronaf visto de baixo**. In Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 40. Passo Fundo, 2002. Anais.

GASQUES, José G; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina. P.R. Financiamento da agricultura – experiências e propostas. In GASQUES, J; CONCEIÇÃO, J (org.) **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA. 2001. P.96 – 153.

GASPER, Des. **Is the Capability Approach an adequate basis for considering human development?** Disponível < <http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/senprogram1.html>. Acesso em 03.jun.2002.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. **O inquérito – teoria e prática**. Oeiras, Portugal: Celta Editora. 1997.

INCRA/FAO. **O novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto**. Convênio de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro. 1998.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro.

Introdução ao Microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

JENSEN, Hans E. **Amartya Sen as a Smithesquely Worldly Philosopher: Or Who Needs Sen When We Have Smith?** Disponível < <http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/sen/papers/jensen.pdf>. Acesso em 03.jun. 2002.

JUNQUEIRA, Rodrigo. **Finanças solidárias e desenvolvimento local sustentável: o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária.** *In* Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 40. Passo Fundo, 2002. Anais.

LACKI, Polan. **Buscando soluciones para la crisis del agro: ¿En la ventanilla del banco, o en el pupitre de la escuela?** Texto produzido para a Oficina Regional da FAO para a América Latina e o Caribe. Santiago, Chile. 1995.

LAMARCHE, H. (coord.) **Agricultura Familiar.** Campinas. Unicamp. 1993.

MANTESE, Gustavo Di G. **Microcrédito: seu impacto em equidade, eficiência e desenvolvimento humano.** Monografia apresentada a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

O MICROCRÉDITO sustentável e solidário. Revista Sistema Cresol nº 23. 2000.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados.** V.16, n 44, 2002. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.

ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA F^o, Niemeyer. **As múltiplas dimensões do desenvolvimento capitalista: a relevância e a forma do rural.** *In* Congresso Brasileiro da Sociedade de Economia e Sociologia Rural, 40. Passo Fundo, 2002. Anais.

PNUD. **Manual de Crédito Rural – 10.** PRONAF. 2001. Disponível < <http://www.faespsenar.com.br/faesp/economico/Noticias%20creditorural/Resolucao2.942.htm>. Acesso em 12. jan. 2003.

PRETTO, José M. (org.). **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RAMACHANDRAN, V.K; SWAMINATHAN, Madhura. Rural Banking and Landless Labour Households: Institutional Reform and Rural Credit Markets in Índia. **Journal of Agrarian Change.** V. 2. n 4. October 2002. P. 502-544. Danvers, USA.

ROBINSON, Marguerite S. **The microfinance revolution: sustainable finance for the poor.** Banco Mundial. Washington/USA. 2001.

SAA (Secretaria de Agricultura e Abastecimento RS). **RS Rural: Combate a pobreza e manejo e conservação de recursos naturais.** Disponível < <http://www.agricultura.rs.gov.br/rsrural>. Acesso em 13 ago. 2002.

_____. **RS Rural: Suplemento do Manual Operativo – volume II.** Porto Alegre. 2001

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo. **Crítica Metodológica e Tipologia dos Municípios Gaúchos com Base em Indicadores Sócio-Econômicos**. Relatório de Consultoria Técnica. Relatório. 2000.

SCHRÖDER, Mônica. **A sustentabilidade das organizações de crédito da agricultura familiar: um olhar para além das variáveis econômicas e financeiras**. *In* Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 40. Passo Fundo, 2002. Anais.

SEN, Amartya Kumar. **Capacidad y Bienestar**. Disponível < <http://www.eumed.net/coursecon/economistas/index.html>. Acesso em 11. jun. 2002

_____ **O desenvolvimento como expansão das capacitações**. **Lua Nova**. São Paulo, CEDEC, n 28, 1993.

_____ **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

_____ **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

_____ Sobre conceptos y medidas de pobreza. **Comércio Exterior**. V. 42; n 4. México. Abril de 1992.

_____ **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora UNICAMP. 1996.

TALAMINI, Edson; MONTROYA, Marco Antonio. **O crédito agrícola na região da produção: informalidade “versus” formalidade**. *In* Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Passo Fundo, 2002. Anais.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática. 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A ROTEIRO DA ENTREVISTA FEITA NA INSTITUIÇÃO	157
APÊNDICE B QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS	159
APÊNDICE C VARIÁVEIS ORGANIZADAS NA MATRIZ GERAL	166
APÊNDICE D ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONAMENTOS AOS CÓDIGOS NUMÉRICOS: ALGUNS DADOS OBTIDOS NOS QUESTIONÁRIOS.....	168

APÊNDICE A ROTEIRO DA ENTREVISTA FEITA NA INSTITUIÇÃO

1. Identificação do questionário:

1.1 () Pronaf () RS Rural () Sistema Cresol () Sicredi

1.2 Data:

1.3 Nome do entrevistado:

1.4 Cargo:

1.5 Há quanto tempo trabalha na instituição:

2. Histórico da instituição (Sicredi / Sistema Cresol) ou programa (Pronaf/RS Rural):

2.1 Ano de fundação da instituição/ Criação do programa:

2.2 Município/Estado em que a instituição foi fundada:

2.3 Motivo/razão principal para a criação da instituição:

2.4 Principais dificuldades na época do início dos trabalhos:

2.5 Primeiros produtos/serviços oferecidos pela instituição:

2.6 Estrutura Organizacional:

2.7 Estados brasileiros em que a instituição está presente:

2.8 Quantidade de municípios são atendidos pela instituição:

2.9 Quantidade de postos de atendimento existentes atualmente total/

Constantina :

2.10 Quantidade de pessoas atendidas pela instituição/programa no seu total de agências/ em Constantina :

3. Discurso Institucional:

3.1 Missão da instituição:

3.2 Principais objetivos institucionais:

3.3 Quantidade de funcionários total/ em Constantina:

3.4 Tipo de participação dos funcionários:

4. Público-alvo:

4.1 Características do público-alvo da instituição (gênero, faixa de idade, escolaridade etc):

4.2 Percepção sobre a atuação no município:

- 4.3 Vantagens da presença da instituição neste município:
- 4.4 Dificuldades para atendimento da população local:
- 5. Microcrédito na instituição:
 - 5.1 Conceito de microcrédito para a instituição:
 - 5.2 Surgimento da necessidade do microcrédito: quando, por quê:
 - 5.3 Tipos de microcrédito
 - 5.4 Responsáveis pela operacionalização dos empréstimos:
 - 5.5 Quantidade de pessoas/famílias atendidas pelo microcrédito:
 - 5.6 Exigências para a participação no programa:
 - 5.7 Exigência de garantias:
 - 5.8 Demanda de pessoas ainda não atendidas:
 - 5.9 Atividades que recebem microfinanciamento:
 - 5.10 Facilidades para determinadas atividades:
 - 5.11 Taxa de juros do microcrédito:
 - 5.12 Definição da taxa de juros:
 - 5.13 Valor médio dos empréstimos:
 - 5.14 Prazo dos empréstimos:
 - 5.15 Taxa de inadimplência:
 - 5.16 Volume total de recursos concedidos através do microcrédito:
 - 5.17 Origem dos recursos:
 - 5.18 Quantidade total de contratos de microcrédito realizados:
 - 5.19 Outras modalidades de financiamentos operacionalizados na instituição/
programa:
- 6. Outros serviços oferecidos através da instituição/programa
 - 6.1 Vinculados ao microcrédito
 - 6.2 Não vinculados ao microcrédito.
- 7. Outras atividades (culturais, sociais, ambientais ...) desenvolvidas pela instituição no município:
 - 7.1 Para seus agentes
 - 7.2 Para a população em geral.
- 8. Outras informações relevantes não abordadas:

APÊNDICE B QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS

Microcrédito: instrumento de desenvolvimento rural

Questionário - Participantes dos grupos de microcrédito

Grupo:

Nome do entrevistado: _____

Contato: _____

01) Que tipo de mão-de-obra é utilizado na propriedade?

Tipo	Quantas pessoas?	Quando é necessário contratação (durante todo o ano, durante a colheita ...)?
Familiar		
Contratada Permanente		
Contratada Temporária		

02) Quantas pessoas da família moram na unidade familiar de produção?

03) Quantas pessoas da família (ascendência e descendência direta) não moram na unidade familiar de produção? Por quê?

04) Existe algum problema relacionado à alimentação da sua família na unidade de produção? Qual?

05) Na sua opinião a qualidade de alimentação da sua família pode ser classificada como:

() Muito Boa () Regular () Insatisfatória

06)

Área total do estabelecimento:	Área (ha)			
	Própria	Em parceria	De terceiro	Para terceiro

07) Produção:

Na propriedade existe: () pomar () horta

Produto	Destino da produção			Valor obtido com a venda da produção
	Consumo Familiar	Insumo	Venda	

08) Que tipo de alimento é preciso comprar fora da propriedade?

09) Quais e quando foram introduzidos alguns tipos de inovações?

10) A propriedade tem acesso a água dentro da residência?

Sim Não *Se não:* Como é o acesso a água?

11) Há sistema de esgoto na propriedade?

Sim Não *Se não:* Como são tratados os dejetos?

12) Que tipo de problema há na sua residência?

13) Quais são os planos para a solução deste problema? O(a) senhor (a) acha que o crédito pode ajudar a solucioná-lo?

14) Quantos banheiros existem na residência? Que tipo de banheiro?

15) Já houve algum problema relacionado à residência ou às condições físicas da propriedade que pode ser solucionado com a utilização de recursos provenientes de uma operação de crédito? Qual?

Sim Não

16) Quantos membros da família votaram:

- na última eleição (2002 para governo estadual e presidência)?

Todos em idade de votação

Algum membro da família, mesmo em condições de votar, não votou

Não houve participação na eleição

- na penúltima eleição (2000 para prefeitura)?

Todos em idade de votação

Algum membro da família, mesmo em condições de votar, não votou

Não houve participação na eleição

17) Algum membro da família participa de algum tipo de movimento político (partidos, STR, Igreja, OP, CMDR, outros)?

Sim Não *Se sim:* Quem e com que frequência?

23) Há algum plano de utilizar o crédito para comprar um novo bem ou trocar/ consertar algum bem da residência?

Sim Não *Se sim:* Que tipo de bem e daqui a quanto tempo?

24) Quantas pessoas da família têm acesso a programas de crédito? Quem e que tipo de crédito e há quanto tempo?

25) Para que foi utilizado o recurso obtido através do crédito?

26) O acesso ao crédito garantiu acesso a algum tipo de serviço bancário? Que tipo?

Sim, novos serviços Sim, serviços já utilizados Não

Se: Sim, serviços já utilizados: Como o senhor tinha acesso a esse serviço?

27) Houve alguma situação em que o crédito foi utilizado para saldar dívidas anteriores?

Sim Não *Se sim:* De que tipo? O recurso foi suficiente?

28) A unidade de produção tem acesso a outras fontes de financiamento que não o(s) programa(s) pelo qual foi selecionado para a amostra?

Sim Não

29) Qual o total da dívida atual da propriedade hoje?

30) Em que tipo de programas essa dívida foi adquirida?

31) Qual o montante devido a programas de crédito?

32) Há planos de realizar novas operações de crédito?

Sim Não *Se sim:* Com que finalidade?

33) Quais são as principais vantagens e as principais desvantagens do crédito em relação às outras formas de financiamento?

34) Existe alguma criança em idade escolar na unidade de produção que esteja fora da escola?

Sim Não *Se sim:* Por quê?

36) Houve no último ano algum caso de doença significativo na família?

Sim, constante Sim, excepcional Não

Se *sim, constante*: Qual é o tipo de problema e que tipo de acompanhamento necessita?

37) Como você considera o acesso da sua família a serviços de saúde:

Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

38) Em algum momento o recurso do crédito precisou ser utilizado para uma emergência de saúde na família?

Sim Não

39) A que tipo de transporte à família tem acesso?

Ônibus escolar

Ônibus intermunicipal

Ônibus municipal

Tem veículo próprio

Depende de carona

Outros. Quais?

40) Como você considera o acesso da sua família a serviços de transporte:

Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

41) O crédito foi utilizado alguma vez para aquisição de meio de transporte ou solução de problema com relação a deslocamentos?

Sim Não

42) Quais são os principais meios de acesso a informação?

Televisão

Rádio

Jornais. Quais?

Revistas. Quais?

Internet.

43) O acesso ao crédito pode contribuir para o aumento de meios de acesso à informação?

Sim Não

44) Quais são as principais atividades de lazer da família?

45) Como você considera o acesso da sua família ao lazer?

Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

46) O acesso ao crédito contribuiu de alguma forma para o aumento das possibilidades de lazer da família (festas, reuniões ...)?

Sim Não Se *sim*: Como?

47) Com que instituições a família estabelece relações regulares (igreja, prefeitura, bancos, ...)?

- 48) Que tipo de problema já ocorreu no relacionamento com instituições?
- 49) Em caso de emergência, a família:
- recebe ajuda das demais famílias da comunidade
 - recebe ajuda de instituição governamental. Qual?
 - recebe ajuda de instituição não-governamental Qual?
 - ajuda as demais famílias da comunidade.
- 50) A unidade de produção ou algum membro da família tem algum tipo de seguro?
- Sim Não *Se sim: Qual?*
- 51) Quais são os principais tipo de problemas ambientais percebidos pelo(a) senhor(a) na propriedade, no município e na região?
- 52) O que o(a) senhor(a) faz ou pode fazer para combatê-lo?
- 53) A instituição responsável pelo crédito forneceu alguma oportunidade de acesso a conhecimento sobre proteção ambiental (seminários, cursos, palestras etc)?
- Sim Não
- 54) Que tipo de agrotóxico é utilizado e para que tipo de produção?
- 55) Que tipo de adubo é utilizado na propriedade?
- 56) Que tipo de tratamento ocorre em relação ao meio ambiente no seu processo de produção? Alternativas:
- Compostagem
 - Manejo Agroecológico.
 - Utilização de adubo orgânico
 - Utiliza práticas orgânicas.
 - Utiliza queimada.
 - Utiliza plantio direto.
 - Lavra a terra todo o ano.
 - Pratica rotação de cultura
 - Eliminação dos resíduos suínos através de um esterqueira.
 - Outros cuidados. Quais?
- 57) Algum recurso do crédito foi utilizado para a promoção de algum cuidado especial com o meio ambiente?
- Sim Não
- Se sim: Quais cuidados?*

58) Há separação de lixo na propriedade?

Sim Não

59) Quais são os planos da família para o próximo ano?

60) O(a) senhor(a) acha que os jovens / as crianças que moram hoje na propriedade terão condições de permanecer na propriedade? Com as mesmas atividades? Com outras atividades? Quais?

Sim Não

61) O (a) senhor (a) acha que o acesso ao crédito será importante para a realização destes planos? Por quê?

Sim Não

62) Quais são os “sonhos” (projetos, desejos) dos membros da unidade familiar?

63) Por fim, quanto ao crédito obtido, para que ele foi utilizado e quais são seus comentários sobre o sistema de crédito?

APÊNDICE C VARIÁVEIS ORGANIZADAS NA MATRIZ GERAL

- 1) Área do estabelecimento produtivo;
- 2) Quantidade de pessoas morando na residência;
- 3) Tipo de microcrédito a que tem acesso;
- 4) Tipo de mão-de-obra utilizada;
- 5) Quantidade de pessoas da família que trabalhavam na produção agrícola do estabelecimento;
- 6) Quantidade de filhos fora da propriedade;
- 7) Existência de problemas na alimentação da família;
- 8) Percepção sobre a qualidade de alimentação;
- 9) Produtos de subsistência originados da propriedade;
- 10) Produtos comercializados;
- 11) Alimentos adquiridos fora da propriedade;
- 12) Introdução ou não de inovações;
- 13) Acesso da residência à água;
- 14) Acesso da residência ao tratamento de esgoto;
- 15) Existência de banheiro na residência;
- 16) Tipo de problemas identificados na propriedade;
- 17) Participação da família nas duas últimas eleições;
- 18) Participação da família em movimentos sociais;
- 19) Condições de sustentabilidade econômica¹⁴⁸;
- 20) Formas de comercialização;
- 21) Acesso a bens duráveis;
- 22) Acesso a máquinas de produção;
- 23) Integrantes da família com acesso ao crédito;
- 24) Oportunidade de acesso a novos serviços bancários;
- 25) Vantagens dos programas de microcrédito a que tem acesso;
- 26) Desvantagens dos programas de microcrédito a que tem acesso;
- 27) Acesso à educação;
- 28) Acesso a serviços de saúde;
- 29) Acesso ao transporte;

¹⁴⁸ Indicado a partir de ingressos monetários e custos declarados.

- 30) Acesso à informação;
- 31) Acesso ao lazer;
- 32) Instituições com que a família se relaciona;
- 33) Ocorrência de problemas com instituições;
- 34) Percepção sobre a solidariedade;
- 35) Existência de algum tipo de seguro;
- 36) Problemas ambientais percebidos;
- 37) Tipo de agrotóxico utilizado na produção;
- 38) Tipo de adubo utilizado na propriedade;
- 39) Eliminação dos resíduos dos suínos;
- 40) Cuidados com o meio ambiente;
- 41) Forma de tratamento do lixo;
- 42) Utilização do microcrédito;
- 43) Planos para o futuro da família;
- 44) Percepção sobre o destino dos filhos.

APÊNDICE D ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONAMENTOS AOS CÓDIGOS
 NUMÉRICOS: ALGUNS DADOS OBTIDOS NOS
 QUESTIONÁRIOS¹⁴⁹

Tabela 07 Dados componentes de F1 e F2

Matriz/ Produtor	Moradores da residência (quant. de pessoas)	Mão-de- obra familiar (quant. de pessoas)	Mão-de-obra contratada (quant. de pessoas)	F1	Filhos		F2
					No estabelecimento	Fora do estabelecimento	
I-1	7	2	Não contrata	0,5	1	3	0,5
I-2	3	2	2	0,5	1	2	0,5
I-3	4	2	2	0,5	2	2	0,5
I-4	6	2	Não contrata	1	4	0	1
I-5	4	2	1	0,5	1	2	0,5
I-6	7	4	Não contrata	1	4	0	1
I-7	4	2	Não contrata	1	2	1	0,5
I-8	6	2	Não contrata	0,5	2	6	0,5
I-9	5	5	2	0,5	3	0	1
I-10	3	3	Não contrata	1	1	2	0,5
I-11	3	1	Não contrata	1	1	2	0,5
I-12	3	3	Não contrata	1	1	0	1
II-1	6	2	Não contrata	0,5	0	4	0
II-2	4	2	Não contrata	1	2	0	1
II-3	2	2	2	0,5	2	2	0,5
II-4	2	2	Não contrata	1	0	2	0
II-5	6	5	Não contrata	1	3	1	0,5
II-6	4	4	Não contrata	1	2	0	1
II-7	4	3	Não contrata	1	2	1	0,5
II-8	4	1	1	0,5	1	1	0,5
II-9	6	4	Não contrata	1	1	5	0,5
II-10	6	2	Não contrata	0,5	3	0	1
II-11	6	6	Não contrata	1	0	7	0
III-1	4	2	1	0,5	2	0	1
III-2	4	4	2	0,5	2	0	1
III-3	7	3	Não contrata	0,5	2	1	0,5
III-4	4	3	Não contrata	1	2	0	1
III-5	4	4	Não contrata	1	0	2	0
III-6	4	2	Não contrata	1	2	1	0,5
IV-1	3	3	Não contrata	1	1	2	0,5
IV-2	4	4	Não contrata	1	2	0	1
IV-3	8	2	4	0	2	4	0,5
IV-4	3	2	Não contrata	1	1	1	0,5
IV-5	3	2	1	0,5	1	2	0,5
IV-6	5	5	Não contrata	1	3	0	1
IV-7	3	2	Não contrata	1	1	0	1
Média	4,47	2,75	1,80	0,78	1,75	1,36	0,65

Fonte: Elaborada pela autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003

¹⁴⁹ Não foram detalhados os funcionamentos que permitissem a identificação do produtor no município.

Tabela 08 Dados componentes de F 4 e F 13

Matriz/ produtor	Produção da UFP*	Quant. itens	F4**	Produção comercializada	Formas de comercialização	F13
I – 1	Pomar, horta, milho, soja, leite, porco, galinha	7	1	Milho, soja, leite, suínos, galinha	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	0,5
I – 2	Soja, milho, feijão, leite, trigo	5	0,5	Soja, milho, feijão, leite	Entrega em intermediário da comunidade	0
I – 3	Pomar, horta, soja, milho queijo	5	0,5	Soja, milho e queijo	Participa da feira agroecológica e entrega nas cooperativas	1
I – 4	Pomar, horta, soja, feijão milho, leite, carne	7	1	Soja	Entrega em intermediário da comunidade	0
I – 5	Pomar, horta, soja, milho, feijão, leite, carne, galinha, ovos	9	1	Soja, milho	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	0,5
I – 6	Pomar, horta, leite, soja, feijão, galinha, ovos, milho, porco	9	1	Leite, soja e feijão	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	0,5
I – 7	Pomar, horta, porco, galinha, ovos, soja, milho, feijão, leite	9	1	Soja e leite	Entrega nas cooperativas	0,5
I – 8	Pomar, horta, milho, galinha, leite, ovos	6	0,5	Milho	Entrega em intermediário da comunidade	0
I – 9	Soja, milho, galinha, porco, ovos	5	0,5	Soja	Entrega em intermediário da comunidade	0
I – 10	Pomar, horta, soja, trigo, milho, peixe, suíno, galinha, leite, ovos	10	1	Soja, trigo, milho, peixe	Entrega na cooperativa e para consumidores diretamente	0,5
I – 11	Pomar, horta, soja, milho, feijão, trigo, mandioca, batata doce, ovos, leite, porco, galinha	12	1	Soja, feijão, trigo (milho só se sobra)	Entrega nas cooperativas	0,5
I – 12	Pomar, horta, soja, milho, leite, galinha, porco, ovos	8	1	Soja, milho e trigo	Entrega nas cooperativas	0,5
II – 1	Pomar, horta, soja, milho, trigo	5	0,5	Soja, milho, trigo	Entrega nas cooperativas	0,5
II – 2	Pomar, horta, milho, soja, feijão, batata-doce, cebola, batata	8	1	Milho, soja	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	0,5
II – 3	Pomar, horta, milho, soja, mandioca, ovos, batata, galinha	8	1	Soja	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	0,5
II – 4	Pomar, horta, soja orgânica, milho, cana -de açúcar	5	0,5	Soja, cana-de-açúcar	Entrega na cooperativa e na agroindústria	0,5
II – 5	Pomar, horta, queijo, porco, soja, milho, trigo	7	1	Queijo, soja, milho, trigo	Participa de feiras e entrega nas cooperativas	1
II – 6	Horta, soja, milho, cana-de-açúcar, porco, galinha, ovos, leite, queijo, feijão	10	1	Soja, cana-de-açúcar	Entrega na cooperativa e para consumidores diretamente	0,5
II – 7	Pomar, horta, milho, feijão	4	0,5	Hortaliças	Participa da feira agroecológica e entrega direto na casa dos consumidores	0,5
II – 8	Pomar, horta, soja, milho, porco, galinha, leite	7	1	Soja	Entrega em intermediário da comunidade	0

(continua)

Tabela 08 Continuação

Matriz/ produtor	Produção da UFP*	Quant. itens	F4**	Produção comercializada	Formas de comercialização	F13
II – 9	Pomar, horta, milho, soja, cana-de-açúcar, mandioca, batata, feijão, arroz, porco	10	1	Milho, cana-de-açúcar, soja, suíno	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	0,5
II – 10	Pomar, horta, feijão, milho, soja orgânica, mandioca, porco, galinhas, leite, ovos, açúcar mascavo	11	1	Soja orgânica e açúcar mascavo	Entrega na cooperativa e na agroindústria	0,5
II – 11	Pomar, horta, milho, soja, feijão, batata, mandioca	7	1	Soja	Entrega em intermediário da comunidade	0
III – 1	Pomar, horta, uva, soja, milho, trigo	6	0,5	Soja, milho	Entrega nas cooperativas	0,5
III – 2	Pomar, horta, milho, soja, trigo, galinha, porco, leite	8	1	Soja, milho, trigo	Entrega nas cooperativas	0,5
III – 3	Horta, soja, milho, galinha, trigo, arroz, porco, leite	8	1	Soja, trigo, suíno, leite	Entrega nas cooperativas ou em um intermediário da comunidade	1
III – 4	Horta, soja, milho, trigo, feijão, leite	6	0,5	Soja, milho, trigo, leite	Entrega nas cooperativas	0,5
III – 5	Pomar, horta, laranja, soja, milho	5	0,5	Laranja, soja e milho	Entrega nas cooperativas e participa de feiras	0,5
III – 6	Pomar, horta, soja, milho, suíno	5	0,5	Soja, e milho	Entrega nas cooperativas	0,5
IV – 1	Horta, soja, trigo, feijão, leite, queijo, conservas	7	1	Soja, leite, queijo, conservas	Participa da feira agroecológica e entrega nas cooperativas	1
IV – 2	Pomar, horta, feijão, milho, leite, soja, açúcar mascavo, amendoim, mandioca, batata doce, porco, galinha, ovo	12	1	Milho, leite, soja	Entrega nas cooperativas	0,5
IV – 3	Pomar, horta, soja, milho, feijão, arroz, mandioca, batata doce, carne, açúcar mascavo, leite, ovos, salame.	13	1	Soja, milho, ovos, leite	Entrega nas cooperativas e vende direto ao consumidor	1
IV – 4	Pomar, horta, soja, milho, leite	5	0,5	Soja, milho, leite	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	1
IV – 5	Pomar, horta, soja, leite, milho, galinha, porco, ovos, mandioca, mel, batata, laranja	12	1	Soja e leite	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	1
IV – 6	Pomar, horta, feijão, milho, soja, leite	6	0,5	Milho, Soja, Leite	Entrega na cooperativa ou em um intermediário da comunidade	1
IV – 7	Pomar, horta, batata, mandioca, leite, soja, milho	7	1	Laranja, bergamota, leite, soja	Entrega nas cooperativas e vende direto ao consumidor	1

*UFP: Unidade de Produção Familiar

**A média foi arredondada, visto que a quantidade de produtos precisa ser considerada como um número inteiro. Nesse sentido, fica estabelecida a quantidade de 7 itens listados como média da variedade de itens.

Fonte: Elaboração da autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003

Tabela 09 Dados componentes de F11 e F12

Matriz/ produtor	Residência				Produção				Valor associado ao F11	Total Geral		Valor associado ao F12
	Entradas monetárias não referente à produção agropecuária (anual em R\$)			Manutenção da residência (anual em R\$) - Luz, água, alimentação e combustível	Receita da produção (anual em R\$)			Custo da produção (anual em R\$) - Insumos e pagamento de financiamento para a produção		Entrada monetária (anual em R\$)	Custo (anual em R\$)	
	Aposentadoria, pensão e auxílios do governo federal (bolsa-escola)	Salários	Total		Grãos (soja e milho)	Outros produtos (leite e derivados; hortaliças, etc)	Total					
I - 1	5.760,00	0,00	5.760,00	6.000,00	8.100,00	6.000,00	14.100,00	9.000,00	1	19.860,00	15.000,00	1
I - 2	0,00	0,00	0,00	1.200,00	9.500,00	500,00	10.000,00	4.160,00	1	10.000,00	5.360,00	1
I - 3	4.860,00	18.000,00	22.860,00	1.800,00	3.000,00	2.000,00	5.000,00	3.500,00	1	27.860,00	5.300,00	1
I - 4	0,00	0,00	0,00	840,00	3.000,00	2.400,00	5.400,00	2.600,00	1	5.400,00	3.440,00	1
I - 5	0,00	0,00	0,00	3.600,00	10.000,00	0,00	10.000,00	6.600,00	1	10.000,00	10.200,00	0
I - 6	5.760,00	0,00	5.760,00	1.440,00	10.000,00	5.000,00	15.000,00	10.000,00	1	20.760,00	11.440,00	1
I - 7	0,00	0,00	0,00	2.400,00	3.000,00	4.320,00	7.320,00	3.500,00	1	7.320,00	5.900,00	1
I - 8	10.320,00	0,00	10.320,00	1.200,00	1.200,00	0,00	1.200,00	2.380,00	0	11.520,00	3.580,00	1
I - 9	0,00	0,00	0,00	1.800,00	6.000,00	0,00	6.000,00	4.200,00	1	6.000,00	6.000,00	1
I - 10	4.800,00	0,00	4.800,00	1.800,00	16.600,00	3.400,00	20.000,00	15.000,00	1	24.800,00	16.800,00	1
I - 11	2.880,00	0,00	2.880,00	1.200,00	4.000,00	6.000,00	10.000,00	2.400,00	1	12.880,00	3.600,00	1
I - 12	0,00	0,00	0,00	720,00	10.000,00	2.000,00	12.000,00	5.800,00	1	12.000,00	6.520,00	1
II - 1	0,00	0,00	0,00	2.400,00	10.000,00	3.000,00	13.000,00	7.000,00	1	13.000,00	9.400,00	1
II - 2	3.240,00	0,00	3.240,00	8.400,00	7.880,00	0,00	7.880,00	5.000,00	1	11.120,00	5.840,00	1
II - 3	0,00	0,00	0,00	756,00	9.000,00	0,00	9.000,00	7.000,00	1	9.000,00	7.756,00	1
II - 4	0,00	0,00	0,00	1.200,00	2.000,00	800,00	2.800,00	2.100,00	1	2.800,00	3.300,00	0
II - 5	0,00	0,00	0,00	1.200,00	9.000,00	5.000,00	14.000,00	8.400,00	1	14.000,00	9.600,00	1
II - 6	0,00	0,00	0,00	1.560,00	5.000,00	0,00	5.000,00	3.600,00	1	5.000,00	5.160,00	0
II - 7	0,00	0,00	0,00	2.760,00	0,00	7.200,00	7.200,00	2.180,00	1	7.200,00	4.940,00	1
II - 8	4.800,00	0,00	4.800,00	4.800,00	8.000,00	0,00	8.000,00	5.800,00	1	12.800,00	10.600,00	1

(continua)

Tabela 09 Continuação

Produtor	Residência			Produção				Valor associado ao F11	Total Geral		Valor associado ao F12	
	Entradas monetárias não referente à produção agropecuária (anual em R\$)			Manutenção da residência (anual em R\$) - Luz, água, alimentação e combustível	Receita da produção (anual em R\$)				Custo da produção (anual em R\$) - Insumos e pagamento de financiamento para a produção	Entrada monetária (anual em R\$)		Custo (anual em R\$)
	Aposentadoria, pensão e auxílios do governo federal (bolsa-escola)	Salários	Total		Grãos (soja e milho)	Outros produtos (leite e derivados; hortaliças, etc)	Total					
II - 9	5.760,00	0,00	5.760,00	720,00	5.000,00	2.000,00	7.000,00	8.400,00	0	12.760,00	9.120,00	1
II - 10	2.880,00	0,00	2.880,00	4.800,00	4.000,00	600,00	4.600,00	800,00	1	7.480,00	1.280,00	1
II - 11	4.800,00	0,00	4.800,00	4.800,00	3.000,00	0,00	3.000,00	5.000,00	0	7.800,00	5.480,00	1
III - 1	0,00	0,00	0,00	1.320,00	7.000,00	0,00	7.000,00	3.600,00	1	7.000,00	4.920,00	1
III - 2	0,00	0,00	0,00	1.800,00	8.000,00	1.000,00	9.000,00	7.500,00	1	9.000,00	9.300,00	0
III - 3	8.640,00	0,00	8.640,00	4.320,00	21.600,00	1.920,00	23.520,00	16.500,00	1	32.160,00	20.820,00	1
III - 4	0,00	0,00	0,00	3.608,00	20.800,00	9.500,00	30.300,00	9.900,00	1	30.300,00	13.508,00	1
III - 5	0,00	0,00	0,00	1.200,00	6.400,00	4.000,00	10.400,00	5.600,00	1	10.400,00	6.800,00	1
III - 6	0,00	0,00	0,00	1.020,00	6.000,00	0,00	6.000,00	5.000,00	1	6.000,00	6.020,00	0
IV - 1	0,00	0,00	0,00	960,00	9.000,00	4.200,00	13.200,00	7.700,00	1	13.200,00	8.660,00	1
IV - 2	0,00	0,00	0,00	720,00	5.600,00	2.520,00	8.120,00	11.000,00	0	8.120,00	11.720,00	0
IV - 3	4.800,00	0,00	4.800,00	1.680,00	30.000,00	3.600,00	33.600,00	25.040,00	1	38.400,00	26.720,00	1
IV - 4	0,00	0,00	0,00	1.020,00	3.240,00	1.200,00	4.440,00	3.000,00	1	4.440,00	4.020,00	1
IV - 5	0,00	0,00	0,00	840,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	18.000,00	1	20.000,00	18.840,00	1
IV - 6	2.880,00	0,00	2.880,00	1.800,00	7.000,00	12.000,00	19.000,00	7.600,00	1	21.880,00	9.400,00	1
IV - 7	0,00	0,00	0,00	1.440,00	2.000,00	4.200,00	6.200,00	7.000,00	0	6.200,00	8.440,00	0
Média				1.747,89		---		6.996,11	0,86	13.290,56	8.744,00	0,81

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

Tabela 10 Dados componentes de F25 e F26

Matriz - Produtor	Meio de Transporte				F25	Conceito atribuído	F26
	Veículo Próprio	Ônibus Escolar Diário	Ônibus Municipal				
			Diário	Semanal			
I - 1	X	X	X	X	1	Muito Bom	1,0
I - 2	-	X	-	-	0,5	Muito Bom	1,0
I - 3	X	-	-	-	0,5	Insatisfatório	0,0
I - 4	-	X	X	X	1	Muito Bom	1,0
I - 5	-	X - 1 km	-	X - 2	0,5	Insatisfatório	0,0
I - 6	-	-	X	-	0,5	Muito Bom	1,0
I - 7	X	X	X	-	1	Satisfatório	1,0
I - 8	-	X	X	-	1	Muito Bom	1,0
I - 9	-	X	X	-	1	Satisfatório	0,5
I - 10	X	-	X	-	1	Muito Bom	1,0
I - 11	X	X	X	-	1	Muito Bom	1,0
I - 12	X	-	X	-	1	Satisfatório	0,5
II - 1	X	- **	-	-	0,5	Satisfatório	0,5
II - 2	-	X - 2 km	-	-	0,5	Insatisfatório	0,0
II - 3	X	X - 2 km	-	X - 1	0,5	Satisfatório	0,5
II - 4	X	-	-	X - 1	0,5	Insatisfatório	0,0
II - 5	X	X	-	-	1	Satisfatório	0,5
II - 6	-	X	-	X - 2	0,5	Satisfatório	0,5
II - 7	X	X	X - 1 km	-	1	Satisfatório	0,5
II - 8	-	X	-	-	0,5	Satisfatório	0,5
II - 9	-	X	-	X - 1	0,5	Insatisfatório	0,0
II - 10	-	X	-	X - 1	0,5	Muito Bom	1,0
II - 11	X	X	-	X - 1	1	Satisfatório	0,5
III - 1	-	X	-	-	1	Satisfatório	0,5
III - 2	X	X	X - 1 km	-	1	Satisfatório	0,5
III - 3	X	X	-	X - 1	1	Satisfatório	0,5
III - 4	X	X	-	-	1	Muito Bom	1,0
III - 5	-	-	X	-	0,5	Satisfatório	0,5
III - 6	X	-	X	-	1	Muito Bom	1,0
IV - 1	X	X - 2 km*	X	X	1	Satisfatório	0,5
IV - 2	-	X	-	X - 2***	0,5	Satisfatório	0,5
IV - 3	X	X	X - 3 km	-	1	Satisfatório	0,5
IV - 4	X	X	-	-	1	Satisfatório	0,5
IV - 5	X	X	X	-	1	Muito Bom	1,0
IV - 6	X	X	X	-	1	Muito Bom	1,0
IV - 7	X	X	X	-	1	Insatisfatório	0,0

* Distância em relação ao trajeto do ônibus.

** Propriedades sem crianças em idade escolar.

*** Frequência semanal do ônibus – Ida e volta no mesmo dia.

Fonte: Elaborada pela autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/ 2003.

Tabela 11 Matrizes, unidade de produção familiar (UPF) e realização do funcionamento – Relação com o código numérico

M-UPF	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11	F12	F13	F14	F15	F16	F17	F18	F19	F20	F21	F22	F23	F24	F25	F26	F27	F28	F29	F30	F31	F32	F33	F34	F35	F36	F37	F38	F39	F40	
I - 1	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0
I - 2	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,5	0,5	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,0
I - 3	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,0	0,5	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0
I - 4	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,5	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0
I - 5	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,5	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,0	0,5	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0	
I - 6	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	1,0	0,5	0,5	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0
I - 7	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0	
I - 8	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
I - 9	0,5	1,0	0,5	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	
I - 10	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	
I - 11	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
I - 12	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II - 1	0,5	0,0	0,5	0,5	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,5	0,5	0,5	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	
II - 2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,5	0,5	0,0	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
II - 3	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0
II - 4	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	0,0	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II - 5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,5	0,0	
II - 6	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,5	0,5	1,0	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0
II - 7	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0
II - 8	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,5	0,5	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
II - 9	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
II - 10	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0
II - 11	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	0,5	0,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,5	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
III - 1	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	
III - 2	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0
III - 3	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0
III - 4	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0
III - 5	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
III - 6	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	
IV - 1	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0
IV - 2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,5	1,0	0,5	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0
IV - 3	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	
IV - 4	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,5	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,0	
IV - 5	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,0
IV - 6	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,0
IV - 7	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1																																

ANEXOS

ANEXO A CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE AGRICULTORES COM ACESSO A RECURSOS DO PRONAF	177
ANEXO B ITENS DISPONIBILIZADOS ÀS FAMÍLIAS PELAS PRÁTICAS DO PROJETO DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DEON (CONSTANTINA/RS) DO PROGRAMA RS RURAL	179

ANEXO A CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE AGRICULTORES COM ACESSO A RECURSOS DO PRONAF

Para a obtenção dos recursos disponibilizado através do Pronaf, os agricultores familiares são classificados em quatro grupos:

GRUPO A – Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou em assentamentos estaduais e municipais reconhecidos pelo Incra, ou beneficiados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, ou pelo projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que ainda não contrataram financiamentos de investimento no limite individual permitido pelo Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera, ou pelo Pronaf Grupo A.

Para os beneficiários enquadrados neste grupo não é exigida a comprovação de renda.

GRUPO B – Agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta familiar anual até R\$ 1.500,00, excluídos os benefícios de previdência rural.

GRUPO C – Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do Procera e/ou do Pronaf Grupo A que:

- . Utilizem apenas eventualmente o trabalho assalariado – safrista ou diarista;
- . Obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 1.500,00 e até R\$ 10.000,00, excluídos os benefícios provenientes da Previdência Rural;
- . Se egressos do Procera e/ou Pronaf Grupo A:
 - . Tenham renda que os enquadrem no grupo C, independente de ter financiamento ainda não liquidado no Procera ou Pronaf Grupo A;
 - . Tenham obtido financiamento para investimento no limite individual do Procera ou Pronaf Grupo.

O valor da renda bruta proveniente das atividades de avicultura, aquicultura, ovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura,

sericicultura e suinocultura deverá ser abatido em 50% (cinquenta por cento), para o cálculo da renda bruta familiar anual.

Quando a renda bruta for proveniente da avicultura ou suinocultura desenvolvidas em regime de parceria ou integração com agroindústria, o abate é de 70%.

GRUPO D – Agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

. Mantenham, no máximo, até dois empregados fixos e utilizem eventualmente trabalho temporário – safrista ou diarista;

. Obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 30.000,00, excluídos os benefícios da previdência rural.

O valor da renda bruta proveniente das atividades de avicultura, aqüicultura, ovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura deverá ser abatido em 50% (cinquenta por cento), para o cálculo da renda bruta familiar anual.

Quando a renda bruta for proveniente da avicultura ou suinocultura desenvolvidas em regime de parceria ou integração com agroindústria, o abate é de 70%.

Também são beneficiários do pronafe e se enquadram nos Grupos B, C e D, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada: pescadores artesanais; extrativistas; silvicultores e aqüicultores.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Manual Operacional do Crédito Rural PRONAF (Plano de safra 2002/2003). Brasília. 2002.

ANEXO B ITENS DISPONIBILIZADOS ÀS FAMÍLIAS PELAS PRÁTICAS DO PROJETO DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DEON (CONSTANTINA/RS) DO PROGRAMA RS RURAL

1) Prática 1 – Cordão com contorno vegetal

Itens: Mão-de-obra especializada; aluguel de horas de tração animal; mudas de cana-de-açúcar.

2) Prática 13 – Fechamento de voçorocas

Itens: Horas de trator e material para preenchimento

3) Prática 16 – Adubação verde (cultivo de tração animal)

Itens: Mão-de-obra especializada; aluguel de hora de tração animal; semente (feijão, aveia, ervilhaca, nabo forrageiro, crotolárias, mucunas); adubo orgânico (esterco de ave ensacado); fosfato natural.

4) Prática 50 – Esterqueira Seca

Itens: Mão-de-obra especializada; acesso a retroescavadeira; material: tijolo, brita, cimento, cal, areia, telha.

5) Prática 52 – Esterqueira Líquida

Itens: Mão-de-obra especializada; acesso a retroescavadeira; material: tijolo, brita, cimento, cal, areia, telha.

6) Prática 53 – Saneamento Ambiental da sede da propriedade

Itens: Pagamento de mão-de-obra especializada; acesso a retroescavadeira e caminhão basculante; material: cano pvc 40 mm, caixa de gordura pvc 8 pessoas, lona preta.

7) Prática 150 – Fruticultura

Itens: Mão-de-obra especializada; aluguel de hora de tração animal; adubo orgânico; mudas de laranja, pêssego e uva; calcário.

8) Prática 151 – Reflorestamento

Itens: Mão-de-obra especializada; aluguel de hora de tração animal; mudas (eucalipto e acácia negra).

9) Prática 159 – Pastagens Perenes

Itens: Mão-de-obra especializada; aluguel de hora de tração animal; semente (trevo branco, tanzânia); adubo orgânico; fosfato natural.

- 10) Prática 501 – Bovino Cultura leiteira
Itens: Novilha; vaca do tipo leiteira
- 11) Prática 535 – Máquinas e equipamentos agrícolas de tração animal (prática coletiva)
Itens: Forrageira sem motor; plantadeira de plantio direto com tração; plantadeira anual com duas caixas.
- 12) Prática 535 – Máquinas e equipamentos agrícolas de tração animal (prática individual)
Itens: Aquisição de 03 plantadeiras de plantio direto com tração animal.
- 13) Prática 541 – Aquisição de matrizes e/ou reprodutores suínos
Itens: Leitoa
- 14) Prática 709 – Construção de rede de água (interna – recalque e distribuição)
Itens: Mão-de-obra especializada; canos; material diverso
- 15) Prática 710 – Reformas de moradia
Itens: Mão-de-obra especializada e não especializada; tijolo de seis furos e maciços; brita; cimento; cal comum; ferro; areia; telha de amianto; porta de ferro; tinta; forro; chuveiro; vaso sanitário; lajota, caixa de descarga; ...
- 16) Prática 711 – Construção de banheiro
Itens: Material de construção: areia, tijolos, cimento, cal comum, caixa de descarga, vaso sanitário, ...
- 17) Prática 716 – Construção de moradia
Itens: Mão-de-obra especializada; mão-de-obra não especializada, casa pré-moldada, aluguel de máquina carregadeira.
- 18) Prática 724 – Eletrificação rural (rede interna)
Itens: Mão-de-obra não especializada, quadro de medição.

Fonte: EMATER. Detalhamento do Projeto São Pedro Deon – Constantina RS. Programa RS Rural. Mimeo. 2002.

SÉRIE DE DISSERTAÇÕES PUBLICADAS

- 001 - MARIN, Solange Regina.** Política Cambial nas Décadas de 1980 e 1990: impactos sobre o setor de grãos no Rio Grande do Sul. 2001. 193f.
- 002 - PEDROSO, Glaucilene Dias.** Setor Leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 122f.
- 003 - SIQUEIRA, Oscar Graeff.** A Crise das Grandes Cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS). 2001. 217f.
- 004 - PASE, Hemerson Luiz.** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis. 2001. 171f.
- 005 - LOPES, Saulo Barbosa.** Arranjos Institucionais e a Sustentabilidade de Sistemas Agroflorestais: uma proposição metodológica. 2001. 187f.
- 006 - MACHADO, Roberto Tormes.** Análise sócio-econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal - RS. 2001. 155f.
- 007 - SARTOR, Juliane.** Cadeia de flores e plantas ornamentais de jardim em Pareci Novo - Rio Grande do Sul. 2001. 117f.
- 008 - COELHO, Vanessa Pfeifer.** Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico. 2002. 129f
- 009 - TRENTIN, Iran Carlos Lovis.** O Pró-Rural 2000 como política pública de combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. 2002. 145f.
- 010 - VILLABERDE, Maria Sérgio.** Agricultura Familiar e Meio Ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. 2002. 119.
- 011 - SILVA, Paulo Roberto Nunes da -** Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80. 2002. 200f.
- 012 - JANSEN, Suzel Lisiane.** Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: uma comparação com indicadores sócio-econômicos. 2002. 138f.
- 013 - CASTILHOS, Dino Sandro Borges de.** Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 174f.
- 014 - BIOLCHI, Marilza Aparecida.** Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 168f
- 015 - RICOTTO, Alcides Juvenal.** Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. 2002. 152f.
- 016 - SABABÉS, Leandro.** Manejo Sócio Ambiental de Recursos Naturais e Políticas Públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". 2002. 186f.
- 017 - PETTER, Rudimar Luis.** As Múltiplas Expressões da Sustentabilidade: a realidade regional do COREDE da produção no estado do Rio Grande do Sul. 2002. 161f.
- 018 - MOURA, Lino Geraldo Vargas.** Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS. 2002. 251f.

- 019 – FERRAZ, Osni Giani.** A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional. 2002. 155f.
- 020 – GERHARDT, Cleyton Henrique.** Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da ‘problemática ambiental’ em agro-eco-sistemas. 2002. 539f.
- 021 – COLE, Dorlei Marcos.** Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. 226f.
- 022 – ROHENKOHL, Júlio Eduardo.** Os Sistemas de Terminação de Suínos: uma análise econômica e ambiental a partir da teoria dos conjuntos *fuzzy*. 2003. 184f.
- 023 – PLEIN, Clério.** As Metamorfoses da Agricultura Familiar: o caso do município de Iporã d’Oeste, Santa Catarina. 2003. 158f.
- 024 – ALVES, Juliete Miranda.** A Obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica. 2003. 112f.
- 025 – ANDREATTA, Tanice.** Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. 2003. 266f.
- 026 – BASSO, Dirceu.** A Produção e a Gestão das Políticas de Desenvolvimento Rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos-PR. 2003. 197f.
- 027 – ROS, Carlos Javier Cowan.** Capital Social e Luta Simbólica – O Caso da RED PUNA: uma experiência territorial de articulação social na Província de Jujuy, Argentina. 2003. 279f.
- 028 – BRUSTOLIN, Cíndia.** Lutas pela Definição de Concepções de Justiça na Construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC. 2003. 198f.
- 029 – RYAN, Sílvia Laura.** Lógicas de Engajamento de Produtores Familiares em Propostas de Desenvolvimento: a implementação do Programa Social Agropecuário em Pampa de Achala, Córdoba - AR. 2003. 136f.
- 030 – COTRIM, Marcelo Souza.** ‘Pecuária Familiar’ na região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do ‘pecuarista familiar’ no município de Canguçu/RS. 2003. 142f.
- 031 – SILVEIRA, Cleci Behling da.** Organizações e a “Lei de Ferro das Oligarquias”: um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária. 2003. 190f.
- 032 – CARMO, Luiz Eduardo Abbady do.** Impacto de Políticas Públicas na Sustentabilidade Socioambiental: o caso do Pró-Guaíba no município de Segredo/RS. 2003. 218f.
- 033 – FINCO, Marcus Vinícius Alves.** Pobreza Rural e Degradação Ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso no Rio Grande do Sul. 2003. 111f.